

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

MARCIO CEO DOS SANTOS

**A CRISE DA REGIÃO CACAUEIRA E OS DESAFIOS
PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

São Caetano do Sul

2010

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

MARCIO CEO DOS SANTOS

**A CRISE DA REGIÃO CACAUEIRA E OS DESAFIOS
PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação de mestrado, apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

Área de concentração: Gestão da Regionalidade e das Organizações.

Orientador: Prof. Dr. Luís Paulo Bresciani

SÃO CAETANO DO SUL

2010

MARCIO CEO DOS SANTOS

**A CRISE DA REGIÃO CACAUEIRA E OS DESAFIOS PARA
O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação de mestrado,
apresentada como exigência
parcial para obtenção do título de
Mestre, no Programa de Pós-
Graduação em Administração da
Universidade Municipal de São
Caetano do Sul.

Área de concentração: Gestão da Regionalidade e das Organizações.

Data de Defesa 24 de Março de 2010

Resultado: APROVADO

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luis Paulo Bresciani
Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS (Orientador)

Prof. Dr. Antônio Carlos Gil
Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS

Prof. Dr. Marco Antônio Carvalho Teixeira
Universidade Fundação Getúlio Vargas

Dedico ao recém chegado e querido filho,
Rodrigo Lopes Céó dos santos,
que me trouxe mais alegria e estímulo para
que eu concluísse meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que sempre guiou os meus caminhos e me direcionou para a realização deste trabalho.

Aos meus pais Antônio e Marly, por confiarem no meu potencial e pelo apoio concedido nesta empreitada. Muito obrigado por acreditarem nos meus sonhos.

À minha esposa Iara, pela compreensão, paciência e por suportar a saudade, durante os períodos que passamos distantes.

Aos primos Roberto, Do Carmo, Graze e Gabriel, pela amizade e apoio durante o período que convivemos mais de perto. Agradeço por me receberem com tanta alegria.

Aos colegas Zambanini, Antônio Marcos, Rita, Marcos Travassos, Edna e Thaís, pelos momentos que compartilhamos nossas angústias e expectativas.

A Marlene, pela atenção e auxílio prestado durante minha permanência no programa de mestrado.

Aos professores, com os quais tive a oportunidade de conviver neste programa, principalmente ao professor Dr. Antônio Carlos Gil, pela paciência e atenção, nas várias vezes que o incomodei com minhas dúvidas e questionamentos.

E, em especial, ao meu orientador, professor Dr. Luis Paulo Bresciani, pela confiança depositada em mim, pelas enriquecedoras discussões em sala de aula e pelo suporte concedido durante todo o curso.

Agradeço também a todos que, de alguma forma, seja direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho fosse concluído, mas que não foram citados aqui.

RESUMO

Este trabalho se propôs a construir uma teoria substantiva acerca da crise cacaueteira fundamentada nas percepções manifestadas por sujeitos locais da Região Ilhéus-Itabuna, sob a ótica da teoria *Grounded Theory*. Como referência para o estudo foi entrevistados sujeitos que vivenciaram esta transformação nas cidades de Ilhéus e Itabuna consideradas como centros econômicos dessa microrregião no Sul da baiano. A pesquisa surge com o questionamento: Como os sujeitos locais de Ilhéus - Itabuna constroem a realidade da crise econômica da região cacaueteira? Para tanto, buscou-se compreender como estes sujeitos percebiam o fenômeno da crise, de modo a elaborar uma concepção teórica com base em 17 entrevistas de sujeitos de vários segmentos do território estudado, incluindo empresários, sindicalistas, agricultores, representantes da sociedade civil organizada e de um órgão de pesquisas do governo Federal. A concepção teórica elaborada da emergência dos dados define como categoria central: **ENTENDENDO E REINVENTANDO O LOCAL; ADEQUAÇÃO À NOVA REALIDADE**. Essa categoria é sustentada por oito subcategorias que são: revendo o passado, encarando as dificuldades, mudando o local, sofrendo impactos da mudança, articulando o processo da mudança, mantendo resquícios e, criando perspectivas. Esta concepção indica que o local estudado passa por um processo de transformação impulsionado pela crise econômica da lavoura cacaueteira. Porém, este processo de mudanças sofre influências do seu passado por meio da sua cultura e modelo de gestão tradicional. Apresenta um lugar que enfrenta as dificuldades para conseguir superar seus problemas, e as reações de seus sujeitos quanto à crise, pois alguns sucumbem, enfrentam ou cedem espaço para outros sujeitos. São mostradas as transformações percebidas no lugar e os impactos que estas mudanças causaram, a exemplo das relações de trabalho, além das indicações de incipiência nas articulações entre os principais agentes do processo de mudança na região.

PALAVRAS-CHAVES: mudanças socioeconômicas, desenvolvimento local e regional, sistemas produtivos regionais.

ABSTRACT

This work aimed to study the phenomenon of micro-economic crisis of cocoa in Bahia, based on the perceptions of subjects who experienced the process of transforming the place from the perspective of grounded theory, grounded theory. As a reference for the study were interviewed subjects who experienced this transformation in two cities, islets and Itabuna considered that micro-economic centers, located in the southern region of Bahia. The research comes up with the question: how the social reality in the scenario of economic crisis of micro cocoa is built according to the perceptions of his subjects? Therefore, we sought to understand how these subjects perceived the phenomenon of the crisis, trying to develop a theoretical framework based on 18 interviews of individuals from various segments of the study area, including entrepreneurs, farmers, representatives of civil society organizations, the union class and a body of research the federal government. The theoretical concept drawn from the data sets emerging as a central reads: UNDERSTANDING AND REINVENTING THE SITE, FITNESS FOR NEW REALITY. This category is supported by eight sub-categories are: reviewing the past, facing difficulties, changing the place, slammed the move, coordinating the process of change, and maintaining traces, creating prospects. This design indicates that the site under consideration is a process of transformation driven by the economic crisis of cacao. However, this process of change is influenced by its past through its culture and traditional management model. Provides a place that faces the difficulty in overcoming their problems, and the reactions of his subjects and to the crisis, as some succumb, face or give space to other subjects. Shows the perceived changes in place and the impacts that these changes have caused, such as labor relations, in addition to the infancy of the joints between the main actors of the change process in the region.

KEYWORDS: socioeconomic changes, local and regional development, regional production systems.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 01: conceitualização dos processos de desenvolvimento regional.....	33
Figura 02: classificação das pesquisas interpretativistas.....	43
Figura 03 - Ilustração do Processo de Coleta e Análise.	48
Figura 04: categoria central e as demais categorias que a sustentam.....	94
Tabela 1: principais linhas do pensamento sistêmico.....	18

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1. Origem do Estudo.....	12
1.2. Problematização.....	13
1.3. Objetivos.....	14
1.3.1 Objetivo geral.....	14
1.3.2 Objetivos específicos.....	15
1.4. Justificativa do Estudo.....	15
1.5. Delimitação do Estudo.....	16
1.6. Vinculação à Linha de Pesquisa.....	16
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	17
2.1. A Abordagem Sistêmica e o Desenvolvimento Regional.....	17
2.2. A Busca de Um Novo Modelo de Desenvolvimento Local.....	21
2.2.1. Do que se trata o DEL.....	21
2.2.2. Compreendendo os modelos de DEL.....	23
2.2.3. Descentralização.....	23
2.2.4. O novo regionalismo: as vertentes globalista e regionalista.....	25
2.3. O Processo de Desenvolvimento Econômico Local.....	32
2.4. Mecanismos de Apoio ao Desenvolvimento.....	35
2.4.1. Governança.....	35
2.4.2. Políticas públicas.....	40
3. METODOLOGIA	42
3.1. Tipo de Pesquisa.....	42
3.2. Amostra e Sujeitos da Pesquisa.....	44
3.3. Procedimentos de Análise.....	46
4. RESULTADOS.....	49
4.1. Contexto Histórico das Cidades Itabuna e Ilhéus.....	49
4.1.1. Formação da região.....	49
4.1.2. Crise econômica da região cacauzeira.....	53
4.2. A Emergência dos Dados: Acerca do Fenômeno da Crise.....	57
4.2.1. Construindo a teoria.....	73
a) Origens.....	74
b) Conseqüências e mudanças.....	75
c) Pós-crise.....	83

d) Interveniente do processo evolutivo do fenômeno: mobilização dos atores.....	85
4.3. Refinando a Teoria.....	91
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	100
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	109

1. INTRODUÇÃO

1.1. Origem do Estudo

O trabalho é motivado pela própria experiência do pesquisador, por ter vivido na região estudada, além do desejo de compreender melhor as forças que afetam o desenvolvimento sócio-econômico das cidades em estudo. O pesquisador é natural da cidade de Itabuna, filho de um agricultor de cacau e ex-comerciante de calçados nesta cidade. Nesta condição, presenciou um dos momentos mais críticos do desenvolvimento regional, a desorganização da ordem social e econômica da região cacauera, de maneira súbita, na década de 1980. Com isso, despertou a curiosidade sobre temas ligados ao desenvolvimento local e, conseqüentemente, pela busca de fundamentação teórica que pudesse tornar compreensível esta transformação e, em tão pouco tempo, em duas cidades que são referência econômica da microrregião cacauera.

Itabuna e Ilhéus fazem parte de um cenário controverso, apresentado na região cacauera a partir dos anos de 1980, período no qual ocorreram grandes transformações na sociedade local. As transformações ocorridas estão ligadas, em princípio, à sua base econômica, fundamentada na cultura agrícola do cacau. Esta base, por sua vez, sustentava os outros meios produtivos da região. Mas, esta lavoura entrou em crise neste período e, com isso, toda a região sofre com as agruras dessa lavoura.

Entre os fatores que teriam agravado a crise nessa região, estaria a cultura individualista do local, que teria influenciado nas relações sociais e políticas dos principais atores locais. Assim, o perfil individualista da região teria influenciado na dinâmica do desenvolvimento local. A compreensão destas relações e o entendimento da cultura e sua influência na dinâmica local são os grandes motivadores da pesquisa.

A importância das cidades de Itabuna e Ilhéus para essa microrregião torna o estudo ainda mais necessário, pois muitas outras cidades dependem das atividades realizadas em Itabuna e Ilhéus, a exemplo do comércio, dos serviços de saúde e educação, que atraem a população das cidades vizinhas. Estas atividades, por sua

vez, influenciam na renda e no emprego local e, conseqüentemente, na qualidade de vida dos seus habitantes.

Dessa forma, o trabalho teve como objetivo investigar a percepção de alguns sujeitos locais, acerca do fenômeno da crise econômica que abateu a região cacauera nos anos de 1980, para, com isso, traçar uma concepção teórica sobre os fenômenos, com base nestas percepções. Foi utilizada, para tanto, a concepção metodológica denominada *Grounded Theory*, ou teoria fundamentada nos dados, pois o estudo trabalha com a construção social da realidade. Assim, o estudo entende que o local é construído por meio das interações de seus sujeitos, tornando imprescindível a compreensão das suas percepções sobre a dinâmica sócio-econômica local.

1.2. Problematização

Se, de um lado, evidencia-se que a globalização estreitou as distâncias, por outro lado, tornou necessária a adaptação dos territórios para continuarem a competir no novo cenário. Com as transformações no mercado global, surge uma preocupação com o desenvolvimento local, pois os territórios que não possuem estrutura (física, financeira, industrial etc.) para competir com outros, de estruturas mais avançadas, sofrem com essas desvantagens.

Na tentativa de tornar a competição entre os territórios mais equilibrada, surgem questões que tratam do desenvolvimento econômico local, no sentido de proporcionar melhor qualidade de vida aos habitantes destes territórios. Todavia, a discussão sobre o tema é bastante acirrada e envolve questões relacionadas à descentralização do Estado, cooperação, diversidade de atores, políticas públicas, governança, desenvolvimento endógeno, institucionalidade, organizações e outros.

O presente trabalho está focado no estudo de duas cidades localizadas em meio à denominada “região cacauera”, marcada pela sua estrutura de poder local, com forte influência de uma pequena elite, denominada de burguesia cacauera (compostas por grandes fazendeiros, comerciantes e indústrias). Mas cujo cenário, a partir da década de 1980, tem sofrido grandes alterações. Desde então, eclodiu uma crise econômica, que teve como pano de fundo o retrocesso da lavoura cacauera. O descompasso da lavoura teve como pivô, entre outros fatores, o acirramento da

competitividade com outros países produtores, as intempéries climáticas, o surgimento de pragas e doenças e o agravamento das dívidas dos grandes fazendeiros, comerciantes do cacau e indústrias de beneficiamento das amêndoas.

O atraso desta lavoura causou uma reação em cadeia e prejudicou todas as cidades da microrregião, afetando o comércio, os empregos, e toda a estrutura social existente. Nestas condições, surge a busca por um novo sistema produtivo local, associado a uma nova ordem social e econômica.

Colocam-se em questão as impressões e percepções dos sujeitos locais acerca da crise da região cacaueira, de modo que estas impressões possam identificar a capacidade de organização e colaboração dos atores locais, assim como a capacidade do lugar, para enfrentar situações sócio-econômicas desfavoráveis ao desenvolvimento local, tendo em vista que estes sujeitos contribuem para a construção social do lugar.

Nestas condições, o estudo propõe a seguinte questão problema:

Como sujeitos locais de Ilhéus - Itabuna constroem a realidade da crise econômica da região cacaueira?

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo geral

O presente trabalho supõe a ocorrência de uma reconversão produtiva na região de Ilhéus - Itabuna, e a essas transformações vinculam-se ajustes e adaptações conseqüentes, dos seus atores políticos, econômicos e do contexto social. Neste sentido, o trabalho tem como objetivo Construir uma teoria substantiva acerca da crise cacaueira fundamentada nas percepções manifestadas por sujeitos locais da Região Ilhéus-Itabuna.

1.3.2. Objetivos específicos

- Analisar o processo de transformação socio-econômica local, aos olhos de sujeitos das cidades de Ilheus e Itabuna;
- Identificar os fatores que implicaram na crise econômica local, de acordo com o olhar de sujeitos locais;
- Identificar o processo de adaptação socio-econômica do local diante das implicações geradas pelo cenário de crise econômica cacauera.

1.4. Justificativa do Estudo

As cidades em estudo são de grande relevância para a microrregião à qual pertencem. Desse modo, qualquer alteração na dinâmica sócio-econômica nestas cidades produz grandes impactos na referida microrregião.

As cidades em estudo são sinônimas de uma região que viveu grandes momentos de glória, com a opulência gerada pela lavoura cacauera. Esta lavoura sustentava as demais fontes de renda do lugar. Estas cidades representam o centro da região cacauera; como também o centro das lideranças e as decisões políticas, concentram os serviços de saúde, educação e o comércio dessa microrregião. Assim, as transformações ocorridas nelas repercutem nas demais cidades da microrregião. Tendo em vista que o lugar é construído por meio de um processo de ações e interações dos seus sujeitos, este trabalho procurou compreender este processo, por meio das percepções destes mesmos sujeitos que constroem a realidade do lugar, justamente nas duas cidades que representam o processo evolutivo do fenômeno da crise econômica da região cacauera.

Dessa forma, o trabalho torna-se justificável, pois aborda as impressões de sujeitos que vivem nas duas cidades capazes de influenciar toda uma microrregião. Os seus resultados podem, assim, contribuir para uma melhor compreensão das relações entre seus atores e das impressões que os sujeitos locais possuem acerca: dos políticos e da administração pública, da própria população e da sociedade civil organizada do lugar e da auto-percepção dos seus gestos e atitudes.

A análise deste estudo, portanto, torna compreensível como os sujeitos locais pensam, e quais as implicações destes pensamentos para o desenvolvimento do lugar, através das próprias impressões, tornando possível visualizar alternativas para o desenvolvimento local.

1.5. Delimitação do Estudo

O estudo foi limitado a sujeitos das cidades de Ilhéus e Itabuna que viveram a dinâmica econômica dessas cidades. Como base do estudo, foi considerado o contexto histórico, a análise de documentos das cidades e entrevistas com sujeitos locais, dentre eles os representantes de instituições de classe patronais e sindicais; associações comerciais; o SEBRAE; representantes de um órgão do governo, que de alguma forma influenciam na dinâmica local, a exemplo da CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira); assim como dos Conselhos municipais, associação das prefeituras, além de representantes de instituições de ensino superior e empresários e agricultores.

1.6. Vinculação à Linha de Pesquisa

O estudo vincula-se à área de concentração do Programa de Pós-graduação em Administração da USCS, enquadrada na linha de pesquisa “Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade”; pois, sob o olhar da administração, a linha de pesquisa contempla a articulação dos esforços conjuntos das autoridades empresariais, públicas e da sociedade civil, como forma de promover o desenvolvimento regional.

Nesta perspectiva, portanto, o estudo converge para a linha de pesquisa indicada, uma vez que se pretende compreender as impressões de sujeitos locais das cidades de Itabuna e Ilhéus, que viveram o processo de transformação do local estudado. A compreensão deste estudo contribui para o entendimento das interações dos atores locais e possibilita a visualização da realidade local, facilitando a elaboração de novas políticas públicas, que venham a melhorar a qualidade de vida da população local e o desempenho das empresas locais e, conseqüentemente, a promoção do desenvolvimento regional.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este tópico trata de identificar, na teoria, conceitos que possam dar suporte à presente pesquisa. Para tanto, são considerados temas relevantes ao estudo, de

acordo com a seqüência: Abordagem sistêmica, pois destaca a complexidade do desenvolvimento local em virtude da diversidade de atores e interesses, e os vários ambientes que cercam o local, assemelhando o DEL (Desenvolvimento Econômico Local) a um sistema. A busca pelo entendimento do conceito de DEL. São observadas também, de forma sintética, algumas discussões relativas ao DEL, a exemplo das questões da descentralização do estado, como um mecanismo facilitador do desenvolvimento local e das discussões que tratam do novo regionalismo, ressaltando os debates sobre as vertentes globalista e regionalista do desenvolvimento local; além de mecanismos de apoio a este desenvolvimento, com destaque para os temas da governança e políticas públicas.

2.1. A Abordagem Sistêmica e o Desenvolvimento Regional

Antes de tecer qualquer comentário estrito sobre o desenvolvimento regional, vale destacar uma das abordagens da administração, que é a abordagem sistêmica. Esta consideração se deve a alguns elementos do sistema, descritos por Maximiano (2008) como ambiente, objetivos, componentes, processos de administração e controle. Na sua totalidade, estes elementos tratam dos ambientes e subambientes, e a influência bidirecional entre eles; dos objetivos a serem atingidos; das partes que compõem o sistema e do relacionamento entre essas partes, assim como o controle desse relacionamento, para garantir que os objetivos sejam alcançados.(idem).

Aprofundando-se no entendimento do enfoque sistêmico, Maximiano (2000) destaca que a essência desse enfoque é a idéia de interação e influência mútua entre os componentes do sistema, na tentativa de realizarem objetivos comuns. Com base nisso, o autor lembra das três linhas basilares do pensamento sistêmico: a teoria da forma, a cibernética, e a teoria sistêmica, que é retomada na Tabela 1.

Tabela 1: principais linhas do pensamento sistêmico.

Gestalt (psicólogos Alemães)	Bertalanffy e a teoria dos sistemas	Wiener e a cibernética
A base da teoria da forma é a idéia de que a natureza de cada elemento é definido pela estrutura e pela finalidade do conjunto a que pertence.	<p>a) a realidade é feita de sistemas, que são feitos de elementos interdependentes. A realidade não é feita de elementos isolados, sem qualquer relação entre si.</p> <p>b) para compreender a realidade, é preciso analisar não apenas elementos isolados, mas a sua inter-relação, por meio de enfoques interdisciplinares.</p>	<p>a) o sistema busca alcançar um objetivo.</p> <p>b) o sistema deve informar-se continuamente sobre a situação do objetivo e sobre a sua própria situação, a fim de comportar-se de forma a atingi-lo e que seus elementos providenciem a informação necessária sobre sua situação e o objetivo.</p> <p>c) o sistema deve processar essa informação e ajustar seu comportamento às exigências impostas pelo objetivo.</p> <p>d) o mecanismo que fornece a informação, sobre o desempenho do sistema e do objetivo é o <i>feedback</i>.</p>

Fonte: Maximiliano, 2000. p.68/69/70. elaboração do autor.

Nestes termos, as organizações são vistas como um produto da interação entre dois sistemas interdependentes, o técnico e o social, além do processo de troca de energia e informações com o seu ambiente (MAXIMIANO, 2000). Pode-se considerar como organizações, neste caso, alguns dos principais atores que influenciam no desenvolvimento econômico das regiões, como as organizações públicas e privadas, assim como as instituições representativas da sociedade civil e de classes.

A condição sistêmica pode ser analisada pela sua complexidade, aqui descrita como um grande número de problemas e variáveis que envolvem uma determinada situação. Tais problemas estariam se manifestando mais intensamente na sociedade contemporânea, por fatores como: a grande concentração dos centros urbanos, esgotamento de recursos naturais, caos dos transportes, deficiência na educação, evolução tecnológica, integração da sociedade global, desemprego, inflação, criminalidade, volatilidade dos mercado entre outros. Estes problemas retratam a complexidade vivenciada por administradores públicos e privados na sociedade contemporânea. Mas a complexidade pode se dividir em vários graus, a depender do porte das organizações, a exemplo das prefeituras de grandes cidades

e cooperativas, que são organizações bem complexas e que, portanto, exigem uma gestão administrativa muito mais difícil do que em organizações mais simples. (MAXIMIANO, 2008)

Uma representação da complexidade da administração urbana é retratada por Celso Daniel (2003), ao considerar os conflitos das diferentes classes sociais, a respeito de suas realidades e das diferenças entre os interesses econômicos, principalmente, no que diz respeito às relações ligadas ao governo local. E Meyer – Stamer (2004) lembra da complexidade em se promover o DEL, devido à necessidade de superação da fragmentação política, organizacional e social.

O sistema é definido por Maximiano (2008) como um conjunto de partes, que se relacionam ou interagem entre si, ou até mesmo a criação de uma nova entidade criada por esta relação. No diálogo sobre desenvolvimento local, algumas das relações entre seus atores são tratadas por meio de cooperação e colaboração, que Gorayeb (2002) descreve como governança. Klink e Santos (2004) descrevem que os arranjos de governança regional entre os principais atores do desenvolvimento regional poderiam obter maiores resultados se houvesse a criação de instituições com representatividade no âmbito federal.

A estrutura dos sistemas se dá por três partes básicas, segundo Maximiano (2008): entradas, processos e saídas. Nas entradas, são considerados os componentes físicos e abstratos, além da influência dos recursos que o meio ambiente oferece; nos processos são consideradas as interligações entre os componentes e as transformações dos elementos que entram no sistema em forma de resultados, que são as suas saídas; e as saídas são os objetivos, os quais se pretende atingir. Neste momento, é observada a sinergia (o todo é maior que a soma das partes), ou seja, quando um conjunto de recursos produz resultados, e esses resultados são frutos da interação entre as partes. Esta interação, por sua vez, seria maior do que a soma das partes. Por exemplo, a interação entre pessoas pode representar uma cidade; na ausência dessa interação, representaria apenas um aglomerado de pessoas. Além dessas três partes, observa-se também o *feedback*, que pode ser considerado como o avaliador do sistema, pois é o retorno das informações de tudo que é produzido pelo sistema. (MAXIMIANO, 2008)

Tratando-se do desenvolvimento econômico local, alguns pontos devem ser observados, pois, para se mover a engrenagem do desenvolvimento, são

necessários alguns recursos como uma infra-estrutura básica, capaz de dar suporte às demandas do desenvolvimento, conforme descreve Albuquerque (2001), ao se referir ao contexto sistêmico da produtividade e da competitividade. O autor cita alguns fatores que impulsionam este sistema, a exemplo da produtividade, do sistema educacional e de capacitação, da infra-estrutura básica (água, energia, transporte, telecomunicação etc.), das relações de trabalho e da tecnologia, dentre outros. Ainda lembra que as empresas, por si só, não são capazes de competir nos mercados, pois dependem de outros aspectos, como:

- a disponibilidade dos serviços de desenvolvimento empresarial (informações sobre material, insumos, tecnologia, produtos e processos produtivos, desenho, mercados, comercialização, cooperação interempresarial);
- dotação de infra-estruturas básicas;
- natureza e magnitude das atividades de pesquisa e desenvolvimento;
- capacitação empresarial;
- vinculação do sistema e de capacitação com os problemas produtivos territoriais;
- rede de informações e concorrentes locais;
- nível de exigência dos usuários locais; e
- grau de interação entre o setor público e os agentes sociais.

(Albuquerque, 2001, p. 48, 49)

Os recursos processados pelos sistemas só podem oferecer resultados eficazes se houver sinergia nas relações e nas articulações entre os atores, que possuem, e trocam, estes recursos. Desse ponto de vista, observa-se que as relações e as articulações entre os atores são realizadas por um sistema de cooperação e colaboração, mas que dependem de regras de comportamento, seja formal ou informal, que normalmente são estabelecidas por organizações ou instituições que possuam representatividade em grandes dimensões, entre todos os componentes do sistema de desenvolvimento. (GORAYEB 2002; KLINK e SANTOS, 2004).

E como resultado de todo este processo está a transformação do sistema produtivo local, de modo a promover mais empregos e melhorar a qualidade de vida da população local (LIRA, 2005).

2.2. A Busca de Um Novo Modelo de Desenvolvimento Local.

2.2.1. Do que se trata o DEL

O desenvolvimento local é um tema complexo, pois é um convite à discussão de vários outros temas e interações de vários atores. Desenvolver economicamente um local pode significar a transformação de um sistema produtivo e o incremento da produção local, com vistas a promover o emprego e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida da população local. (LIRA, 2005).

Mas o estudo de desenvolvimento econômico local pode ser dividido em dois momentos: o primeiro reflete um modelo tradicional de desenvolvimento e o outro, um modelo contemporâneo, com a ampliação do tradicional. Sobre o modelo tradicional, Lopes (2003), descreve o desenvolvimento local como um resultado das adaptações, realizadas pelos governos locais, às diretrizes determinadas pelos governos centrais. Meyer-Stamer (2004), acrescenta que o modelo tradicional limitava-se a questões do tipo: zoneamento de desenvolvimento industrial, atração de investimentos externos e redução dos conflitos e problemas na comunicação entre empresas privadas e governos locais. E afirma que o modelo de desenvolvimento local tem se ampliado, pois os governos locais estariam mais pró-ativos, e estariam utilizando instrumentos como a implantação de incubadoras de empresas e tecnologias, além da promoção do empreendedorismo e *clusters*.

Dentro da nova perspectiva de desenvolvimento local, tem-se falado dos chamados recursos endógenos e da mobilização e articulação dos atores locais, assim como da integração de outras dimensões que não sejam as econômicas, a exemplo das dimensões sociais e naturais.

Lopes (2003) lembra que os governos locais assumem um novo papel, o de impulsionadores do desenvolvimento local, pois passaram a atuar como atores impulsionadores desse processo de desenvolvimento, com ações de iniciativas próprias, adequadas às necessidades de cada lugar.

De acordo com Boisier (2005), o DEL pode ser observado inicialmente por meio da relação entre o global e o local; o DEL seria resultado de um processo endógeno, que ocorreria em pequenas localidades territoriais, mas que seria capaz

de promover o desenvolvimento econômico e melhorar a qualidade de vida da população local. Este processo, por sua vez, seria uma resposta dos atores e das sociedades locais ao contexto global, com a capacidade de se mobilizar com base nas suas potencialidades e na matriz cultural, de modo a explorar suas prioridades e especificidades, na tentativa de se tornarem mais competitivos diante de um contexto de rápidas mudanças e transformações globais.

No segundo ponto de vista sobre o DEL, Boisier (2005) toma como base autores como Antônio Vazquez-Barquero, José Arocena, Augusto de Franco, Pierre Muller, Pierre Veltz e Francisco Albuquerque, dentre outros. Nessa perspectiva, a globalização é tratada como uma matriz técnico-sócio-econômica de alta complexidade, que considera o número de elementos, a interação e a dialética que compõe esta matriz. Mas, segundo Boisier (2005), esta perspectiva estaria mais para uma metáfora do mundo contemporâneo do que para uma teoria bem fundamentada. Ele ainda destaca dois tipos de atividades: uma direcionada às atividades que requerem economias de escala, que favorecem as fusões, o gigantismo, a concentração e a homogeneização; e outro tipo de atividade que requer economias de diferenciação, que favorecem a pequena escala, a produção flexível e em rede, a localização múltipla e a ancoragem dos territórios. Destaca-se, nesta última abordagem, (que trata da produção flexível e de pequena escala etc.) um espaço para o DEL no contexto da globalização.

Sob os moldes deste espaço aberto para o DEL no contexto global são considerados três enfoques: a) o enfoque do desenvolvimento local como uma matriz de estruturas industriais diversas; b) o enfoque do desenvolvimento local como um processo endógeno de troca estrutural; e c) o enfoque de desenvolvimento local como “empoderamento” de uma sociedade local. Estes enfoques podem ser complementares, ou seja, não excludentes entre si.

Mas Boisier (2005) também lembra que se a combinação dos efeitos destes enfoques pode assegurar o crescimento local, todavia não assegura, necessariamente, o seu processo de desenvolvimento. E que, para a globalização poder estimular, ou não, o processo de mudança social, com base no endógeno em alguns territórios. Este estímulo dependerá das dialéticas a serem postas em jogo, e das capacidades e exigências que recairão sobre o Estado. De todo modo, o que parece mais evidente é a necessidade de contar com as sociedades locais

informadas, motivadas, possuidoras do conhecimento do próprio processo de globalização, e da adoção de atitudes pró-ativas. De modo geral, que os locais se tornem mais organizados socialmente (idem).

Observa-se, com isso, uma dissonância no entendimento do conceito sobre o DEL, mas que, de fato, tem ocorrido uma ruptura do modelo tradicional de desenvolvimento baseado nas decisões centradas no Estado, para um modelo com base nas potencialidades do local e maior ênfase nos atores do território.

2.2.2. Compreendendo os modelos de DEL

A temática sobre desenvolvimento econômico local envolve uma discussão bastante ampla, devido à diversidade de abordagens teóricas que dão sustentação ao seu conceito. Entre estas teorias, estão a descentralização do Estado e o novo regionalismo, que possui seus desdobramentos nas vertentes globalista e regionalista, tornando necessária a sua melhor compreensão.

2.2.1 Descentralização

A descentralização aparece como forma de contraposição ao modelo centralista do Estado. Nestas condições, Abrucio (2006) descreve que a centralização do Estado seria menos eficiente que o modelo descentralista, pois aquele resultaria tecnicamente numa irracionalidade administrativa, ao ponto de criar politicamente, “superagências” monopolistas, de difícil controle, com impactos sobre a responsabilidade democrática e o desempenho da ação estatal. Abrucio aponta, ainda, que a centralização tem origem na burocracia nacional e nos políticos que concentravam os recursos para fortalecer o poder decisório, ou chantagear as bases locais, neste caso os líderes clientelistas. Mas, entre as décadas de 1970 e 1980, este modelo centralista de gestão pública sofre abalos, motivados, entre outros fatores, pela internacionalização econômica, pela crise fiscal dos governos centrais, pela defesa de reformas em favor da concepção minimalista do Estado e pelo aumento da demanda por participação nos níveis locais.

Segundo Abrucio (2006), o entendimento da descentralização tornou-se complexo, pois o termo passou a ser combinado, quase automaticamente, à

democracia, à eficiência administrativa e à inovação. Ainda segundo o autor, a descentralização seria um processo político circunscrito ao Estado nacional, resultando na transferência, ou conquista efetiva, do poder decisório por governos subnacionais, que:

- a) adquirem autonomia para escolher seus governantes e legisladores;
- b) comandam diretamente sua administração;
- c) contam com uma legislação referente às competências que lhe cabem; e
- d) cuidam diretamente de sua estrutura tributária e financeira.

Mas, segundo Abrucio (2006), a descentralização é correntemente utilizada para designar outros três fenômenos: 1) o aspecto administrativo, referindo-se, neste caso, à delegação de funções de órgãos centrais a agências mais autônomas, ou seja, uma horizontalização das estruturas organizacionais públicas, de modo a repassar as responsabilidades da cúpula para os níveis de gerência e funcionários da ponta; 2) a transferência das atribuições do Estado para o setor privado, a exemplo das privatizações e concessões de serviços públicos; e 3) a transferência das atribuições do governo para a comunidade ou ONGs. O autor lembra, também, que estes fenômenos não podem ser comparados com a descentralização na sua forma mais estrita.

Todavia, sob a perspectiva de autores como Meyer-Stamer, Albuquerque e Farah, que abordam o tema do DEL, a descentralização apresenta um contexto mais amplo, que vai além das fronteiras políticas, pois as questões regionais brasileiras são tratadas sob uma abordagem que considera dois aspectos básicos: a) a democratização e descentralização do Estado, ao passo que os governos estaduais e municipais assumem um novo papel, com novas funções administrativas, e enfrentando demandas crescentes da população; b) o crescente processo de transnacionalização, globalização e abertura externa das economias, que passa a considerar a heterogeneidade dos sistemas produtivos locais, frente às mudanças tecnológicas e estruturais. Assim, o interesse de muitos países pelo DEL seria, em boa medida, pelo fato de que estariam buscando políticas de descentralização, de modo a transferir suas atribuições para as esferas subnacionais. (FARAH, 2003; ALBURQUERQUE, 2004; MEYER-STAMER, 2004).

Albuquerque (2004) acrescenta que a cooperação público-privada e a concertação entre os atores locais têm gerado estratégias de desenvolvimento local e, com isso, conduzido a uma gestão compartilhada do desenvolvimento econômico, que não se baseia apenas em diretrizes estabelecidas pelo setor público ou, simplesmente, pelas forças de mercado. Por estas razões, a busca por espaços intermediários entre o mercado e a hierarquia (o chamado nível mesoeconômico), estaria contribuindo para novas formas de elaborar a política de desenvolvimento econômico. Tudo isso, portanto, estaria permitindo um círculo virtuoso de interações entre uma democracia mais participativa e a descentralização para os níveis subnacionais, buscando garantir as competências, capacidades e recursos por parte dos atores e entidades locais, para impulsionar as estratégias de desenvolvimento local.

De acordo com Abrucio (2006), a descentralização tem um caráter político, enquanto nos moldes do DEL a descentralização é tratada além das fronteiras políticas, e diz respeito a questões administrativas e delegação de funções nos níveis subnacionais, contrariando com isso, a tese de Abrucio (2006). Nestas condições, Albuquerque chega a propor uma nova forma de política, referindo-se a uma política de desenvolvimento econômico, com a cooperação público-privada, e com o compartilhamento da gestão entre as esferas nacional e subnacionais.

2.2.2 O novo regionalismo: as vertentes globalista e regionalista

As transformações globais, tanto nas relações comerciais como nas formas de gestão pública, têm influenciado nas políticas de desenvolvimento regional. Uma forte influência do novo modelo de DEL é o comportamento dos Estados-nação, quanto a sua forma de intervenção e promoção das economias regionais, pois durante o período da Segunda Guerra Mundial os governos nacionais exerciam influência direta nestas economias e elaboravam os planos de desenvolvimento subnacional. No entanto, a exposição das economias regionais às formas de competição nos mercados internacionais tem colocado as regiões na posição de atores do seu próprio desenvolvimento.

Tal condição leva ao conceito de “novo regionalismo”, com base em duas características inter-relacionadas: a) o novo regionalismo não estaria sob o arcabouço do Estado-nação; e b) o novo modelo tende a colocar uma região contra a outra de um modo competitivo. Neste sentido, o novo regionalismo é resultado de um processo social e multidimensional, pois enquanto o velho regionalismo ocupava-se das relações entre Estados-nação, o novo regionalismo faz parte de uma transformação estrutural, que opera em distintos níveis e com vários atores não estatais (GIL, GARCIA e KLINK, 2003).

A busca pela reestruturação do processo produtivo põe em questão o papel da região frente às dinâmicas de desenvolvimento das sociedades. A compreensão desse papel da região surge em meio a uma diversidade de teorias, podendo-se classificá-las em duas vertentes e seus desdobramentos, quais sejam: a vertente globalista, que se desdobra em quatro posições básicas: a) a escola da nova política urbana, b) as estruturas centradas na *city marketing*; c) a posição que destaca a formação das redes de cidade e regiões; d) e a posição que destaca uma ordem internacional sem fronteiras internacionais.

Já a vertente regionalista, desdobra-se em distintas linhas teóricas: a) a linha do desenvolvimento local como uma matriz de estruturas industriais; b) a ênfase do desenvolvimento local como um processo endógeno de mudança estrutural; c) o desenvolvimento local como o empoderamento da sociedade local; d) os meios inovadores; e) a crise do modelo fordista. (ROTTA E REIS, 2007; VIEIRA, 2008; BOISIER, 2005).

A teoria globalista se baseia na idéia da homogeneização dos espaços, pois o poder local não teria a capacidade de escolher um nível de tributação e de serviços que se diferenciasses de acordo com as exigências dos cidadãos e do capital volátil, decorrentes do processo de globalização e das transformações produtivas e tecnológicas ocorridas no crepúsculo do século XXI. Enquanto isso, a versão regionalista do desenvolvimento se baseia na especificidade dos espaços locais; assim, os locais teriam condições econômicas, sociais, culturais e ambientais de interagir com as dinâmicas globais do desenvolvimento. (ROTTA e REIS, 2007; VIEIRA, 2008).

As teorias que se enquadram na vertente globalista podem ser descritas da seguinte forma:

- Nova política urbana, com base na concorrência global, em que a volatilidade do capital e do trabalho se destaca, motivando a competição entre as cidades. Neste caso, toma-se por base o crescimento econômico por meio de atração de capital, e as políticas sociais seriam aplicadas no sentido de atrair o capital externo;
- City marketing: as políticas sociais teriam um caráter definido pelas instituições da União Européia. Neste caso, as cidades possuiriam o mecanismo de gerenciamento, em que deveria ser transmitida uma imagem positiva das cidades e regiões.
- Redes, cidades e regiões: neste modelo, o estado-nacional teria dificuldade no controle do fluxo de informações e de capital financeiro internacional. Enfrentaria, também, dificuldades para lidar com as diversidades culturais e étnicas no território local, devido às dificuldades geradas pelos novos meios tecnológicos;
- Estado mínimo: trata da adequação dos espaços locais à dinâmica global, pois deveriam otimizar os recursos existentes. Nesta versão, as políticas sociais se orientam para a área da educação, de modo a preparar a força de trabalho diante das novas exigências do capital, e garantir uma infra-estrutura social segura para que as empresas e as pessoas tenham mais condições de escolha. (ROTTA e REIS, 2007).

Por seu turno, as escolas que se enquadram na vertente regionalista podem ser assim descritas:

- Linha do processo endógeno de mudança de estrutura: esta linha destaca a capacidade dos agentes locais em transformar o sistema econômico local, e com isso poderem enfrentar os desafios externos, a capacidade de promover a aprendizagem social e de introduzir formas específicas de regulação social em nível local. O processo de endogeneização do desenvolvimento envolve pelo menos quatro planos inter-relacionados:
 - Econômico, que tem como base a diversificação da economia local. Neste plano, endogeneizar o desenvolvimento local significa tentar conciliar a proposta estratégica de longo prazo do território com as

- estratégias de longo prazo dos segmentos de capital externo, presentes no território;
- Político, que diz respeito à capacidade de desenhar e executar políticas de desenvolvimento, sobretudo no que se refere à capacidade de negociar com os atores que definem o entorno do território;
 - Científico-tecnológico, este plano trata também do processo de endogeneização, analisando a capacidade do local em gerar seus próprios impulsos tecnológicos de mudança, capaz de provocar modificações qualitativas no sistema como um todo. Para que este processo ocorra, no entanto, é imprescindível que haja um sistema local de ciência, tecnologia e inovação;
 - Cultural, neste plano a endogeneidade se refere à construção de uma “matriz produtora de identidade socioterritorial”, de modo a gerar identificação coletiva. Este processo, por sua vez, passaria pela recuperação e reconstrução da cultura local por meio do projeto coletivo de desenvolvimento. (ROTTA e REIS, 2007; BOISIER, 2005).

Outra versão do regionalismo ressalta a endogeneidade do processo de desenvolvimento, com ênfase no papel dos “sistemas produtivos locais” e do “distrito industrial”, passando por autores como Bagnasco, Becattini e Garafoli, que analisaram a experiência da “Terceira Itália”. Este estudo retorna ao arcabouço teórico de Marshall, complementado com as análises das relações interpessoais entre agentes locais. Esta abordagem exprime que o desenvolvimento regional depende da articulação entre o potencial socioeconômico e cívico da região, de modo a produzir círculos virtuosos, que formariam um equilíbrio social com elevados níveis de cooperação, reciprocidade, confiança, civismo e bem-estar coletivo. Estes estudos revelam, também, que tanto o Estado quanto o mercado seriam mais eficientes se funcionassem em ambientes cívicos favoráveis, em que os atores possam assumir compromisso entre si. Estas são características comuns do “capital social” e do “bem público”, fundamentados nas relações de confiança mútua, ao contrário das relações com base no “capital convencional” e no “bem privado” (ROTTA e REIS, 2007; PUTNAM, 2002).

Nesta abordagem, as políticas sociais são elementos essenciais para o fortalecimento do potencial socioeconômico e cívico das regiões. Mas a eficiência das políticas públicas, por sua vez, estaria vinculada ao contexto cívico de cada região. (ROTTA e REIS, 2007; PUTNAM, 2002).

A terceira abordagem da visão regionalista leva aos distritos industriais, sistemas que deveriam dar um salto de qualidade e se transformarem em “distritos tecnológicos”, pois na forma convencional enfrentam dificuldades, como: intensificação da concorrência internacional, dificuldades em promover inovações em produtos e serviços, a incipiente ligação dos distritos com as instituições universitárias, dificuldades ao acesso a financiamento da inovação, dificuldade na escala de rede de colaborações e dificuldades em preservar o meio ambiente.

Estas dificuldades, portanto, motivam a transformação dos distritos industriais em distritos tecnológicos. Neste caso, as relações informais são mais expressivas do que as relações mercantis. Nesta abordagem também há pouca referência quanto às políticas sociais, pois é destacada a constituição de serviços de apoio à atividade produtiva, sobretudo na área de educação de tecnologia de nível superior, que seriam organizados por meio de parcerias entre o Estado e as empresas, de modo a realizarem pesquisas, produtos, processos e qualificação profissional (ROTTA e REIS, 2007).

A abordagem dos “tecnopólos” trata da capacidade de gerar “dinâmica de inovação elevada”, sem a necessidade de um meio de sustentação, pois a lógica da interação é reduzida (a região responde às necessidades da empresa e não o contrário.). Nesta abordagem também há pouca referência às políticas sociais; estas se destacam apenas quando são consideradas como necessárias à efetivação dos objetivos propostos pelas empresas dos “tecnopólos”. Ao ensino, em especial ao de nível superior, é dada relativa importância, pois servem para preparar pessoal especializado para as empresas. A centralidade maior desta abordagem é na política econômica.

Outra abordagem se refere aos “ambientes ou meios inovadores” (“milieu”). Esta abordagem se relaciona com a abordagem dos distritos industriais. Todavia, ela enfatiza as dinâmicas territoriais, em que as sinergias se baseiam na identidade tecnológica e nas relações socioprofissionais e em instituições que dão suporte à inovação. A abordagem do meio inovador busca apreender as dinâmicas de

inovação territoriais, pressupondo que o desenvolvimento esteja diretamente ligado à capacidade inovadora das regiões, de modo a promover projetos que se aliem com novas tecnologias, cooperação entre as empresas e instituições de pesquisa, para que seja possível se desenvolver novos produtos, algumas das vezes com apoio das autoridades locais e regionais. (idem)

A sexta abordagem refere-se ao empoderamento das sociedades locais. A sua fundamentação está no crescente processo da *glocalização*, que exige mudanças rápidas e profundas nas questões socioeconômicas, pois exige que as sociedades locais assumam ou recuperem competências para intervir: nos próprios processos de mudança social, no crescimento e desenvolvimento. Todavia, este não é um processo automático e requer sociedades locais informadas, motivadas, organizadas, possuidoras de um conhecimento mínimo (inteligência coletiva), capaz de entender o processo de globalização e consensuadas para atuar pró - ativamente. Nesta abordagem, as políticas sociais ligadas à educação e assistência social recebem especial atenção, pois elas viabilizam a criação da “Inteligência coletiva”. Neste caso, o estabelecimento das redes de ação coletiva, o fortalecimento dos vínculos de solidariedade e das potencialidades das organizações associativas seriam importantes para o fortalecimento do empoderamento dos grupos, por meio de um trabalho que envolve descobrir as habilidades, competências e as forças locais para, com isso, atuar de forma participativa nas decisões que envolvem os grupos. (ROTTA e REIS, 2007; BOISIER, 2005)

Rotta e Reis (2007) se referem à escola da Revolução Francesa como uma sétima abordagem da vertente regionalista. Aqui, a crise do modelo fordista teria motivado uma redefinição do papel dos territórios locais na dinâmica do desenvolvimento, pois as bases da política keynesiana desse modelo gerava uma espécie de homogeneização da produção, do consumo e dos espaços locais. Os modelos de desenvolvimento pós-fordismo se caracterizariam pela flexibilidade e mobilidade produtiva, tecnológica e espacial. Nesta nova perspectiva, a economia de escala não organizaria mais o sistema de produção, mas sim os mercados segmentados e diversificados, que atendem as necessidades dos consumidores. Estas características seriam importantes para a organização do trabalho, para as relações: entre empresa - fornecedor, e empresa – clientes; além de favorecer a integração entre empresas de grande, médio e pequeno porte. Com isso, transfere-

se a regulação do nível macroeconômica para o nível microeconômico, intensificando a regulação local por meio de parcerias entre governos locais, associações de empresas e outros atores locais (ROTTA e REIS, 2007).

Por fim, uma oitava abordagem, que tenta amenizar o entrave entre o endógeno e o exógeno, abordada pelas outras visões regionalistas, é o chamado “glocalization”. Esta perspectiva tenta conciliar, ao mesmo tempo, os aspectos estruturais, mais estáveis, com os aspectos mais dinâmicos do funcionamento do capitalismo na fase pós-fordismo, e busca refletir sobre a inter-relação que se estabelece entre os espaços global e local. Esta abordagem, por sua vez, reconhece as dificuldades de interação entre o global e o local. Reconhece, pois, que estes dois pólos determinam-se reciprocamente, por vezes de modo congruente e conseqüente, por outras vezes de modo desigual e desencontrado. (ROTTA e REIS, 2007).

A glocalização afirma a interdependência necessária entre o local e o global para a formação de uma sociedade cosmopolita, com uma rede de comunidades interdependentes, sejam elas sócio-territoriais, virtuais, regionais, subnacionais ou transnacionais. Esta versão afirma a necessidade de políticas públicas que favoreçam parcerias entre o Estado e a sociedade, para investimento em desenvolvimento, políticas multi e intersetoriais de desenvolvimento social e em investimentos ativos, a exemplo das potencialidades já existentes no local, e não apenas com o gasto estatal, para satisfazer as necessidades. (FRANCO, 2003, apud ROTTA e REIS, 2007).

Uma última abordagem que se apresentaria na vertente regionalista diz respeito à alternativa da geração de emprego e renda pelo modo de produção capitalista. Os autores destacam a importância de incorporar o trabalho no futuro capitalista, pois o aprofundamento das transformações econômicas, principalmente da crise econômica a partir dos anos de 1970, teria limitado os horizontes de trabalho e os seus rendimentos (idem).

Todas estas abordagens, contudo, merecem revisão, por algumas de suas argumentações serem, por vezes, bastante otimistas, ou por exigirem respostas para questões do tipo:

- 1) Como as regiões podem afastar-se do seu posicionamento marginal e alcançar novos padrões organizativos fundados no protagonismo e na articulação dos atores territoriais? 2) Como aqueles complexos territoriais que têm alcançado os atributos dos distritos industriais podem enfrentar suas

limitações estruturais ligadas a sua escala e ao conjunto de inércias que bloqueiam sua qualificação, para ingressar nas redes globais controladas pelas transnacionais? E, 3) Como, em geral, os espaços regionais podem encontrar padrões organizativos funcionais que lhes permitam inserir em seu âmbito as empresas transnacionais, condicionando seu funcionamento e operando com estes macro atores uma lógica não reprodutiva, se não altamente sinérgica? (DALLABRIDA, SIENDENBERG, FERNANDEZ, 2004, P. 48)

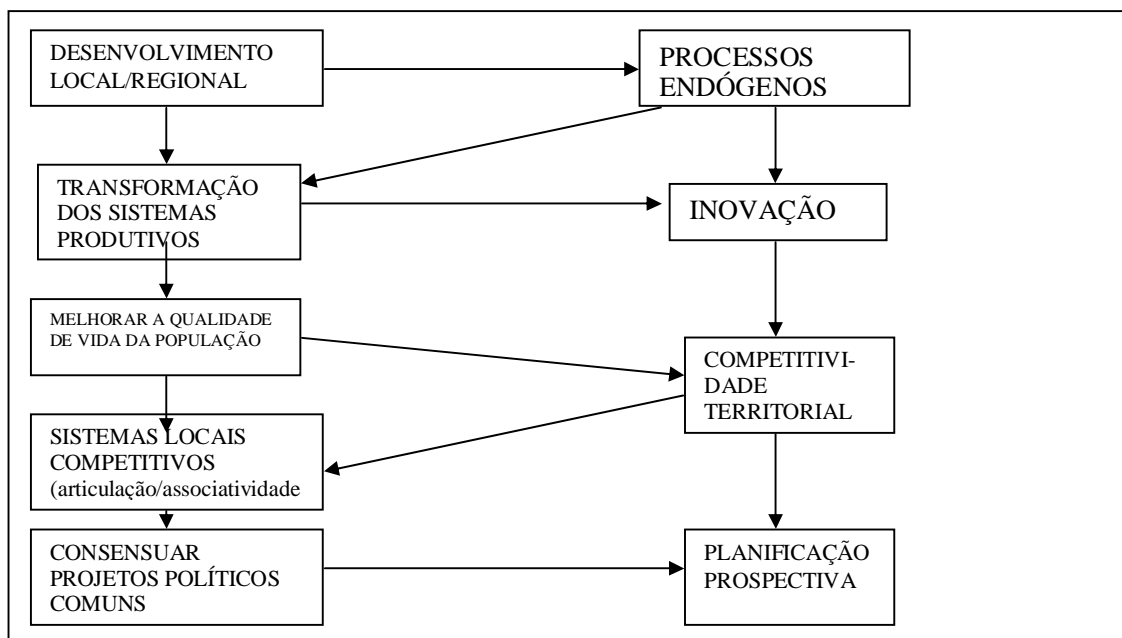
Gil, Garcia e Klink (2003) acrescentam também que não existiria um modelo adequado a explicar o novo regionalismo. Mas três tendências direcionam este novo regionalismo: a) a teoria sistêmica (neoliberal), que vê o regionalismo como uma resposta às pressões externas; b) as teorias que enfatizam as inter-relações regionais; e, c) as teorias de nível doméstico, com ênfase no impacto de mudanças como a democratização na tendência à regionalização e cooperação regional.

2.3. O Processo de Desenvolvimento Econômico Local.

Como se pode perceber, o desenvolvimento local apresenta-se de forma complexa, pois envolve uma grande diversidade de conceitos, atores e relações, dimensões espaciais e outros fatores que o influenciam.

Diante de tal complexidade, faz-se necessário elaborar alguns desenhos do processo de desenvolvimento local, como destaca Lira (2005). O autor descreve o desenvolvimento como um processo eminentemente endógeno, que tende a aproveitar as potencialidades do próprio local, sejam elas naturais, humanas, institucionais e organizacionais; de modo a transformar os sistemas locais com o propósito de melhorar a qualidade de vida da população local.

Figura 01: conceitualização dos processos de desenvolvimento regional



Fonte: Lira, Revista de La Cepal, 85, abril de 2005.

Albuquerque (s.d. e, 2004), por sua vez, destaca questões que tratam das bases do desenvolvimento, dos âmbitos de atuação das iniciativas de desenvolvimento local e serviços a serem prestados às empresas e dos níveis de análise em um modelo de desenvolvimento.

No que tange às bases do desenvolvimento local, Albuquerque (s.d. e, 2004) discorre sobre a importância da mobilização, participação dos atores locais, e da construção do “capital social”. Assegura, também, que uma iniciativa requer a concertação entre os atores públicos e privados, além de abordar a importância de se criar mecanismos de fomento a uma cultura empreendedora local, que não seja em forma de subsídios. Lembra, ainda, que o desafio para a construção de uma cultura empreendedora é a relação de cooperação entre os atores públicos e privados, nos planos e projetos de desenvolvimento, além de uma postura pró-ativa por parte dos governos locais e estaduais. E para a construção de um ambiente favorável ao desenvolvimento local, aponta como necessárias as seguintes bases:

- Mobilização e participação de atores locais;
- Atitude pró-ativa dos governos locais;
- Existência de equipes de liderança local;

- Cooperação pública privada;
- Elaboração de uma estratégia territorial de desenvolvimento;
- Fomento de empresas locais e capacidade de recursos humanos;
- Coordenação de programas de fomento;
- Criação de institucionalidades para o desenvolvimento econômico local.

E quanto aos âmbitos para o desenvolvimento local destaca:

- a) sistema de informação territorial;
- b) assistência técnica e assessoria;
- c) formação de recursos humanos;
- d) construção de redes de cooperação entre empresas locais;
- e) melhoria da comercialização de produtos locais;
- f) melhoria das infra-estruturas básicas e ordenamento do território, vinculação de entidades financeiras e acesso ao crédito;
- g) valorização do patrimônio natural cultural.

(ALBURQUERQUE, s.d.)

Destacam-se também os serviços a serem oferecidos às empresas:

- a) informação empresarial estratégica;
- b) capacitação em gestão empresarial;
- c) capacitação em gestão tecnológica;
- d) capacitação em consultoria empresarial;
- e) apoio a inovação produtiva;
- f) comercialização e apoio a exportação;
- g) cooperação empresarial e criação de empresas;
- h) assessoramento financeiro.

(idem)

2.4. Mecanismos de Apoio ao Desenvolvimento

2.4.1. Governança

Desenvolver o local se apresenta como uma tarefa difícil, tendo em vista a diversidade de atores e interesses. Como alternativa para conciliar esta diversidade de interesses, aparece a governança. Este termo surge a partir da década de 1930, para regular as relações corporativas, após a crise econômica mundial da época (IBGC, 2009; BUSATTO, 2005). Num contexto mais atual, Busatto (2005,P.02) destaca uma forma de governança mais *amadurecida*, numa *versão mais atual*, na qual poderia ser entendida, principalmente no Brasil, como resultado do “amadurecimento da consciência cívica da sociedade, direcionado ao Estado”. O autor toma como base o conceito descrito no Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), que, em síntese, trata do exercício da autoridade política, econômica e administrativa de um país, em todos os níveis. Inclui aí os interesses dos cidadãos e grupos, que utilizam mecanismos e processos para exercerem seus direitos, cumprir com suas obrigações e resolverem suas diferenças.

Como condicionante da estrutura de governança, sobretudo em condições de Arranjos Produtivos Locais, os autores Suzigan, Garcia e Furtado (2007, P.426) destacam como imprescindível a predisposição dos atores locais “em ir além das vantagens competitivas locais decorrentes de economias externas de aglomeração”, no sentido de que estes atores devem buscar ações coletivas e desenvolver ações conjuntas, na tentativa de se alcançar a eficiência coletiva.

A governança é importante para se construir um estado eficaz. Mas a eficiência coletiva, no entanto, depende da organização e interação entre empresas e instituições locais. (CVM 2002; BARALDI e DRI, s.d.; GONÇALVES 2006; GORAYEB 2002; DFID, 2007.).

A CONFRAGRI (2005) lembra das normas, processos e condutas que viabilizam a articulação de interesses na gestão dos recursos e no exercício do poder na sociedade, ou seja, na capacidade do Estado em servir aos cidadãos. Borges (2003) lembra a relação entre o poder e a administração, no sentido de tornar mais eficientes os recursos econômicos e sociais de um país. Mas, a

eficiência desses recursos, principalmente, em questões relacionadas ao desenvolvimento regional e local, assim como no bom desempenho dos arranjos e sistemas produtivos locais, depende de como o poder é exercido na administração desses recursos.

Embora se relacione governança com poder, Gonçalves (2006) a descreve como um processo capaz de gerar resultados eficazes, sem a necessidade de usar a coerção.

De acordo com o Projeto de Apoio à Governança Democrática do Mato Grosso do Sul (2005), a governança pode se consolidar mediante a modernização de operações e processos, assim como o aperfeiçoamento dos métodos de tomada de decisão. Além, também, da interação das ações relativas ao desenvolvimento humano local e do aperfeiçoamento dos gestores públicos do governo.

Para Suzigan, Garcia e Furtado (2007), que abordam governança dentro do contexto de Arranjos Produtivos Locais, o seu conceito refere-se à capacidade de comando ou coordenação entre certos atores, a exemplo das empresas, instituições, ou mesmo um ator coordenador, que exercem influência decisivamente nas inter-relações produtivas, comerciais, tecnológicas, entre outros processos inter-relacionais. Nesta concepção, governança é vista como um sistema complexo e sem um modelo específico ou formatado para a sua execução. Cada sistema produtivo possuiria suas próprias características e, portanto, exigiria uma governança local com características próprias, mas sempre com o objetivo de se alcançar a eficiência coletiva.

Deve-se observar, contudo, duas questões importantes nas práticas de governança, que dizem respeito à sua institucionalidade e sua legitimidade. Sobre estes assuntos, Villela (2008) lembra as dificuldades em se estabelecer regras para institucionalizar ações conjuntas, principalmente devido a fatores como a origem dos empresários, socioeconômica e cultural, que limitam estas ações. Como aborda o autor, além das questões empresariais, há também o agravante das instituições locais e sua dificuldade em lidar com o poder e com as ações efetivas de governança local. Este conflito pode ser denominado de “crise de legitimação sistêmica”. O autor ainda lembra a relação entre legitimação e institucionalização, pois a legitimação das instituições que compõem a governança depende do seu grau de institucionalização, assim como das suas ações efetivas. Ele observa, ainda,

que a institucionalização se dá por meio da infusão de valores e pela promoção da estabilidade, de modo a tornar estas instituições sólidas, ao ponto de torná-las legítimas e, portanto, difíceis de serem descartáveis. Dessa forma, as instituições assumiriam uma identidade, tornando-se “organizações institucionalizadas”. Mas, deve-se lembrar, contudo, que esta condição se constrói ao longo do tempo, por meio de ações praticadas pelas instituições. (VILLELA, 2008)

Souza (2004) parte da constituição de 1988, para compreender as novas institucionalidades, devido ao processo da redemocratização brasileira. Lembra que, concomitantemente ao processo de democracia local, tem ocorrido também o processo de governança local que, por sua vez, tem sido motivado pelos mandamentos constitucionais, incentivos do governo federal e pressões de organizações multilaterais e, principalmente, pelas políticas desenhadas localmente. Contudo, a governança nos municípios brasileiros se apresentaria de forma desigual e de maneira pouco clara.

Ainda conforme Souza (2004), dentre os objetivos da constituição de 1988, estaria a descentralização, ou seja, maior autonomia local, com o aumento da capacidade de decidir onde e como investir os recursos. Mas na prática, segundo o autor, o que se tem observado é a implantação de políticas sociais. O processo de descentralização envolve a transferência de responsabilidade que, por sua vez, não depende apenas da transferência de recursos, mas também do desenho institucional e das políticas locais, as quais exercem importante papel nas políticas públicas, podendo, inclusive, exercer influência no incentivo ao estrangimento à descentralização. Um exemplo desse estrangimento seria a municipalização dos serviços de saúde e educação, pois estes exemplos têm se mostrado com um sistema complexo de relações intergovernamentais, com base nos mecanismos de recompensa e sanção.

Deve-se destacar, no trabalho de Souza (2004), a questão do empoderamento das comunidades locais. A municipalização de alguns serviços sociais universais, na condição de promover a institucionalidade na governança local para, com isso, aumentarem a participação das comunidades locais nos processos decisórios e no controle de implementação de políticas sociais. Em boa medida, estas participações se devem à constituição de 1988, que teria criado mecanismos de participação das comunidades locais em fóruns decisórios e no controle de

algumas políticas locais, de forma a possibilitar o empoderamento da sociedade e o *accountability* dos gestores públicos.

Dentre estas formas de gestão mais participativas, está o Conselho Municipal Participativo, que tem entre suas funções fiscalizar as políticas decididas em outras esferas, além de alocar recursos, acompanhar sua aplicação e os rumos das políticas públicas. O conselho pode ser constituído em função de políticas como saúde, educação, assistência social, meio-ambiente ou emprego e renda, ou em políticas de defesa individual ou coletiva, a exemplo da defesa da criança, adolescente, idosos etc. Em resumo, Souza (2004) mostra que a governança local tem se mostrado bastante inovadora institucionalmente, com um complexo sistema de relações intergovernamentais, sobretudo entre a União e os governos locais. Porém, a autora destaca que, apesar dos governos e comunidades locais estarem mais envolvidos na provisão de serviços sociais universais e de bens públicos de uso comum, a sustentabilidade das novas institucionalidades, sem o apoio financeiro do governo federal e de outros organismos exógenos à governança local, ainda não está clara.

Suzigan, Garcia e Furtado (2007) destacam também os condicionantes que influenciam negativamente nas formas de governança local, dentre os quais estão: o domínio pelas grandes empresas, tanto nas relações econômicas quanto no domínio dos sindicatos; a influência das grandes empresas, exercida nos mercados, no sentido de impedir iniciativas coletivas de cooperação entre as pequenas empresas. E outro aspecto inibidor à estrutura de governança local diz respeito ao insuficiente desenvolvimento e a ineficácia de instituições locais, tanto nos aspectos associativos, quanto nos aspectos relacionados à prestação de serviço. Destaca-se aí, a ineficiência de algumas instituições classistas, que normalmente oferecem apenas alguns serviços básicos como informações sobre o comércio. Adiciona-se a estes condicionantes, também, o contexto social/cultural/político, principalmente, em questões relacionadas à confiança local, pois com sua ausência o clima de competitividade se sobressai e passa a inibir as discussões sobre as resoluções dos problemas comuns entre as empresas.

Como condicionantes favoráveis à estrutura de governança são destacados:

- A presença de um coordenador profissional, que deve ter sua importante liderança reconhecida pelas empresas e instituições locais e, que possa organizar a estrutura produtiva e aglutinar fatores que viabilizem a competitividade, de modo a facilitar a governança local;
- A ausência de uma empresa dominante, que venha intervir nas relações de mercados de produtos estratégicos;
- A organização de instituições como associações de classe, sindicatos e cooperativas;
- O espírito associativo das instituições, de acordo com os traços sócio-culturais, oriundos de práticas históricas de cooperação entre empresas, a exemplo da troca de matérias-primas;
- A contratação de consultores especializados, para auxiliar em questões como custos, layout, processos de produção, marketing etc.;
- A implantação de processos de qualidade total;
- Estratégias de formação profissional, entre outros.

Em síntese, Suzigan, Garcia e Furtado (2007) observam que nos sistemas dominados por grandes empresas, inseridas em cadeias globais de suprimento, produção e comércio, as formas de governança local ficam comprometidas. Uma alternativa para estes sistemas é o estabelecimento de decisões políticas, com o propósito de redirecionar o desenho do arranjo produtivo. Estas políticas devem ser realizadas pelas grandes empresas, pelas empresas coordenadoras e pelos atores públicos e privados. Neste sentido, devem-se mediar as políticas propriamente ditas, no sentido de se estabelecer os objetivos a serem seguidos pela governança local e, com isso, mobilizar corretamente as políticas locais, de modo a alcançar os objetivos determinados. Ressaltem-se, ainda, as diferenças dos arranjos produtivos locais, pois estas são premissas básicas para se estabelecer as políticas prioritárias e o momento adequado para cada tipo de intervenção e, assim, estabelecer um modelo de intervenção condicionado a um padrão de qualidade próprio de cada sistema.

2.4.2. Políticas públicas

As políticas públicas são importantes mecanismos de auxílio ao desenvolvimento local. Contudo, Oliveira (2008) considera que muitas políticas públicas não obtêm êxito em função dos planejamentos que norteiam essas políticas, sobretudo no que diz respeito à execução desses projetos. Entre os fatores que contribuem para as falhas das políticas públicas, encontram-se as discussões acerca do fluxo das tomadas de decisão no processo de planejamento dessas políticas, sendo elas no modelo *Top down*, ou *bottom-up*. No primeiro caso, os planejamentos viriam de cima para baixo, com coordenação e tomada de decisão, dos projetos realizados, por conta das autoridades. No segundo caso, o processo realiza o caminho inverso, ou seja, de baixo para cima, em que a população afetada por estas políticas e os agentes do Estado teriam maior participação destes projetos. Nos países em desenvolvimento, as falhas nos projetos de políticas públicas seriam explicadas por aspectos do tipo: políticos institucionais, financeiros e técnicos.

Entre estas questões, as políticas institucionais, o sistema político, Estado e sociedade civil não estariam funcionando de maneira correta, pois, em muitos casos, estes países viveram sob o comando das forças militares, que teriam inibido as articulações da sociedade civil, do sistema político e da atuação do Estado. O fator financeiro seria outro aspecto de forte impedimento às políticas públicas nos países em desenvolvimento, devido à limitação de recursos nestes países. Além, também, da capacitação técnica e motivação dos recursos humanos, assim como a competência técnica, que se revelam como mais um fator limitante do sucesso das políticas públicas destes países. Além disso, haveria uma deficiência no que diz respeito à articulação dos órgãos envolvidos no planejamento das políticas públicas (idem).

De acordo com Côrtes (2007), a literatura internacional até o início dos anos 1990 considerava quase impossível, nos países em desenvolvimento, sobretudo na América Latina, canais de participação no processo de desenvolvimento, devido às características das instituições e dos atores políticos, pois havia a suposição de que eles seriam dominados por pactos e acordos informais elitistas e por uma sociedade civil fraca. Mas, ainda conforme Côrtes (2007), estas suposições estariam equivocadas, pois vários atores estariam criando mecanismos participativos em

vários níveis da administração pública brasileira; dentre eles, conselhos de políticas públicas em várias áreas, a exemplo da área da saúde, trabalho e emprego. Mas é importante que os espaços públicos estejam institucionalizados, para envolvimento dos seus participantes nas atividades participativas na gestão pública; contudo, a constituição de canais participativos não seria suficiente para que alguns envolvidos, como representantes de movimentos populares, sindicatos e grupos de interesse de usuários participem, de fato, do processo de decisão política em determinadas áreas da administração pública. Deve-se considerar, também, que o boom dos canais participativos depende da capacidade organizacional dos grupos sociais e de suas origens (idem).

De acordo com Côrtes (2007), a gestão participativa, por meio dos conselhos participativos, teria alguns condicionantes essenciais para o seu funcionamento, que são: “1) estrutura institucional da área de política pública em que se localizam; 2) organização do movimento popular e sindical e dos grupos de interesses de usuários no município; 3) posições das autoridades municipais em relação à participação; 4) natureza da *policy network* setorial, que pode comportar a existência de *policy community* na qual se aliam profissionais da área e lideranças populares”.

Estes condicionantes formariam características institucionais e padrões de comportamento político e ação coletiva, de vários grupos de interesse e atores institucionais, com atuação isolada ou articulada, no intuito de mudar ou manter o acesso aos canais de participação a decisões tomadas nos níveis municipais. Côrtes ainda ressalta a capacidade organizativa dos grupos sociais, participantes do processo da gestão participativa, de modo que possa ser legítima, autônoma e continuada as suas ações. Mas esta capacidade organizativa seria mais eficiente nas grandes cidades, onde os movimentos populares e sindicais exerceriam melhor o seu papel de grupos de pressão, enquanto que nas pequenas cidades, o clientelismo e o paternalismo nas relações entre governos e grupos de interesse se apresentariam de forma mais aflorada, impondo, com isso, maiores limitações nas atividades da gestão participativa. Esta gestão ainda sofreria limitações decorrentes da cultura política dos municípios brasileiros.

3. METODOLOGIA

3.1. Tipo de Pesquisa

De acordo com os propósitos desta pesquisa, optou-se pelo delineamento de cunho empírico-indutivo, qualitativo interpretativista – interacionista simbólico. A adoção deste delineamento se dá pela sua flexibilidade, pois permite aos sujeitos da investigação a livre expressão da sua percepção de mundo, assim como da sua interpretação sobre a realidade adotada por outros sujeitos. A subjetividade dos sujeitos nesta pesquisa é importante, pois revelam o processo de reconversão econômica da região cacaueteira, aos olhos dos seus principais atores locais.

A metodologia utilizada nesta pesquisa, segundo (ARAÚJO, ALLOUFA, OLIVEIRA, 2008; YAMOUCHE, 2006), a *Grounded Theory*, (teoria fundamentada) apresenta-se como uma ferramenta de desenvolvimento teórico local, ao passo que foca estudos locais e busca desenvolver interpretações teóricas que dêem suporte para o entendimento da situação local, possibilitando apresentar sugestões para resolver problemas sociais, organizacionais e criar uma concepção local .

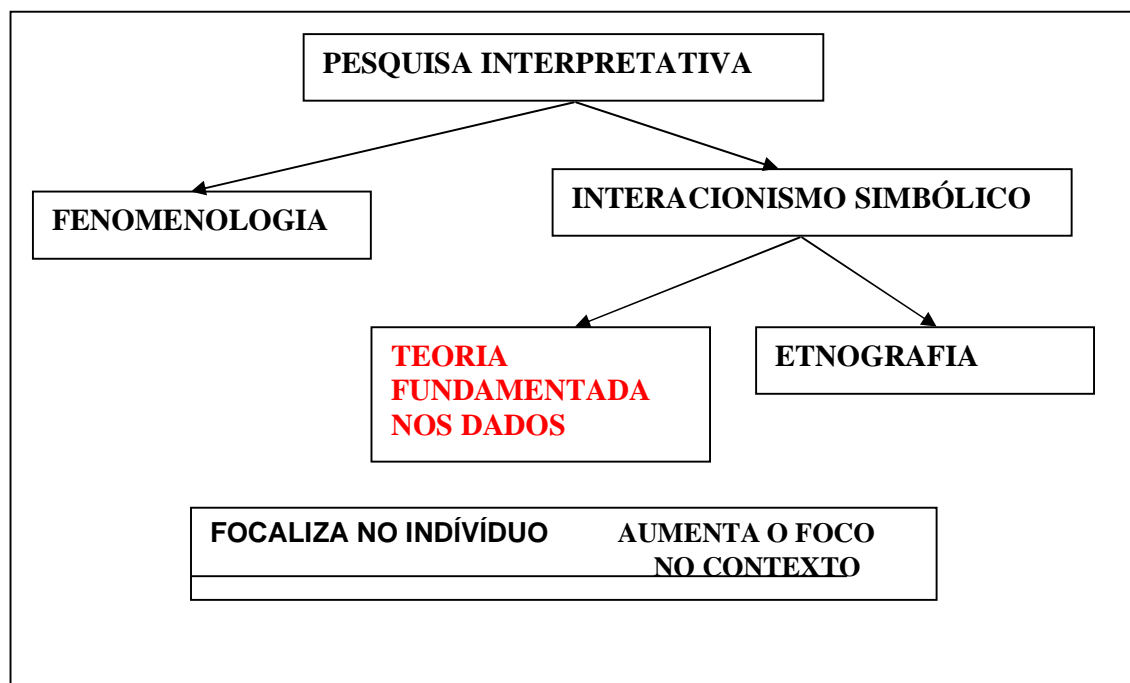
Considera-se o caráter empírico-indutivo, tendo em vista sua contraposição ao generalismo “a priori”, ou seja, a generalização surge a partir de casos concretos, sem considerar princípios preestabelecidos (Gil, 2008). Tem como princípio investigar os fenômenos desconhecidos e as relações entre estes fenômenos.

O caráter epistemológico interpretativista considera as diferenças entre os sujeitos e os objetos e os diferentes modos de investigação para cada um deles, de modo que a metodologia utilizada para investigar o sujeito deve ser diferente para investigar o objeto. Considera, também, que o comportamento de uma pessoa depende do convívio com as outras, de modo que esta interação leva a interpretações. Este processo interpretativo, por sua vez, depende das experiências de vida de cada um (MOREIRA, 2004). No arcabouço interpretativista, surge o interacionismo simbólico, no qual a vida humana não pode ser entendida fora do contexto comunitário, pois neste contexto são desenvolvidas as linguagens e as interações que darão suporte ao desenvolvimento mental e ao conhecimento, que irão compor o mundo que cerca os indivíduos (idem). Nesta contextualização, os

seres agem auto-reflexivamente, e passam a controlar, monitorar, ajustar e avaliar seu próprio comportamento no decorrer do tempo, implicando com isso, na alteração do comportamento humano. Gil (2008) acrescenta que além dos símbolos variarem de acordo com o tempo e o ambiente, eles são forjados pelos atores sociais, de acordo com a natureza reflexiva dos sujeitos. E, finalmente, convém compreender a *Grounded Theory*, método segundo o qual a teoria surge da análise sistemática dos dados. Este procedimento tende a se aproximar mais da realidade do que a teoria derivada de vários conceitos baseados em experiências ou especulação, conforme abordam Stauss e Corbin (2008).

De acordo com Lowenberg, J. S., (apud Cassiani; Caliri e Pela, 1996), a *Grounded Theory* é considerada como uma variante do interacionismo simbólico, conforme mostra a figura:

Figura 02: classificação das pesquisas interpretativas



Fonte: Lowenberg, J. S. (apud CASSIANI; CALIRI e PELA, 1996)

Tendo em vista o posicionamento epistemológico das metodologias interpretativas e as condições que envolvem a presente pesquisa, opta-se pelo método de investigação da *Grounded Theory*, pois este posicionamento permite capturar a realidade social do local, conforme o ponto de vista dos seus atores, de

modo a facilitar o entendimento do local como uma realidade socialmente construída (Gil; Oliva e Gaspar, 2008).

3.2. Amostra e Sujeitos da Pesquisa

Este subtópico trata dos critérios da amostra da pesquisa de campo e dos sujeitos incluídos nesta amostragem. De acordo com o delineamento metodológico estabelecido para esta pesquisa, o termo amostra assume a condição de amostragem teórica, conforme descrevem Strauss e Corbin (2008), pois a coleta de dados foi conduzida pelos conceitos que foram surgindo de acordo com a evolução teórica baseada em comparações. Assim, a escolha por pessoas, lugares e fatos, que fizeram parte desta pesquisa, ocorreu com o objetivo de descobrir variações entre conceitos que foram surgindo, durante a investigação, e deram sentido a uma densa categoria de conceito. Ou seja, um ordenamento conceitual, em que houve uma organização de dados em categorias discretas, de acordo com suas propriedades e dimensões, de modo que pudessem descrever e elucidar uma categoria de informações que compõem vários conceitos (STRAUS e CORBIN, 2008). Em síntese, a amostragem, nesse estudo, não seguiu um padrão pré-estabelecido antes de se iniciar a pesquisa, pois ela foi sendo construída conforme foram surgindo os conceitos que deram indícios de quais novas amostras deveriam ser pesquisadas.

Neste sentido, a investigação teve como ponto de partida um representante da classe dos comerciantes da cidade de Itabuna, o qual foi indagado, de acordo com sua experiência pessoal, e como representante classista sobre “a sua percepção de como os empresários, e a região, estariam enfrentando a crise econômica que se abateu na região cacaueteira”. A partir daí, criou-se uma teia de conceitos que indicaram os novos sujeitos a serem pesquisados, chegando ao total de 17 (dezessete) sujeitos entrevistados, dentre os quais se encontram fazendeiros, comerciantes e representantes do comércio, sindicalistas, profissionais liberais, representantes da sociedade civil organizada, representantes de instituições de ensino superior e de um órgão federal, responsável pela pesquisa da economia cacaueteira. As entrevistas ocorrem em três momentos, sendo que na primeira fase ocorreram 3 entrevistas, que deram suporte para as outras fases da investigação.

Na segunda fase, ocorreram mais 7 entrevistas, e na terceira e última fase, também mais 7 entrevistas, realizadas entre o período de julho de 2008 e julho de 2009, de modo a encontrar a saturação dos dados.

A identificação de 17 dos entrevistados ficou da seguinte forma:

- 1- Entrevistado (a), representante de uma instituição da classe dos comerciantes de Itabuna.
- 2- Entrevistado (b), ex-membro de uma instituição da sociedade civil organizada, ex- vereador.
- 3- Entrevistado (c), representante de um instituição privada de ensino superior de Ilhéus.
- 4- Entrevistado (d), representante de uma instituição de ensino superior estadual de Itabuna e Ilhéus.
- 5- Entrevistado (e), representante de uma instituição federal de pesquisa do cacau.
- 6- Entrevistado (f), comerciante e fazendeiro.
- 7- Entrevistado (g), representante do sindicato dos comerciários de Itabuna.
- 8- Entrevistado (h), representante de uma instituição federal de pesquisa do cacau e membro de um conselho municipal, que trata da proteção ambiental de Ilhéus.
- 9- Entrevistado (i), comerciante, e ex-comerciário, que se estabelece como comerciante após o período crítico da crise cacauera.
- 10- Entrevistado (j), comerciante, herdeiro de uma loja tradicional na cidade de Itabuna.
- 11- Entrevistado (l), comerciante do ramo de carnes, herdeiro de fazendas, que se estabelece no comércio, após o período crítico da crise cacauera.
- 12- Entrevistada (m), representante de uma organização não governamental de Ilhéus, que defende a preservação ambiental.
- 13- Entrevistado (n), representante de uma instituição de capacitação profissional.
- 14- Entrevistado (o), profissional liberal
- 15- Entrevistada (p), administradora de um laboratório e ex-comerciária.

16-Entrevistado (q), representante de uma instituição que trata de interesses comuns dos municípios da região cacaueira.

17-Entrevistado (r), antigo comerciante da região.

3.3. Procedimentos de Análise

Conforme orienta a teoria fundamentada (Grounded Theory), os dados foram analisados após cada coleta, de modo que estes pudessem nortear os próximos dados a serem colhidos. Para cada entrevista, foi realizado um memorando e a transcrição de suas gravações, de modo que pudessem ser observados códigos conceituais que direcionassem os próximos sujeitos a serem pesquisados. Nas primeiras análises, foram aplicadas as codificações aberta e axial (YAMAUCHI, 2006; STRAUS e CORBIN, 2008; BORGATTI, s.d.; DICK, 2005).

Codificação aberta

No primeiro momento da pesquisa, foi realizada a micro análise, com uma investigação minuciosa, linha por linha, criando unidades de análises, que foram nomeadas com palavras que pudessem exprimir seu significado para o investigador. Ou seja, o discurso foi quebrado em pequenos recortes analíticos, configurando a codificação aberta, de modo que estes recortes pudessem ser agrupados por afinidade, semelhança, relação e, assim, pudessem descrever os fenômenos que foram surgindo no texto, de modo a serem agrupadas em categorias que representassem estes fenômenos. (YAMAUCHI, 2006; BORGATTI, s.d.; STRAUS e CORBIN, 2008).

Codificação axial

Nesta fase, foi realizada a interação entre as categorias e subcategorias surgidas na fase anterior. Esta interação ocorreu em função de uma categoria apenas, que serviu como o eixo das demais categorias, por meio de um processo de associação entre elas. Neste processo analítico, utilizou-se do paradigma, uma ferramenta analítica que tenta responder questões referentes ao fenômeno em

estudo, tais como: por que, quando, de que forma, como e com que resultados. Contudo, a pretensão deste paradigma não foi responder a uma relação de causa e efeito, mas de recriar uma contextualização do fenômeno em estudo, ou seja, identificar condições, que se reunidas, produzissem uma situação específica para a sua ocorrência, por meio de um processo seqüencial de ações/interações que compõem o fenômeno. (STRAUS e CORBIN, 2008)

Codificação seletiva

Na seqüência, seguindo o processo da teoria fundamentada, após a codificação aberta e a axial, deu-se início à fase de codificação seletiva, no sentido de fazer emergir, ou de se chegar à categoria essencial, ou variável central, que representasse o tema principal, e fosse cercada pelas demais categorias (ARAÚJO, ALLOUFA, OLIVEIRA, 2008; LOURENÇO, FERREIRA E ROSA, 2008). Nesta fase da pesquisa, buscou-se a interação e o refinamento (com a revisão do esquema lógico e a busca de consistência interna e de falhas lógicas) da teoria, por meio da saturação, ou seja, quando não houve mais dados que acrescentassem novidades à pesquisa. Dessa forma, o foco da análise centrou-se nos elementos essenciais para a construção da teoria. (STRAUS e CORBIN, 2008; YAMAUCHI, 2006)

Para a interação destas categorias (as relações teóricas em torno da categoria central) foram considerados os fatores que cercam o fenômeno, tais como: as condições causais, o contexto, as condições intervenientes, as estratégias e conseqüências. Com isso, criou-se o paradigma de análise (condições causais>fenômeno>contexto>condições intervenientes> estratégias de ação/interação>conseqüências), em que: a) para as condições causais, foram considerados o conjunto de eventos, incidentes e acontecimentos que geraram o fenômeno; b) para o fenômeno, foi considerada a Idéia central, ou evento, no qual o grupo de ações e interações foram dirigidas/relacionadas; c) para o contexto, foram considerados um grupo de propriedades específicas, pertencentes ao fenômeno, que representaram um grupo de condições em que as estratégias de ação/interação foram tomadas; d) para as condições intervenientes, foram consideradas as condições estruturais, nas quais se apoiaram as estratégias¹ de ações/interações,

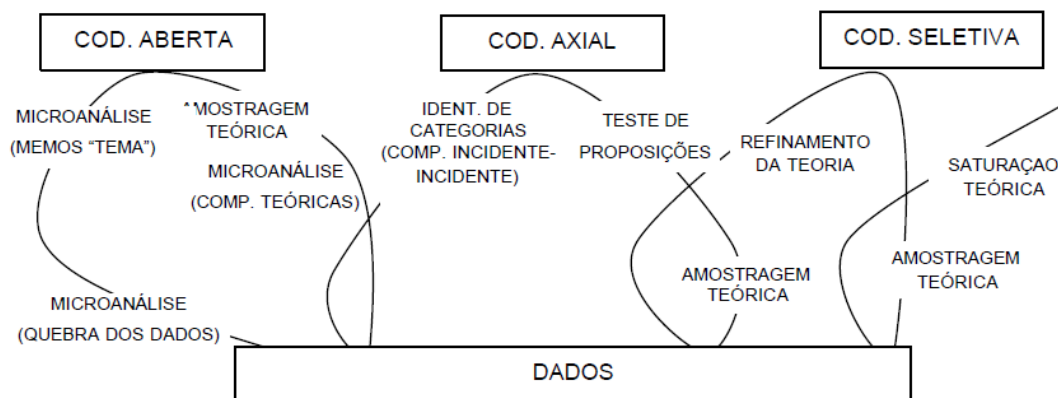
¹ “(...) as estratégias para lidar, para serem formadas ou responder ao fenômeno, são denominadas de estratégias de ação/interação” (CASSIANI, CALIN e PELÁ, 1996)

tomadas num contexto específico e que são pertencentes ao fenômeno. (CASSIANI, CALIN, PELÁ, 1996)

Delimitação da teoria/codificação teórica

Esta fase, representada pela redução das categorias, teve como objetivo delimitar a teoria emergente, pois foram encontradas uniformidades no grupo original das categorias que possibilitaram a formulação da teoria, por meio de um pequeno grupo de teorias abstratas. Esta delimitação só foi possível mediante a saturação teórica, chegando-se ao estágio em que não foram identificados novos dados que fossem relevantes para o estudo. O processo de análise, nesta fase, assemelhou-se com o processo de análise axial, porém com maior grau de abstração. (LOURENÇO, FERREIRA E ROSA, 2008; CASSIANI, CALIN E PELÁ, 1996)

Figura 03 - Ilustração do Processo de Coleta e Análise.



Fonte: Bandeira-de-Mello e Cunha (Anpad, evento 3s; 21 a 23 de junho de 2009)

A figura mostra o processo de coleta e análise dos dados, em que ocorre um refinamento da teoria por meio da interação do vários códigos que emergiram durante o processo de análise e cercam a categoria central, que no caso deste estudo é **“ENTENDENDO E REINVENTANDO O LOCAL: ADEQUAÇÃO À NOVA REALIDADE”**. Com a revisão das categorias emergentes durante o processo de análise, um exercício de idas e vindas de análise destas informações, de modo a se alcançar a saturação teórica das categorias. (BANDEIRA-DE-MELLO E CUNHA, 2009)

4. RESULTADOS

Este tópico trata da apresentação e refinamento dos dados colhidos. Como a metodologia utilizada é a teoria fundamentada, que se apresenta pela construção de uma teoria, de acordo com os dados colhidos, este tópico é apresentado numa seqüência lógica, conforme foi-se construindo a teoria emergente desta pesquisa. Em princípio, é feita a apresentação do local estudado, para que haja melhor compreensão do processo de construção da pesquisa; na seqüência, são apresentados três momentos cruciais à construção do trabalho: a fase de análise linha por linha, com a emergência de dados desconectados; a fase da construção da teoria, com a interconexão dos conceitos emergentes na análise anterior; e a fase do refinamento da teoria, com o retrabalho destes dados.

4.1. Contexto Histórico das Cidades Itabuna e Ilhéus

4.1.1. Formação da região

Como o objetivo deste trabalho é estudar a dinâmica sócio-econômica das cidades de Itabuna e Ilhéus, é imprescindível conhecer a sua evolução histórica, uma vez que esta evolução poderá dar indícios sobre a estrutura social, econômica, política e cultural do local, componentes que influenciam no modo de gestão e desenvolvimento regional. Para tanto, serão analisados os aspectos: formação da região e da sociedade; crise econômica da região cacauífera; e consolidação da região e alternâncias da influência regional.

Itabuna foi elevada à categoria de cidade em 28 de junho de 1910; surge às margens do rio Cachoeira, na condição de arraial de Tabocas, em 1849. A sua história começa com um ponto de descanso dos viajantes, mas que logo deu lugar às primeiras roças de cacau, as chamadas “Tabocas”. (ANDRADE e ROCHA, 2005).

O nascimento de Ilhéus se dá com a doação da capitania em 1534, por D. João III a Jorge Figueiredo Correia. Desde então, a região correspondente ao território Ilheense passou por vários momentos de dificuldades e glórias. O momento de opulência só se consolida entre os anos de 1890 e 1920, com a afirmação da

sociedade cacauera, pois, até aquele momento, vários foram os percalços enfrentados pela região. (FREITAS & PARAÍSO, 2001)

As cidades de Ilhéus e Itabuna estão inseridas numa microrregião composta por cinquenta e uma cidades². Elas representam o centro comercial e de serviços dessa microrregião, portanto, são muito importantes para ela. Suas dinâmicas influenciam na sua microrregião. A história das duas cidades faz parte do mesmo contexto do ciclo cacauero, com algumas particularidades, mas com a mesma trajetória histórica.

Apesar de Ilhéus ter sido uma das primeiras capitânicas do Brasil, e posteriormente ter se tornado um importante produtor de cacau do país, e forte representante econômico na sua microrregião, durante muito tempo, sofreu com um cenário econômico desfavorável. Por muito tempo na sua história, as autoridades não identificavam qualquer viabilidade econômica no lugar. Em alguns momentos, ela foi tratada com certo descaso. Entre algumas das dificuldades enfrentadas por Ilhéus, nos momentos de inópcia, estão: invasões indígenas e holandesas, a falta de estrutura urbana, o comércio inexpressivo, pois, em boa parte da sua história, sua região dependeu apenas de culturas de subsistência. A importância do lugar, durante muito tempo, resumia-se a uma porta de saída dos produtos mineiros. A rota destes produtos, inclusive, influenciou a formação de aldeamentos, por alguns imigrantes e por índios domesticados. Entre estes aldeamentos, encontrava-se o aldeamento de Ferradas e Barra do Salgado. (FREITAS & PARAÍSO, 2001)

As tentativas de tornar o lugar em rota de saída dos produtos mineiros foram prejudicadas pelos ataques indígenas aos aldeamentos, que davam suporte aos viajantes. No caso da agricultura local, Ilhéus foi prejudicada, pois o recôncavo baiano era tomado pelo cultivo da cana-de-açúcar e, por isso, não produzia produtos de subsistência como a mandioca. Com isso, a realeza limitava a região de Ilhéus à produção destes produtos, limitando dessa forma, o desenvolvimento do lugar (idem).

Por volta de 1850, houve, no Brasil, um cenário favorável à migração para lugares como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Na Bahia, também havia um clima favorável à migração. Alguns fatores, como o atraso do sistema produtivo,

²“ No censo demográfico de 1980, o IBGE distribuiu os então 43 municípios por três microrregiões homogêneas (MRH), a de tabuleiro de Valença, a de Encosta do Planalto de Conquista e a Cacauera. Já no censo demográfico de 1991, o IBGE reagrupou os atuais 51 municípios nas microrregiões Homogêneas de Valença e na de Ilhéus-Itabuna.” (DEMETER, 1997, p. 172-173)

comercial e viário, além do desgaste do solo, das secas e da retração dos mercados da cana-de-açúcar, do algodão e da pecuária, criaram um cenário de crise econômica no norte do estado, incentivando a emigração destes lugares. Dessa forma, as comarcas do sul da província passaram a absorver a força de trabalho ociosa do norte da província. Este movimento migratório, porém, inspirava preocupação social, pois os imigrantes desejavam ser proprietários de terra, enquanto aqueles que já possuíam terras nestas localidades ansiavam por mão-de-obra, capaz de substituir o trabalho escravo. No todo, o recrutamento de trabalhadores girava entre negros libertos, índios e imigrantes estrangeiros. (FREITAS & PARAÍSO, 2001)

Para completar, a guerra da independência baiana motivou o deslocamento de muitos colonos estrangeiros que estavam instalados mais ao norte do estado. Dentre eles, estavam alemães que tinham as profissões de ferreiro, relojoeiro, alfaiate, carpina e maquinista; estes se instalaram no Banco da Vitória e plantaram cacau e culturas de subsistência. (idem)

O cenário nacional apresenta-se de forma complexa, com transformações marcantes, a partir de 1868, com a extinção da escravatura e a conseqüente escassez da força de trabalho, além do aumento do mercado interno, da urbanização e da imigração. Enquanto isso, na Bahia, o plantio do cacau, direcionado ao mercado exportador, começava a esboçar uma esperança para problemas como: a força de trabalho ociosa, liberada das zonas açucareira, algodoeira e da pecuária; e as dificuldades da balança de pagamentos da província. Estas possibilidades, por sua vez, contribuíram para que o Governo da província e as elites econômicas estimulassem o movimento migratório para a nova zona produtora de cacau. (FREITAS & PARÍSO, 2001, p.84, 85)

Era de forma intensa o estímulo à migração para a nova zona produtora do cacau, com notícias apregoadas nas áreas do norte do recôncavo baiano e na província do Sergipe. Mas esta mobilização migratória era motivada por dois tipos de expectativas: uma imaginada pelos colonos, que almejavam ascensão social por meio da posse das terras; e outra expectativa, imaginada pelos latifundiários e setores governamentais, que visavam o deslocamento de mão-de-obra ociosa de áreas saturadas para áreas carentes de trabalhadores. O Governo da província utilizava de anúncios em jornais informando do novo Eldorado. Entre as promessas

de benefícios, estavam a facilidade em se apossar de quantas terras pudessem cuidar, financiamentos e pagamentos de passagem e despesas iniciais. (idem)

O cacau transformou o sistema produtivo das comarcas do sul baiano, de familiar para comercial. A força de trabalho indígena cedia espaço para os imigrantes do norte da província e sergipanos, considerados mais qualificados para o trato com a nova lavoura. As transformações ocorreram de forma generalizada, pois iam desde o desmatamento, em favor das novas roças, até o estabelecimento de uma nova ordem político-administrativa. Ilhéus, com isso, assumiu destaque como centro urbano da região cacaeira (FREITAS & PARAÍSO 2001).

Por volta do ano de 1904, o cacau assume força na balança comercial e se torna o produto de maior representatividade das exportações de commodities da Bahia, posição mantida até os anos de 1970. Mas, a trajetória desta cultura atravessou vários momentos de instabilidade, a exemplo das duas guerras mundiais, da crise mundial de 1929, e das políticas implementadas pelo governo republicano brasileiro. A formação da sociedade cacaeira e a consolidação da monocultura do cacau ocorreram entre os anos de 1890 e 1920. Este foi um período de transformações demográficas, sociais, políticas e culturais. Nesta fase de mudanças, alguns fatores limitavam o desenvolvimento do novo sistema produtivo, como as variações climáticas, enchentes e inundações e, por vezes, a falta de chuvas, além de pragas e moléstias, e ainda a deficiência nos serviços e nas técnicas do manejo agrícola. (idem)

A classe burguesa formou-se com a síntese: produção, comércio e financiamento da lavoura. Esta síntese ocorre quando parte de ricos fazendeiros passam a comercializar o produto, ao passo que comerciantes passam a ser produtores. A classe burguesa, em face da deficiência do sistema de crédito agrícola, assumiu o papel de financiador dos pequenos agricultores e cobrava juros exorbitantes, de modo a se apossar de algumas propriedades, como forma de pagamentos de dívidas, enriquecendo ainda mais a burguesia cacaeira. (FREITAS & PARAÍSO 2001).

Embora a burguesia representasse um grupo unificado de produtores e comerciantes e exercesse o poder político local, eles sofriam a influência do mercado e as instabilidades típicas da lavoura de exportação. Entre os problemas enfrentados pelos burgueses do cacau, estavam: a suspensão de compras, baixas na bolsa de valores, elevação no custo do trato da produção, suspeição da

qualidade do produto e exploração de conjunturas políticas adversas, além das intempéries climáticas e pragas. Essas atribulações deixaram a classe burguesa em condições vulneráveis em alguns momentos. (idem)

Outro fato importante, no período da formação da sociedade cacaeira, é o ocorrido no ano de 1910, momento em que se dá uma grande demanda mundial do produto, obrigando, com isso, a um ajuste na produção. Mas, com a falta de terras para novas plantações, ocorrem grandes lutas entre os proprietários, para a ampliação de suas posses. Este momento é conhecido pelas práticas de expulsão e apropriação de propriedades menores. (idem)

Na tentativa de melhor lidar com as adversidades inerentes a um sistema produtivo agro-exportador, a elite burguesa busca maior influência externa e acesso aos centros de decisão e participação, na luta política, nos planos estadual e federal. E, com isso, se tornar a classe hegemônica estadual. Todavia, estes objetivos não são alcançados, de modo que alguns representantes desta elite se deslocam para grandes centros, como Salvador e Rio de Janeiro, entregando o comando das suas propriedades nas mãos dos capatazes de fazendas.

4.1.2. Crise econômica da região cacaeira

Entre os fatores que contribuíram para o declínio da região cacaeira, encontram-se: o contexto político-econômico dessa região, a estrutura do sistema produtivo, contemplando, com isso, as relações entre os três principais elementos deste sistema, que são os produtores, os comerciantes e as indústrias. Além de abordar, também, as características do mercado consumidor e as fragilidades desse sistema. (NASCIMENTO, 1994)

Entre as teorias que descrevem os fatores da crise cacaeira, estaria a rigidez do sistema de poder local, como afirma Nascimento (1994), que descreve esta relação semelhante à estrutura colonial e minimiza a culpa da monocultura do cacau. Nestes termos, a falência da cadeia produtiva teria sido conseqüência de um sistema de poder limitante, movido por interesses econômicos e corporativistas. Este sistema, por sua vez, estaria restrito a pequenos e bem organizados grupos, que estavam ligados às multinacionais, com interesses exógenos aos interesses da região cacaeira. As fases de processamento do cacau são sustentadas por uma pirâmide de poder internacional, pois o controle dos processos do cacau se

concentram nas estruturas de compra, transformação e distribuição do produto e de informação comercial, os quais estão restritos a algumas firmas de caráter multinacional. (NASCIMENTO, 1994).

A crise da região cacauífera também apresenta reflexos de uma conjuntura de fatores ligados à lavoura e ao cenário nacional, decorridos na década de 1980. Neste contexto, estão a crise estrutural e a falta de liquidez financeira, associados à crise econômica nacional, apresentada neste período, além da crise da instituição de apoio à lavoura cacauífera, que era a CEPLAC. Na base da crise conjuntural, encontravam-se as adversidades climáticas, entre os anos de 1986 e 1989, com conseqüentes mortes de plantas e quedas da produção. As secas, entre os anos de 1986/1987, provocaram uma redução de cerca de 500 mil toneladas nas safras de 1987/1988 a 1991/1992. Estes fatores se associam aos efeitos da política cambial do Plano Cruzado, 1986, com o Plano Bresser e o Plano Verão, que provocaram a estagnação dos preços internos do cacau, isso sem contar com os custos de produção. Para agravar ainda mais a situação, o crédito financeiro rural sofreu com as altas taxas de juros, conseguintes da ascendente inflação do período, além do alto custo da mão-de-obra e dos insumos, que limitaram os investimentos na lavoura, neste período. E em 1989 surge a praga da vassoura-de-bruxa. (NASCIMENTO 1994).

Nestas condições, a economia cacauífera sofre as seguintes conseqüências: a) agravamento das dívidas dos agricultores junto aos bancos; b) redução das práticas de manutenção da lavoura, como adubação e combate a pragas; c) prejuízos sociais, como o desemprego; d) ociosidade das indústrias de processamentos, devido aos altos custos deste processo; e) perda na parcela de mercado externo de cacau; e f) desagregação da economia, com a fragilidade estrutural.

O sistema produtivo cacauífera é altamente influenciado por variáveis ambientais, tanto do mercado externo, como de políticas internas e condições climáticas. Entre estas variáveis, estão os preços do produto no mercado externo, disponibilidade de recursos financeiros para investimento na lavoura, variações climáticas, créditos e variações cambiais, pesquisas, extensão rural, curva de produtividade e tratamentos culturais. Dentro das variáveis externas, encontra-se, também, o aumento da produtividade da lavoura em outros países produtores e com melhor qualidade da amêndoa.

Na tentativa de reagir a este ambiente de concorrência, o governo baiano instituiu o plano de expansão da cacauicultura (Procacau), que tinha entre as suas metas: aumentar a produção, com novas áreas produtivas; aumentar a produtividade, com a renovação dos cacauais e aplicação de insumos modernos, além de ampliar a linha de crédito para a realização de tais medidas. Mas problemas como investimentos em solos fracos desmotivaram os produtores, que passam a investir em antigas plantações, causando o fracasso desse plano. Na seqüência, ocorrem: queda do preço do cacau em 1987; forte estiagem em 1987/1988; inconsistências climáticas (secas e enchentes) entre os anos de 1991 e 1992, e conseqüente ocorrência de pragas, além da baixa eficiência de plantas híbridas. Em 1989 surge a Vassoura-de-bruxa, doença que devastou a lavoura cacaueteira e desestimulou novos investimentos. O aumento dos custos de produção, sobretudo nos custos com a mão-de-obra, também influenciou a queda nos investimentos na lavoura e a conseqüente queda da produção cacaueteira. Soma-se o aumento na taxa de desemprego na região; a baixa atenção dada às lavouras pelos médios e grandes produtores, pois residiam longe das fazendas; e a falta de uma administração técnica rural, com um acompanhamento global, planejamento de custos e receitas e execução de práticas agrícolas. (NASCIMENTO, 1994).

O consumo dos produtos derivados do cacau se apresenta como um fator de influência da dinâmica da lavoura cacaueteira, pois os maiores consumidores destes derivados são os países desenvolvidos, como EUA e Alemanha. Quanto ao consumo brasileiro, até a década de 1990, apresentava-se de forma modesta, devido a fatores como preço elevado do produto acabado, baixo poder aquisitivo da maioria da população brasileira; crenças e preconceitos sobre o chocolate, do tipo: o produto poderia causar aumento do peso do consumidor. O preço e a produção do produto estão diretamente relacionados com a sua demanda e oferta, pois esta relação causava desequilíbrios no ciclo produtivo do cacau e os produtores não contavam com planejamento administrativo e nem com estimativas de demanda, ficando, dessa forma, a mercê das intempéries do mercado externo.

Outro ponto que dificultou a vida dos produtores foi a relação dos custos de produção e investimentos em tecnologia, pois eram bastante elevados, impedindo maiores investimentos para uma lavoura mais produtiva, além de restrições na manutenção das plantações (como roçagem e poda) nos momentos de crise. Ligada a estes fatores está a força de trabalho empregada, pois em períodos de alta, a

exemplo do triênio 1979/81, o emprego chegou a uma média de 175 mil trabalhadores, enquanto que no período de baixa, no triênio 1989/91, a estimativa média do emprego foi de 113 mil, com uma redução de 62 mil vagas de emprego. Com estas dificuldades, os produtores deixavam de realizar investimentos nos períodos difíceis. (NASCIMENTO, 1994)

A estrutura comercial do cacau deixava os produtores nas mãos dos comerciantes e indústrias do cacau e seus derivados, pois os produtores locais não possuíam um sistema de informações estatísticas de forma estruturada, que fosse possível acompanhar os indicadores de exportações, de compra e venda do produto. Além, também, da estrutura de mercado vigente, que minimizava os lucros do produtor local, com uma grande escala de intermediários, a saber: produtores, cooperativas, compradores de cacau, representantes que comercializam com recursos das exportadoras, o próprio exportador, as indústrias de derivados, as indústrias de chocolate no mercado interno, o atacadista e o consumidor final. (idem)

Esta estrutura era um empecilho à organização dos produtores locais e ao desenvolvimento regional, pois as informações estratégicas de mercado se concentravam nas mãos de um grupo restrito de comerciantes, que facilmente manipulava os produtores, por possuírem e deterem informações importantes sobre o mercado.

A situação da economia local se agrava a partir dos anos de 1990, pois neste período algumas empresas pediram concordata, criando, com isso, uma reação em cadeia na desestrutura econômica local. Tal situação se deveu a vários fatores, entre eles: a - redução de capital de giro dessas empresas, devido à redução do cacau à ordem, que possibilitava cobrir os inadimplentes; b - mudanças na linha de crédito (antes se tomavam empréstimos até seis meses antes do embarque dos produtos); c - inadimplência na entrega do cacau por parte dos produtores, devido ao aperto na liquidez do produto e dificuldades nas safras, causadas por fatores climáticos, pragas e doenças; d - redução nos lucros das exportações; utilização dos recursos do cacau para outras atividades, pois o cenário da lavoura cacauzeira desestimulava novos investimento, obrigando os produtores a diversificarem suas atividades. (NASCIMENTO, 1994).

O declínio da rica região cacauzeira causou impactos bastante fortes e exigiu uma força de reação à altura, de modo a unir os produtores. Uma alternativa de conciliação de forças seria a criação de uma cooperativa de agricultores, como de

fato ocorreu, mas os seus resultados são questionáveis. Os produtores da região cacaeira são considerados individualistas, por isso, encontram dificuldades em se organizar e formar cooperativas consistentes, capazes de enfrentar as dificuldades do setor. (NASCIMENTO, 1994).

4.2. A Emergência dos Dados: Acerca do Fenômeno da Crise

Partindo da proposta inicial deste trabalho, o pesquisador saiu a campo na busca de dados que pudessem descrever o cenário de crise econômica vivida pela região cacaeira, em específico, a realidade construída em duas importantes cidades para esta microrregião, que são Itabuna e Ilhéus, localizadas ao sul da Bahia.

Buscando compreender a realidade socialmente construída, conforme o ponto de vista dos seus atores, os dados começaram a surgir a partir das primeiras entrevistas, com base na experiência dos sujeitos entrevistados acerca da crise econômica vivenciada na região. Na análise básica da investigação, linha por linha, foram detectados 468 códigos, que descreviam dados, ainda desconectados, mas davam indícios de como conduzir a investigação.

A primeira impressão abordada por um representante da classe dos comerciantes de Itabuna refere-se à forma pela qual a cidade vem enfrentando a crise, pois um dos fatores que tem favorecido a reversão da situação crítica diz respeito à diversificação proveniente da cultura de imigrantes.

o nosso comércio, a nossa cidade, ela foi assim, colonizada por pessoas de fora da cidade, por sergipano, a grande maioria é sergipana, são capixabas, que vieram pra cá, então são pessoas que... é... não estavam acostumadas só com o cacau. Você vê a diferença com Ilhéus, você vê que o comércio de Ilhéus é um comércio bem menos desenvolvido do que o de Itabuna. (Entrevistado (a))

É apresentada também a dificuldade daqueles que são naturais da região e dependiam exclusivamente do cacau.

os grandes fazendeiros de Ilhéus, eles caíram em uma depressão profunda, perderam todo o seu patrimônio... ... foi uma coisa realmente muito traumática para aquelas famílias tradicionais de 200 anos. (Entrevistado (a))

A base econômica implantada seria um fator limitador do desenvolvimento.

A monocultura, a perversidade da concentração de renda, ela não gera soluções coletivas, ela gera individualismo e indiferença... (Entrevistado (b))

A crise teria se agravado pela ausência de representantes políticos com visão administrativa, de um estadista; e, pela pouca expressão política do local.

[ausência da] consciência de um estadista, uma cidade como Itabuna, por exemplo, não tem um plano diretor urbano, se vê aí tem mais de cinquenta anos. Então a cidade não tem um planejamento estratégico... [...] hoje, a cidade é muito *favelizada*... a gente peca muito na infra-estrutura do passado, acostumados com obras faraônicas e esquecendo dos esgotos, poluindo os rios (Entrevistado (b))

E não só o cacau entra em crise, mas todo o comércio local.

Quando o cacau caiu, houve certa dificuldade. Em 1982, precisamente, o comércio se abateu, os fazendeiros se abateram (Entrevistado (a))

Novos investimentos vão surgindo como alternativa para novas fontes de renda.

O quê que o médico fazia antigamente? Ele ficava no consultório dele, atendendo os pacientes, e colocando o dinheiro no cofre, ou numa fazenda de cacau. Hoje ele procura comprar um apartamento, colocar a nossa própria clínica aqui de ultra-som, a outra clínica ali de hemodiálise.(Entrevistado (a))

Com o antigo sistema produtivo, o dinheiro vinha muito fácil, o que tornava mais difícil encarar a situação de crise.

Então, pela facilidade que tinha antigamente, era muito fácil, as pessoas esbanjaram por que tinham demais e de sobra... (Entrevistado (a))

...quando se ganha dinheiro fácil demais, você não se sujeita a qualquer trabalho, pra ganhar, talvez, um terço. (Entrevistado (c))

A forte presença da cultura do coronelismo.

A região aqui tem uma característica ainda do “coronel” (Entrevistado (d))

Mas a característica do coronelismo surge com o sistema econômico nas suas lavouras; e este mesmo sistema é apontado como um dos fatores geradores da crise na região.

A monocultura, a perversidade da concentração de renda, ela não gera soluções coletivas, ela gera individualismo e indiferença... (Entrevistado (b))

Esta cultura apresenta momentos contraditórios, pois ora se apresenta como empecilho, ora como impulsionadora do desenvolvimento.

Na realidade, a agricultura forte do cacau subsidiou os hospitais; a CEPLAC doava o equipamento, médicos tinham recursos financiados pela CEPLAC. Então, o bom disso é que a CEPLAC tinha um desenvolvimento muito grande na região, construiu estradas, o porto de Ilhéus, a UESC, tudo isso teve participação dos recursos da CEPLAC, foi muito bom, foi o que teve de bom na cultura do cacau foi isso. (Entrevistado (b))

As empresas ainda se caracterizam por serem familiares, com certa resistência ao profissionalismo.

E é aquela história, né? Aquilo que eu aprendi com meu pai, eu aplico hoje, eu repasso pro meu filho, e assim por diante. Então, a característica da empresa familiar aqui é muito forte. (Entrevistado (d))

A inserção nos cursos de graduação surge como tentativa de profissionalizar as empresas.

a inserção dos empresários nos cursos de graduação; principalmente nos cursos de Administração e contabilidade. Então, hoje, eles estão mudando a sua visão, em função de estarem participando dos cursos de graduação. (Entrevistado (d))

A graduação estaria trazendo:

novas visões, ele vai adquirindo novos conhecimentos, então, isso faz com que o crescimento apareça. (Entrevistado (c))

Mas a qualificação da força de trabalho ainda se apresenta de forma carente.

se você precisar de um gerente de negócios, aí já é um caso complicado... É carente de mão-de-obra. (Entrevistado (c))

Dificuldade na gestão e barreiras culturais

Então, você mostrar que a empresa do marido tava dando prejuízo e a mulher tava dando lucro, é um choque cultural muito grande... Então, você dizer pra um empresário que ele tá trabalhando errado é complicado, *né?* Porque ninguém quer ouvir que não está sabendo gerenciar. ((Entrevistado (d)))

Uma alternativa surge para dinamizar a produção cacauera, que é o cacau fino; todavia, ainda que a região apresente condições favoráveis à produção deste tipo de amêndoa, a fragilidade da atividade de pesquisa, que direcione a produção ao padrão internacional do cacau fino, tem sido um limitante para esta dinamização da lavoura.

este conceito de cacau fino, que é preparado sob função desse tratamento pós colheita, como eu já expliquei, não corresponde ao mercado internacional. O mercado internacional classifica o cacau fino como um cacau aromático, como um cacau que tem aromas especiais, e o Brasil, possivelmente tenha várias variedades de cacau que podem gerar um cacau fino, mas elas ainda não estão catalogadas e selecionadas ((Entrevistado (e))

Para o especialista entrevistado, o que falta é exatamente a maior intensidade de pesquisa:

(...) [falta] analisar os valores organolépticos das variedades existentes. O Brasil tem uma condição especial nesse sentido, a Bahia em particular, porque tem uma das variedades que nenhum outro país tem; variedade já no campo, produzindo comercialmente, são mais de duzentas variedades. Só que essas variedades... Está faltando exatamente pesquisar essas variedades, classificá-las por valor organoléptico; vamos dizer assim, o cacau fino conforme o cacau fino internacional. (Entrevistado (e))

Além das pesquisas, as condições e apoio financeiro tem se mostrado como mais um fator limitante para a retomada da lavoura.

Com a crise, a produção caiu muito, as estatísticas indicam mais de 70% de perda da produção, e da produtividade. E os custos aumentaram, porque é difícil controlar a doença; e não é barato, tanto o controle profilático, como controle físico, e os produtores estão descapitalizados. Então, a questão do recurso financeiro é realmente o problema de fazer a recuperação da lavoura. [...] eles [os fazendeiros] estão motivados a retomar o seu processo, desde que haja condições: crédito, e demonstração de que os preços são favoráveis à rentabilidade. (Entrevistado (e))

Outro problema abordado pelos entrevistados, além das condições financeiras, é a ineficiência da união de empresários frente a deficiência da gestão pública.

(...) não adianta nada os empresários se unirem, se você não tem uma boa política pública, tem um bom gestor público. (Entrevistado (c))

São também identificadas pelos entrevistados algumas conseqüências, sobre o modelo de urbanização, causadas pela crise.. E antecipam a ocorrência de sérios problemas urbanos, a exemplo do inchaço urbano, das novas relações de trabalho, com subempregos e a informalidade, que saturam as avenidas com trabalhadores informais (camelôs):

A crise, realmente... é muito violenta. As dificuldades foram grandes pra gente superar isso. A região com trezentos mil desempregados. A região cacauzeira toda. E o comercio sentiu, sentiu mesmo [...]. Olha! Itabuna cresce desordenadamente. Você pode olhar favela aqui, favela ali. Vai todo mundo pra cidade, pra outros estados (Entrevistado (f)).

acho que ele sofre, mas de forma diferenciada, [os trabalhadores] [...] após a crise, migraram para a periferia, criando um bolsão de miséria, entende? Então, eu acho que os problemas, hoje, continuam... uma situação complicada, porém com tendências de melhora, mas vivendo problemas diferenciados, porque hoje ele vive com os problemas do trabalhador da área urbana! O desemprego, o subemprego, ou a questão do trabalho informal, que a gente percebe muito na cidade, a principal via da cidade, você percebe aqui a cada 20 metros tem alguém vendendo de forma informal, sem a proteção da lei, vendendo os seus produtos ! A gente percebe isso o tempo inteiro. ((Entrevistado (g))

Nesse contexto, a base agrária trouxe grandes transformações, em alguns momentos benéficos, a exemplo da transferência da posse da terra de grandes latifúndios, para assentamentos familiares, mas, no todo, têm-se apresentado grandes prejuízos, a exemplo das condições de trabalho, com o desemprego na zona rural e a degradação ambiental.

Essa mudança do perfil agrário, também detectei nesse trabalho, o que é isso, as fazendas, porque antes tinha uma fazenda, uma família, um dono, muitas delas hoje servem para assentamentos, para o programa da reforma agrária do governo federal, e até do governo estadual... nós temos assentamento de reforma agrária Federais e Estaduais aqui na região... aí você tira uma família e

assenta trinta, isso dá uma transformada no perfil agrário da região muito significativo, (Entrevistado (h))

[a pecuária] não dá emprego.... Essa fazenda aqui. Antigamente tinha quarenta pessoas aqui. Hoje têm quantos?.... Hoje tem três! Tem épocas, estourado, em que a gente coloca mais uns três temporários... A diferença é grande. (Entrevistado (f)).

o que é danoso pro meio-ambiente, porque a pecuária, ela devasta, não é? Ela derruba tudo, pra plantar capim... devasta a Mata Atlântica de modo geral... (Entrevistado (b))

Contra os desequilíbrios ambientais, lembra o representante de uma instituição ambiental sobre os parques avanços na luta contra a degradação.

ainda é mais negativo; negativo porque nós temos uma historia... uma cultura recente de trabalhar uma perspectiva de sustentabilidade das nossas ações, os empresários, a categoria que aderiram a um movimento ambientalista, eu diria mais recentemente [...] De se apropriar dos recursos, transformar e vender o recurso, eu diria a você que ainda predomina o aspecto negativo. (Entrevistado (h))

O desemprego na zona rural, de acordo com a percepção dos entrevistados, causa desajustes urbanos, a exemplo das favelas e o aumento no número de crimes, de acordo com observações de alguns dos entrevistados.

Eles ficaram na periferia [os desempregados da zona rural] ajudando a favelizar as cidades, como eles não conseguiram se inserir no mercado de trabalho, e geram filhos que foram pra marginalidade: prostituição, tráfico de drogas, crime de mando, com tudo isso que a gente ta acostumado a ver. (Entrevistado (b))

É demonstrado que, além das perdas da classe trabalhadora, com o desemprego, os empresários também sofreram, pois tiveram que enfrentar momentos difíceis.

Título que protestava, tinha que correr pra pagar, né? Banco... Tinha que tomar dinheiro emprestado... (Entrevistado (i)).

Estes mesmos empresários também tiveram que adotar medidas administrativas para continuar nas suas atividades.

Então sempre a gente aplica, né?... .. em algum imóvel, que a gente possa se desfazer num momento de crise, entendeu? Então, estas são as medidas. Sempre ter o pé no chão, nunca gastar mais do que ganha, né? Sempre gastar menos do que se ganha, pra sobrar pra estes momentos né?... (comerciante A)

Tivemos, tivemos que nos desfazer de alguns bens. Para nos capitalizar, e começar, praticamente, do zero. (Entrevistado (j))

Além das dificuldades financeiras encontradas pelos empresários, percebe-se outra questão considerada como entrave ao processo de reestruturação econômica da região, que é a ineficiência dos atores públicos:

Tem um pouco, [contribuição do poder público para estimular o desenvolvimento local] mas poderia ser melhor, poderia estar contribuindo mais (comerciante e fazendeiro (F))

Os atores públicos estariam carentes de planejamentos na administração pública.

nós temos uma série de instrumentos de planejamento que auxiliam o gestor público no exercício de sua missão de governar, e de dar destino aos recursos públicos do município. Mas o efeito do uso desses recursos é que ainda é pífio, por conta de que esses planos permanecem muito tempo engavetados; e, raramente, eles são observados; os gestores, eles lêem ou conhecem esses planos em um determinado momento, que é exatamente aquele da campanha, porque eles precisam falar pra a população o que eles conhecem, o que têm que cumprir, em analisar, em aprimorar aqueles planos, por conta que pode assegurar uma melhoria na perspectiva, na qualidade de vida. Então eles vendem esta imagem, essa mensagem, mas quando assumem a execução, elas não acompanham o ritmo e a intensidade das promessas. (Entrevistado (h))

Segundo a percepção de alguns entrevistados, o ator público não teria comprometimento com as cidades.

esta questão da perspectiva, ela está diretamente relacionada a questão principalmente de políticas públicas, de estilo político e, no âmbito municipal, eu não sou muito esperançoso, porque infelizmente a cidade vem sendo destruída por diversos políticos, que só ficam no discurso e não têm uma política realmente comprometida com a cidade. Então o que a gente vê é que a cidade tem um grande potencial, mas, infelizmente, carece de pessoas comprometidas com as verdadeiras necessidades do povo. (Entrevistado (g))

Percebe-se, também, que alguns atores exercem ações apenas punitivas, mas que há uma carência destes atores para desenvolver alternativas de renda e incentivos à conservação dos recursos naturais. (Entrevistado (e))

Então, o IBAMA, eu vejo assim, o IBAMA é punitivo... e o provedor, tanto da Mata Atlântica, quanto da Floresta Amazônica, ele não tem verdadeiramente um incentivo pra manter a floresta, é cobrado a preservação desse meio ambiente, desse patrimônio e, no momento, vamos dizer assim, protege a atividade

econômica cacau, mas o cacau não é rentável; na minha maneira de ver, falta realmente uma política expressa do governo, pra premiar as pessoas que estão lutando pra preservar essas florestas. Isso, claramente, existe sempre como você disse, punição pra quem destruir, pra quem interferir na mata, no meio ambiente, mas não existe um prêmio pra quem não mexer, pra quem conservar.... (Entrevistado (e))

Os atores públicos teriam fomentado a instalação de indústrias multinacionais, para o processamento das amêndoas, enquanto para a população local restou apenas o comércio e a lavoura. Esta condição tornaria mais difícil para o local lidar com situações de crise, pois os valores das amêndoas ficariam nas mãos das indústrias, que trabalhariam com o valor agregado do produto do cacau, como afirma um funcionário da CEPLAC:

Se houvesse, uma política do Governo, uma determinação do Governo, de criar condições para que o produtor entrasse na industrialização de cacau, que é onde está a grande renda do cacau... Criasse essas condições para que o produtor vendesse o cacau industrializado, no mercado interno, eu acho que o Brasil, produtor, teria condições de ganhar mais dinheiro, uma rentabilidade melhor com o cacau, do que ele tinha antes, quando não tinha doença. Mas isso precisa de uma política, realmente, eu acho que o Brasil deu condições muito favoráveis pra instalação de indústrias grandes, multinacionais de transformação, que são as maiores indústrias do mundo no setor, estão aqui no Brasil, especialmente aqui na Bahia, exatamente aqui na Bahia. Mas ele nunca deu importância para a industrialização, o governo da Bahia; no momento é que começa a pensar nisso. (Entrevistado (e))

Sobre os gestores públicos, é notado que há uma renovação de alguns políticos, mas, eles estariam despreparados para atuarem na gestão pública, embora tenham boas intenções.

novos vereadores, você sente que o poder legislativo, ele foi oxigenado, por pessoas que mesmo que não estejam tão preparados culturalmente, mas são pessoas com muito boas intenções; isso você percebe, não é, com um comprometimento maior, e querendo fazer sem saber o que e nem como. Eles não têm treinamento, eles não sabem. Eles não sabiam o que era um plano plurianual, como é que se organiza... não sabem nada disso, ele acredita que ele está ali pra representar o povo, pra dizer *“ta precisando de água naquela rua, ta precisando naquela outra”*. (Entrevistado (m))

Assim como o poder público, as associações de classe e a sociedade civil organizada, como um todo, são consideradas como pouco atuantes:

Eu deixei de participar porque... Porque o CDL, hoje, tem pra ajudar mais o comércio; seria através do poder público, e ele não está conseguindo. (Entrevistado (j))

O entrevistado se mostra pouco confiante na ação de instituições de classe. O exemplo citado fala sobre a atuação do CDL de Itabuna.

Mas há observações que também despertam para a responsabilização da população como um todo, não apenas das instituições clássicas e da sociedade civil.

a população é a principal culpada, [pela ação dos maus políticos] e por quê? Ela exerce, vamos dizer, o direito do voto, naquele momento, e confere o poder ao seu representante, mas elas cessam a sua missão de acompanhamento e controle, exatamente no momento que sai da urna lá, que depositou o seu voto. Mas não deve ser assim, se ela permanecesse durante o mandato, da pessoa que ela votou, que ela deixou de votar, mas que ela tem a missão de traçar um destino pro município durante aquele período, ficasse acompanhando, os resultados seriam outros. Então, eu não posso deixar de culpar também a sociedade civil organizada, as organizações, que não, vamos dizer assim, ocupam esse espaço, ou não exercem esta missão convenientemente. Elas colocam até nos seus estatutos, se você for ler os estatutos dessas organizações, tá sempre dizendo que é acompanhar o exercício da política pública e tal. Mas, você não vê isso acontecer, eles não fazem. Então eu refuto que não é só a negligência, a incompetência ou a incapacidade, ou a má fé, ou qualquer um outro desses adjetivos aí do gestor, mas também a omissão da sociedade civil, principalmente da sociedade civil organizada. [...] Fraca! Fraca, [a sociedade civil] e não ciente dos seus objetivos. (Entrevistado (h))

A fragilidade destas instituições se apresenta na sua composição e natureza

com um recorte feito exclusivamente com as associações de produtores rurais, e nesse estudo, nós trabalhamos dentro de uma metodologia, onde construímos um contínuo, que iria desde o lote de organizações constrangidas, até o outro extremo, que seria as organizações consensuais, e nós tentamos classificar em termos da fase evolutiva de cada uma delas, da militância delas dentro desse contínuo e [...] nós encontramos um resultado [...] nós encontramos 73% dessas organizações constrangidas e, o outro restante, 3% era indefinida, porque estava ali no meio do contínuo, naquela faixa, e pouco mais de 16 %... ia dar o quê? As consensuais. Esses dois conceitos de constrangidas e consensuais se traduz da seguinte forma: a organização constrangida é aquela que não é formada de forma espontânea, ela induzida e sofre a ação de interesses que não são os interesses diretos delas, só. Elas existem para servir, às vezes até para servir a interesses exclusivos, ao oportunismo, ao clientelismo, ou fisiologismo. A organização consensuada é exatamente o contrário, é aquela organização que cresceu dentro de uma discussão, de resolver determinada situação que incomodava uma comunidade, ou uma carência de uma comunidade de uma necessidade que era comum a todos; e seus pares entenderam que reunidos poderiam resolver melhor do que isoladamente, ou seja, por isso que uma consensuada, porque vem de um consenso, e elas não se deixam cooptar, e

exercitam a sua missão o tempo todo, sem influência e sem induções externas, pronto. Então ai esses dois conceitos se distinguem dessa forma. Então, nós encontramos muito mais constrangidas, que são aquelas que permitiam influência. (Entrevistado (h))

A incipiência da sociedade civil organizada estaria vinculada à cultura social instalada no local.

Aqui na região, nós temos a cultura, quem lê o livro de Jorge Amado, fala do coronelismo, então o coronelismo é uma forma de viver subalterna, onde o senhor maior, o dono da propriedade, os donos dos bens, eles exerciam um forte domínio sobre, até, as consciências das pessoas que construíam o desenvolvimento junto com ele. Então, elas aprenderam e se submeteram, e aprenderam a servir e a seguir o coronel, fazer o que o coronel mandava, entendeu! (Entrevistado (h))

A sociedade não teria consciência do seu papel, como co-participante, no processo de gestão de desenvolvimento local.

As pessoas até perguntam: *“e a gente pode fazer essa organização? E não vai ser ruim? O prefeito não vai achar ruim? Se a gente falar que a nossa comunidade precisa de uma estrada e que está esburacada e que ele está deixando de fazer, será que ele não vai ficar com raiva da gente, e cosa e tal?”* Ainda se percebe isso, quer dizer, não tem ainda a consciência de que aquilo é um direito dele, ter serviços públicos é um direito do cidadão, e que o gestor dos recursos públicos não deve negligenciar nessas horas. [...] é uma questão cultural e que vem de lá dessa época que se tinha muito forte aqui o coronelismo. (Entrevistado (h))

O exercício do empoderamento local, como forma do próprio desenvolvimento, estaria sendo confundido com o poder pessoal.

empoderada é aquela que consegue se articular, fazer arranjos organizacionais, desenvolver ações políticas e promover as transformações. Aí ele diz *“esta organização está empoderada”*. Porque o que a gente analisa, quanto à questão do exercício do poder, é que na maioria das vezes esse poder, ele é exercido como se fosse um cabo de guerra, uma demonstração de força, [...] você perceber no gestor a que o poder é a energia social para que se possa transformar a sociedade, pouca gente compreende isso, entendeu? Que ele tem o poder, mas que não é o poder dele, pra ele, ele tem o poder de fazer as transformações. [...] *“bom, agora eu sou gestor, agora eu mando, então eu vou fazer aqui o que eu quero, vou fazer pra mim primeiro, ou então o que eu achar que é bom pra alguém que eu goste, não vou fazer pra aquele que eu não goste”* [...] o que eu percebo é, exatamente, o poder é objeto de disputa, e que o poder não é ferramenta de transformação, é isso que a gente percebe, e que não encontramos ainda a saída. Como é que faz pra que as pessoas percebam o poder dessa forma diferenciada, da forma que eu acharia que é a correta. (Entrevistado (h))

acho que, talvez, falte a visão do gestor público, dessa questão do empoderamento. Ele acha que dar o empoderamento a essas entidades, à sociedade civil organizada, é perda de poder para ele... então, eles precisam ainda ter essa visão de se trabalhar em conjunto, e não dividir o poder [...] E alguns gestores têm idéia de que isso é dividir o poder, e na verdade você não está dividindo... (Entrevistado (n))

Os gestores públicos não conheceriam as necessidades locais, seriam pouco profissionais e não utilizariam de planejamento para as suas gestões.

Não, ela não fez [um planejamento da administração pública por parte do prefeito de Ilhéus], porque ela não teve tempo pra fazer isso. (Entrevistado (m))

A administração pública também é vista como um “cabide de emprego”, carente de profissionais habilitados para a gestão pública.

as pessoas que estão lá têm boa vontade, mas elas precisam disso, [...]sair do empreguismo do compadrinho, do amigo, elas precisam ser profissionais. Então, a cada ano, você vê que realmente... tem que ter pessoas... efetivas em cada prefeitura, profissionalizar mais os políticos,... é importante, porque eles vão administrar o meu dinheiro, não é? (Entrevistado (m))

A imagem do gestor público está fortemente atrelada à defesa de interesses pessoais do gestor, e não do interesse comum. Nesse sentido, a sociedade civil organizada teria um papel: reverter este tipo de comportamento dos gestores.

eles sabem que prefeito vai ganhar um salário, que na hora que ele conseguir fazer uma licitação, se ela for fraudulenta, ele vai tirar mais dinheiro, e que ele pode, com essas empresas que estão querendo chegar na cidade, sempre dão um terço pra ele... que eles vão sair dali ricos. É isso que eles pensam. Então, enquanto tiver essa visão... quem é que muda isso? Somos nós, a sociedade civil organizada. (Entrevistado (m))

O jogo de interesse, neste caso, estaria cooptando as instituições da sociedade civil.

poucas organizações conseguem o empoderamento, porque elas surgem no local, [...] quando a gente vê, elas estão submetidas a esse assédio desse cooptadores, desses indutores de desvios de conduta das organizações, e muitas delas se submetem mesmo, são venais às vezes. (Entrevistado (h))

Atrelado às questões de conflito de interesses, o empoderamento local se apresentaria de forma tímida também, pela característica reativa da sociedade local, e pela falta de discernimento desta sociedade. A sociedade teria, com isso, dificuldade para entender atitudes proativas.

vão se fazer quase trinta anos, e as pessoas continuam falando dessa crise, que é uma coisa que me incomoda muito. Porque isso demonstra que as pessoas, elas estão inertes, e elas querem continuar na inércia, e elas aguardam que o poder público faça tudo. [...] nós temos um regime de democracia, que hoje é permitido você participar de tudo, então eu digo, nós podemos, o poder é nosso. [...] Esse empoderamento é algo que tem que vir de você mesmo, você tem que reconhecer isso... (Entrevistado (m))

é essa capacidade de discernimento é que falta às vezes nas pessoas, elas misturam o poder... é o governo com é o estado com o governo. [...] Quando elas vêem que o Ação Ilhéus está indo direto na prefeitura, com interlocução com os secretários, ou tá indo até a câmara de vereadores, que eu vou toda semana, aí eles dizem “*pô, você está do lado do governo, você votou no prefeito*” (Entrevistado (m))

Existe uma desconfiança muito grande inicial. É uma questão cultural. Até que, no início, as pessoas estavam pensando que eu estava querendo me promover, pra me candidatar a vereadora... (Entrevistado (m))

Além da incipiente representatividade dessas instituições de classe e da sociedade civil organizada, os empresários e a sociedade local se mostram bastante individualistas, com pouca tendência à associação, para a resolução de problemas comuns.

Muito pouco! A concorrência aqui é muito grande, a maioria é tudo “na dele”, não é muito de conversa. (entrevistado r)

Muito! Muito! E isso é cultural, você imagine, [...] os cacauicultores eles tinham suas fazendas, isso é histórico e cultural não é [...] eles disputavam quem é que ia ter mais arroba naquele ano. [...] Eles não trabalhavam em cooperativa, eles eram isolados. Disputavam quem ia comprar o carro melhor... (Entrevistado (m))

Apesar das dificuldades enfrentadas, tanto pelos trabalhadores, quanto pelos empresários, há percepções quanto à superação da crise do cacau, correspondendo, com isso, a uma nova fase, em que a região não se mostra tão dependente do cacau. E os empreendimentos realizados na cidade, ainda que

realizados por empreendedores “forasteiros”, seriam uma fonte de incentivo para novos investimentos.

Como afirma o entrevistado (l):

Eu comecei em 2007. Aí a região já estava saindo daquela fase só de cacau, só da dependência do cacau. Já tinham chegado faculdades aqui em Itabuna. O comércio já tava evoluindo mais, já tinha o shopping aqui em Itabuna. E aí eu achei que era um momento bom para mim, pra entrar no comércio.

Outra mostra desta retomada são as indústrias que se instalaram na região. Contudo, a implantação destas indústrias seria conseqüência das disputas entre os territórios, que, com os empregos, traria também condições impróprias para o trabalho.

É, superar ainda não [a crise], mas tem havido um alento quanto à recuperação, na questão da renda agrícola, outras atividades, algumas indústrias que se instalaram na região, como de calçados, confecções, informática, e o turismo se desenvolveu, e de alguma forma isso contribuiu, vamos dizer assim, pra dar uma retomada no processo de crescimento, que anteriormente andava a passos largos. (Entrevistado (e))

eu percebo que, na verdade, acontece um jogo sujo, porque as empresas saem dos grandes centros, querendo se instalar num lugar menor, e exigindo contrapartida demais pra o poder público, e aí, [...] dá emprego, vem pra cidade, recebe isenção de imposto, doação de terreno, e vem pra pagar um salário muito menor do que paga nos grande centros, né? Ou seja, exploração do trabalhador (Entrevistado (g))

A gente pode pegar como exemplo aqui, [de uma grande indústria instalada na cidade] que é uma empresa de porte internacional, que se instalou na nossa cidade, acho que pelo menos há uns 6, 7 anos, e essa empresa veio provocar diversos problemas na nossa cidade tipo... foi constatado já, pela justiça, eles faziam uma revista íntima e o sindicato, [sindicato da classe dos industriários] tem uma atuação muito forte, [...] fez diversas intervenções, ações na justiça, foi comprovado, a justiça condenou a empresa a pagar quase 5 milhões de indenização pros trabalhadores, devido a este descumprimento absurdo, de ferir a dignidade das pessoas quando da revista. (Entrevistado (g))

Mas quando as condições se tornam desfavoráveis para estas indústrias, com o findar dos benefícios fiscais, com a intensificação das pressões sindicais e da justiça trabalhista, elas ameaçam abandonar o lugar.

Aí a questão, a empresa [...] fez diversas ameaças, né? Porque já ta esgotando o período de isenção... fica naquele jogo sujo de que vai sair da cidade, que ele não queria, mas que vai provocar muitas demissões. Então, a gente percebe

esse tipo de relação, infelizmente complicada, e mais uma vez a gente volta a frisar, inconciliável. ((Entrevistado (g)))

A dinâmica do mercado, com forte concorrência entre as empresas, estaria motivando o assédio moral.

E a gente sabe que o assédio moral, ele surge, principalmente, dessa concorrência [...] quando os trabalhadores são submetidos a cotas absurdas, às vezes imbatíveis, entende, e gerando essa disputa e, conseqüentemente, gerando o pior, que é gerando a cobrança excessiva, abusiva, e às vezes constrangedora. ((Entrevistado (g)))

Acompanhando esta fase de retomada econômica do local, criam-se grandes expectativas quanto aos novos investimentos do complexo modal (ferrovias, aeroporto e porto), que deveram ocorrer nos próximos anos.

Na verdade, a grande esperança que se tem é de se tornar aqui um centro de serviços forte. Como grandes regiões da Bahia se tornaram centros de serviços fortes, como Vitória da Conquista, Barreiras... e se aproveitar essa questão dessa... porque você sabe que estrutura dessa montada aqui, se cria em volta um conglomerado de empresas de , de médio e pequeno porte, para dar apoio, então tem que se aproveitar essa questão do serviço que a região, Ilhéus e Itabuna, são especialistas nessa questão de serviços. ((Entrevistado (n)))

Mas os investimentos deste complexo também inspiram e desconfiança, para outros entrevistados.

Porque não gera emprego, não gera nada... ele não é sustentável, ele destrói a nossa riqueza maior, que é natureza que nós temos, que é rica. Nós temos um lugar ímpar [...] eu vejo como desfavorável, porque continua exportando commodity, eu vejo desfavorável, que ta escrito aí na mídia, pra quem quiser ler, que por trás disso tudo existe um banco de mineração que se chama GME4, que tava ligado a Daniel Dantas, a [revista] Carta Capital desse mês falou isso, não é? (Entrevistado (m))

Ainda que se percebam inovações, a busca por novos investimentos e novas alternativas de renda estaria sendo prejudicada pela cultura social do local.

como o cacau é uma cultura que nunca demandou muito tecnologia... praticamente nas décadas de 1980, 1990, quando surgiu a vassoura-de-bruxa, a forma de você trabalhar, a questão dos tratos culturais, a questão do beneficiamento, do manuseio do cacau, é o mesmo de duzentos anos atrás. Então, não houve evolução de melhoria em tratos culturais, e questão de melhoria de variedades resistentes à doença e tal... (Entrevistado (n))

Mas as principais transformações teriam ocorrido por iniciativa individualizada.

é capital individual, por isso que ta muito tímido ainda. Tem vinte e cinco anos, quando começou a vassoura-de-bruxa, né? Você vê, vinte e cinco anos, chegamos ao fundo do poço. ((Entrevistado (b))

aqui nunca teve muito a cultura associativa, nunca teve, aqui tem um grande problema, que é a cultura associativa, cultura de união... tem melhorado, já melhorou, mas ainda tem uns problemas. ((Entrevistado (n))

Nota-se, contudo, que até se chegar a este momento mais tranqüilo, nesta região, houve algumas transformações, a exemplo da chegada de novas empresas, a transformação da cultura rural e a chegada de novos empreendimentos.

Você percebe que tem ocorrido uma “invasão de empresários de fora”. Se você vê, no setor do comércio, que só tinha empresários tradicionais do comércio, como a Martinelli, Marly Calçados, que perderam espaço para outras empresas, como a Silva Calçados. (Entrevistado (i)).

O Mc Donald`s é uma empresa assim, que não tem o jeitinho brasileiro, é tudo padrão, é tudo padronizado. Então, foi onde eu realmente aprendi trabalhar... É uma escola... É realmente uma escola, porque tudo é padronizado. (Entrevistado (p))

Mas, mesmo com estas mudanças, a região ainda enfrenta desafios como a conjunção de forças entre as prefeituras, para enfrentarem problemas comuns, e a maior participação da sociedade civil.

o grande desafio é da região se reinventar. Você tinha um modelo produtivo baseado somente na cultura do cacau, e com o declínio da produção, da lavoura, você tem um processo de retenção do processo produtivo, quer dizer, o grande desafio está em diversificar a economia e, ao mesmo tempo, verticalizar a produção, não só do cacau, como da agropecuária, dá pra ser verticalizada. A gente tem que parar de vender matéria prima e passar a processar e vender os produtos... (Entrevistado (q))

eu acredito que o desafio ta em desenvolver realmente um projeto de desenvolvimento capaz de unir todos os municípios em torno de algo comum; quer dizer, uma estratégia de desenvolvimento regional, que seja capaz de integrar todas. (Entrevistado (q))

Acho que o desafio está na sociedade entender, sair de uma postura puramente reivindicatória, pra uma postura propositiva, e isso ainda não aconteceu, o desafio ta aí. [...] reivindicar, quer dizer, o prefeito é quem tem que fazer tudo, o prefeito tem que dar soluções pra tudo. A sociedade se exime da responsabilidade, também, de propor e de auxiliar o poder público na tomada de decisão e a encontrar soluções. (Entrevistado (q))

O caminho para o processo de transformação, que fosse capaz de gerar o desenvolvimento de forma sustentável, e sem maiores prejuízos nas estruturas econômicas e sociais, estaria na educação.

Liderança é bom, é fundamental, mas o caminho, e que é penoso, porque ele é lento, é o caminho da educação, educação associativista, esse caminho é que precisa ser trilhado como um processo contínuo, e que tem que ser de natureza integral, pode ser, e deve ser também não só formal, mas também informal... educação em todos os níveis, em todas as formas; que ajude as pessoas a trabalharem em prol do seu próprio bem estar. É isso, esse é o caminho. Infelizmente, tem horas que dizem que educação não resolve, mas não resolve porque o que se consegue, através da educação, se consegue sempre a longo prazo, e às vezes não dá bem pra perceber, de tão longo que é, o tempo que leva pra acontecer determinada transformação... o caminho que eu vejo seria esse. (Entrevistado (h))

A educação é apresentada, por alguns entrevistados, como um meio para criar uma sociedade mais consciente das funções sociais e da formação de lideranças e gestores capazes, mais comprometidos com o bem comum.

É a única forma que você encontra para que essas coisas se estabeleçam, é que esses homens participem de organizações da sociedade, cada vez mais, e que essas organizações cuidem pra eleger bons líderes, cuidem pra formar lideranças autênticas, e cuidem, também, da capacidade de formação de lideranças e da formação de gestores, inclusive de gestores públicos. Então, o caminho, volto novamente para a questão da educação, e todos os níveis, não tem jeito, né? (Entrevistado (h))

Neste primeiro momento, da emergência dos dados, observa-se a dimensão e as diversas variantes que cercam o fenômeno da crise econômica na região cacaueira. São observadas questões de toda ordem, a exemplo de fatores que contribuem para o agravamento da crise, a situação de dificuldade enfrentada, tanto pelos empregados, como pelos empresários e fazendeiros, assim como pela busca por novas alternativas econômicas e a visão da educação como uma possível solução dos problemas locais.

4.2.1. Construindo a teoria

Diante destes dados, que foram surgindo em meio ao processo de investigação, foi possível distribuí-los em categorias e subcategorias, que são identificadas como três subcategorias, que fazem parte do processo evolutivo do fenômeno “crise”, e uma subcategoria interveniente nesse processo evolutivo do fenômeno, que é a subcategoria mobilização dos atores, ou seja: **Subcategorias do processo evolutivo do fenômeno crise:** Origens da crise, Conseqüências da crise, Enfrentar a crise, Pós-crise; e, uma **Subcategoria interveniente do processo evolutivo do fenômeno:** Mobilização dos atores.

Origens da crise: são observados, pelos entrevistados, alguns motivos gerados da crise, a exemplo da dependência da monocultura cacaueteira como principal base econômica local, e outros fatores associados ao cenário nacional e internacional, além da cultura de gestão conservadora do local.

Conseqüências da crise: Mudanças: Base rural, Emprego, Sistema produtivo. **Base Urbana e empresarial** (Comércio, “Forasteiros”) – Emprego, Estrutura social, Investimento em instituições de ensino superior, perspectivas;

Enfrentar a crise: dificuldades financeiras, medidas estruturais estratégicas e operacionais, alternativas (faculdades, indústrias), entraves (cooperação – individualismo, juros);

Pós-crise: é observado que a região enfrentou, e ainda enfrenta, grandes dificuldades econômicas, mas tem conseguido reverter a situação crítica.

Mobilização dos atores: carência dos atores, infra-estrutura, instituições/atores, experiência pública.

A investigação tem como ponto de partida identificar as experiências de alguns atores, quanto ao momento de crise econômica vivida na região cacaueteira. A partir deste ponto inicial, identificaram-se vários fenômenos que dão sustentação ao fenômeno maior, que é a crise citada. A emergência de um emaranhado de conceitos evidencia um conjunto de aspectos, possíveis de descrever as relações causais, o contexto, as relações intervenientes, as estratégias e as conseqüências que cercam o fenômeno em estudo.

a) Origens

Neste sentido, conforme as informações colhidas, identificam-se as condições que deram **origem** à crise, na região em estudo:

De acordo com os informantes, a principal causa da crise foi o fato de a região depender, quase que exclusivamente, da monocultura do cacau.

o fator foi a dependência toda do cacau, que o pessoal todo daqui de Itabuna só sabia plantar cacau e colher cacau, não se dedicou a outras atividades, não diversificou do cacau. E aí, com o decorrer da vassoura-de-bruxa, eles sentiram que tinham que mudar, né? Tinham que buscar novas alternativas, ou seja, investir em outros rumos, não é? Econômicos. (Entrevistado (l))

Este modelo de sistema produtivo teria implantado, na região, um cenário bipolar, onde havia grande concentração de riquezas nas mãos de poucos, e pobreza de muitos, situação que inibia a qualificação da mão-de-obra local.

houve uma concentração de renda muito grande na mão de poucos e não houve essa questão da divisão dessa renda, entendeu? Então se criou bolsões de miséria aqui na região, se criaram alguns municípios mais fortes, com relação ao cacau, como Itabuna e Ilhéus e outros municípios pobres em volta, e criação de bolsões de miséria. Não houve a preocupação da questão da capacitação, da formação da mão-de-obra, a questão da educação! (Entrevistado (n))

Esta situação, por sua vez, criou a figura dos coronéis do cacau, e com ele todo um sistema social que o cercava. Com base neste personagem, estabelecia-se um padrão na formação familiar e da sociedade como um todo, pois os filhos dos coronéis se sentiam intocáveis, devido à tamanha fartura de recursos financeiros gerados pelo cacau. Imaginava-se que, devido a esta fartura, o dinheiro jamais iria acabar, que não era necessário investir em tecnologia na agricultura. Havia, também, disputas entre os produtores, para ver quem produzia mais. O modelo da monocultura inibia as ações cooperativas e a busca de soluções comuns, devido à facilidade de acesso ao dinheiro.

A região foi forjada, em função do cacau; com isso, as delimitações demográficas, sociais, políticas e culturais foram construídas de acordo com as conveniências deste sistema produtivo. Nestas condições, a construção deste local sofreu imposições que inibiam práticas de novas culturas na zona rural e o

surgimento de alternativas econômicas nas cidades, a exemplo da industrialização. (FREITAS e PARAÍSO, 2001, p.111-112)

Mas, é possível observar que a crise se agrava na década de 1980, mesmo período de grandes transformações na economia global, com a chamada globalização e a mobilização do capital e trabalho, que acompanhou estas transformações globais. Neste período, o preço do produto nos mercados internacionais sofre grandes baixas e o custo de manutenção das fazendas sofre grandes altas. Como agravante, surge também uma doença denominada de vassoura-de-bruxa. (ROCHA e ANDRADE, 2005)

a região produtora de cacau da Bahia produzia cerca de 400 mil toneladas de cacau, e a partir de 1984 e 1985, quando a vassoura-de-bruxa deu um impacto negativo, chegamos a produzir apenas 160 mil toneladas de cacau.. esse impacto foi violento, não só em Itabuna, mas em toda a região (Edson Dantas)

Segundo Nascimento et al (1994), os motivos da crise não se restringem apenas à condição de monocultura instalada na região, mas à condição da sua estrutura de poder, que se mantinha além das fronteiras locais, com características do estilo colonialista; pois, segundo os mesmos autores , a sociedade local de base agrária não teria se organizado de forma adequada, para promover as transformações adequadas.

As origens da crise apresentam-se, portanto, pela conjunção de fatores que se caracterizam pela cultura implantada no local, de acordo com o sistema produtivo que lá se instalou, pelas condições dos cenários nacional e global, e pela própria instabilidade da lavoura cacaeira.

b) Conseqüências e mudanças

A condição de crise econômica propiciou uma fase de grandes transformações no plano local; dentre elas, as transformações no contexto da estrutura social e econômica e nos cenários rural e urbano, assim como um novo posicionamento na gestão dos negócios, em busca de alternativas econômicas. Tudo isso no sentido de enfrentar as dificuldades e os entraves encontrados por esta nova postura. As mudanças no território local são presenciadas no momento da crise e no período subsequente. Nota-se, contudo, que estas mudanças passam

pela condição de aceitação e adaptação, ou rejeição das novas demandas do local, assim como pela contribuição de forasteiros³

Mudanças que dizem respeito à nova postura de gerir e enfrentamento da crise:

Mudanças no mercado e nas condições de gestão empresarial do patronato

As condições de comando para o *patrão* também sofrem modificações em vários aspectos, tanto no meio rural, quanto no urbano.

Além das mudanças nas condições de comando do patronato rural, a exemplo da passagem da condição de patrão para meeiro, da implantação de novas culturas produtivas, da venda da propriedade rural, para a aplicação deste recurso num comércio na cidade, o patronato da cidade também sofre alterações, como a retirada de alguns comerciantes de suas atividades:

Como eu tinha uns pontos nas avenidas comerciais, eu preferi alugar para as empresas novas que estavam chegando no mercado. Com as vantagens, a gente mediu... os pesos, as medidas... e passou os pontos. E fiquei com o segmento de esportes, também a área de tecidos e decoração; saí de uma área menos valorizada, mas to lá seguindo. E se mantendo... que a gente sempre teve um mercado seguro, que é realmente a linha esportiva, com o fardamento. (Entrevistado (f))

As mudanças ocorreram também com a necessidade de enfrentar os novos concorrentes, denominados como “forasteiros”.

Os empresários locais também tiveram que mudar a sua postura na forma de gerir seus negócios.

Depois surgiu um cliente forte, que é a indústria Pênalti. E tomou uns 40 % do meu mercado. Deu trabalho, mas a gente conseguiu desenvolver, fabricar, pra competir, certo? (Entrevistado (f))

³ A terminologia “Forasteiros” refere-se aos novos empreendedores, que não seriam naturais do lugar, que estariam ocupando espaços antes ocupados por antigos empresários locais

Houve também mudanças no perfil dos empresários, que sentiram a necessidade de mudar o foco de suas atividades. Entre eles, os próprios fazendeiros do local, que sentiram a necessidade da diversificação.

Então, pra sobreviver só da terra não estava mais dando, então houve esta necessidade de se buscar novas alternativas, que eu achei no comércio... foi um dos fatores a me levar pro comércio, foi justamente os rendimentos da agropecuária, que estavam cada vez mais diminuindo. (Entrevistado (l))

minha loja é uma loja pequena. [...] Pra eu ter um atrativo pra o meu público, eu teria que ter uma oferta maior de produtos pra eu poder atraí-los. Porque se eu continuasse como eu estava tendo, calçados infantis masculinos e femininos, num espaço reduzido, eu teria pouca oferta para estas três camadas de cliente. Então, eu resolvi trabalhar só com o feminino, que é o que mais gira, e dessa forma ter mais oferta de produtos, e também mais poder de venda... (Entrevistado (j))

Mas, em boa medida, os novos investidores são feitos por “forasteiros”, que viram na cidade a oportunidade de realizar novos investimentos, a partir das pesquisas de viabilidade de negócios na região.

Eles fazem uma pesquisa antes, do que ocorre na região... (Entrevistado (f))

devem estar acreditando. É tanto que está chegando outros, inclusive; outras empresas grandes. A Casas Bahia, mesmo, já está querendo se instalar lá em Itabuna. E a gente já vê grandes mercados. Eu tenho pra mim, [isso ocorre] porque o país também cresceu um pouco, e eles estão expandindo! (Entrevistado (f))

Entre os investimentos dos chamados “forasteiros”, destacam-se algumas indústrias de grande porte, que estariam se aproveitando da mobilização do capital no país e se instalando no local.

eu percebo que, na verdade, acontece um jogo sujo, porque as empresas saem dos grandes centros, querendo se instalar num lugar menor, e exigindo contrapartida [isenção de impostos] demais pra o poder público (Entrevistado (g))

Mas há quem considere a chegada destas indústrias como ponto positivo.

eu acho que melhorou. O comércio de Itabuna, principalmente, aumentou. Inclusive, a região toda parte pra comprar... Essas grandes lojas, grandes redes... sempre sobra pra alguém, não é?... Sobra... Realmente eles levam um percentual de riqueza pra fora, mas deixam uma parcela. (Entrevistado (f))

Há também os investimentos na área da educação, do ensino superior, em boa parte pela iniciativa privada, com a criação de faculdades particulares no local. Estes investimentos estariam delineando uma nova estrutura no mercado local, pois estariam propiciando empregos diretos e indiretos, oferecidos pelas diversas atividades de serviços que cercam este setor, e capacitando os profissionais para atuarem no mercado local, criando um novo cenário.

Então, passamos a ter uma atração muito forte através do shopping. Depois do shopping, vieram as faculdades, o curso de medicina da UESC, a FTC, começou a colocar à disposição vários cursos, depois veio a Facsul. Então, nós continuamos a ser uma cidade prestadora de serviços, e cada vez mais forte na área de educação. (Entrevistado (a))

o desenvolvimento melhorou depois das faculdades, que sugiram em Itabuna, na região entre Itabuna/Ilhéus... (Entrevistado (f))

No que diz respeito às mudanças da estrutura social rural e urbana

Como pode ser visto, na região que se apresentava como um grande *Eldorado*, passa a vigorar um cenário de caos social e econômico. Esta nova condição, por sua vez, implica em grandes transformações na sociedade local, no que diz respeito ao sistema produtivo rural, à estrutura social urbana e econômica e às relações de trabalho.

Base rural

Uma das implicações mais evidentes está no campo, pois são facilmente visíveis as transformações ocorridas neste cenário, tendo em vista que as plantações de cacau, em sua grande maioria, cedem espaço para os pastos destinados à criação de gado. Com isso, houve, em boa medida, a derrubada da Mata Atlântica (cabruca), que protegia o cacau, causando

grandes prejuízos ambientais. Essa transformação, por conseqüência, gerou desemprego, pois este novo sistema exige um número bastante reduzido de funcionários para tocar o gado.

Não dá emprego.... [a pecuária] Essa fazenda aqui. Antigamente tinha quarenta pessoas aqui. [...] Hoje tem três! Tem épocas, estourado, em que a gente coloca mais uns três temporários... A diferença é grande. (Entrevistado (f))

o que é danoso pro meio-ambiente, porque a pecuária devasta ! Ela derruba tudo pra plantar capim... devasta a Mata Atlântica de modo geral... (Entrevistado (b))

Base Urbana

As transformações ocorridas na base rural, por sua vez, geraram impactos nas cidades, conforme é apresentado pelos entrevistados. Uma das conseqüências mais marcantes diz respeito à força de trabalho ociosa do campo, gerada pelo desemprego, pois os trabalhadores rurais desempregados⁴ estariam se deslocando para as cidades, sobretudo Itabuna e Ilhéus, e aumentando o número de favelas, pois teriam dificuldades de encontrar empregos formais; assim, muitos deles estariam se tornando trabalhadores informais (camelôs), usuários de drogas e criminosos.

O pessoal que não tem qualificação esta inchando a cidade... inchando, e se tornando marginais, né?
(Entrevistado (f))

As pessoas que vieram da zona rural não tinham outra aptidão, a não ser cuidar da lavoura cacaueteira. Eles ficaram na periferia, ajudando a favelizar as cidades, como eles não conseguiram se inserir no mercado de trabalho; e geraram filhos, que foram pra marginalidade: prostituição, tráfico de drogas, crime de mando, com tudo isso que a gente ta acostumado a ver. (Entrevistado (b))

Esta percepção da migração e dos problemas gerados pelo desemprego no campo, e os conseqüentes problemas sociais nas cidades, é notada não só pelos

⁴ Como lembra Nascimento (1994) sobre o desemprego, em que, entre os anos de 1979/81, o emprego gerava em torno de 175 mil trabalhadores, mas entre os anos de 1989/91 ocorre uma redução desse número para 113 mil, com uma redução de 62 mil vagas de emprego. Demeter (1997, p.11-12) também completa que a partir de 1985 houve demissões em massa dos trabalhadores rurais, e destaca a informalidade destes trabalhadores que, em muitos casos, não estariam trabalhando sob a proteção da legislação trabalhista. Ele destaca, também, o alto índice de famílias consideradas indigentes, na região cacaueteira, a exemplo de Ilhéus, com 20.865 famílias, o que corresponde a 42,3% do total e Itabuna com 15.973 famílias, correspondendo a 34,5 % do total.

empresários, mas também pelo representante da classe dos trabalhadores, por um representante do sindicato dos comerciários de Itabuna. Os “ex-trabalhadores rurais” estariam enfrentando problemas dos trabalhadores urbanos.

vivendo problemas diferenciados, porque hoje ele vive com os problemas do trabalhador da área urbana, tá? O desemprego, o subemprego, ou a questão do trabalho informal, que a gente percebe muito na cidade, a principal via da cidade, você percebe aqui, a cada 20 metros, tem alguém vendendo de forma informal, sem a proteção da lei, vendendo os seus produtos lá, entendeu? A gente percebe isso o tempo inteiro. (Entrevistado (g))

Mudanças nas condições de trabalho (força de trabalho)

Com os dissabores da zona rural, mudam também as condições e as relações de trabalho, pois alguns trabalhadores passam a viver apenas com a ajuda do governo, outros se tornam trabalhadores informais (camelôs), nas cidades maiores, em decorrência do processo migratório rural-urbano. Além, também, da própria relação patrão-empregado, nas fazendas; pois, com a crise, muitos trabalhadores se tornaram *meeiros*, relação na qual o proprietário da fazenda divide os lucros e os prejuízos (e algumas vezes os prejuízos são maiores que os lucros) com os trabalhadores. Estes, por sua vez, deixam de ter as garantias do trabalhador formal, com carteira assinada, e assumem os riscos da ilusão de ser patrão.

índice de desemprego é alto, aí ficou um índice de subemprego muito grande e as relações de trabalho deterioraram muito [...] uma pressão muito grande pelo Ministério do Trabalho, pelos sindicatos, em aplicar a legislação trabalhista, mesmo os trabalhos não sendo extraordinários, no meio rural, mas quem trabalhava recebia os salários e os direitos trabalhistas, pelo menos uma parte dos operários recebiam. (Entrevistado (e))

A preocupação do entrevistado é quanto às mudanças nas condições de trabalho do empregado rural, uma vez que o desemprego aumentou e os fazendeiros também entraram em dificuldades e, para amenizar a situação dos dois lados, o patrão e o empregado convivem com a relação de “meeiro”, em que os lucros e os prejuízos são divididos pelos dois. Contudo, esta condição deixa o empregado sem garantias trabalhistas; além da condição do trabalho informal (camelôs), que não oferece garantias trabalhistas.

A força de trabalho também sofre com o que seria uma alternativa ao desemprego, pois surgiram algumas indústrias na região, conseqüentemente aumentando a oferta de empregos. Porém, estas indústrias estariam se aproveitando da grande oferta da força de trabalho, em decorrência do desemprego generalizado da região, e oferecendo baixos salários e condições de trabalho inadequadas.

aí dá emprego, vem pra cidade [grandes indústrias], recebe isenção de imposto, doação de terreno, e vem pra pagar um salário muito menor do que paga nos grande centros , ou seja, [aumentando a] exploração do trabalhador. (Entrevistado (g))

Embora a chegada das indústrias de grandes empresas, a exemplo do McDonald`s, tenham trazido questionamentos quanto à forma de pressão sobre o empregado, elas também teriam trazido certo grau de profissionalismo para o mercado local, ainda que nos moldes do modelo fordista de administração, o que não era comum na região.

Tudo o que eu aprendi na faculdade, no Mc Donald`s eu dobrei o meu conhecimento. [...] não tem o jeitinho brasileiro, é tudo padrão, é tudo padronizado. Então, foi onde eu realmente aprendi a trabalhar [...] é realmente uma escola, porque tudo é padronizado... (Entrevistada (p))

Enfrentamento, dificuldades

Entre as dificuldades enfrentadas, estão limitações de acesso ao crédito e conseqüente dificuldade financeira em cumprir com seus compromissos, a necessidade de se desfazer de alguns bens, para conseguir se manter no mercado. Além da necessidade de tomar dinheiro emprestado e da falta de apoio por parte de atores locais.

Mas os “caras” tiveram dificuldades, aí não teve crédito no banco... Começa a perder, a apertar, a coisa não vai mais, não é? (Entrevistada (f))

tivemos que nos desfazer de alguns bens. Para nos capitalizar, e começar praticamente do zero. (Entrevistada (r))

A empresa, também, que eu trabalhava [...] passou uma... Díficeis... Título que protestava, tinha que correr pra pagar, né? Banco... (Entrevistado (i))

Depois disso, a situação de grande parte dos produtores é complicada, porque diante dessa queda de produção, de renda, de tudo isso, alguns tiveram nomes no SERASA, no CADIN, o que impede legalmente. (Entrevistado (e))

Acomodação local x Busca de alternativas

A situação de crise faz suscitar duas condições, uma de acomodação e outra de busca por alternativas econômicas.

nós temos netos em Ilhéus hoje, e bisnetos dos desbravadores, dos verdadeiros coronéis. Então tem um ditado que talvez você conheça, que diz “*pais nobres, filhos esnobes e netos pobres*”, só que eles não deixaram de ser esnobes... pobres, porém esnobes. Muitos poucos esquecem aquilo e vão à luta... (Entrevistado (m))

a grande quantidade de netos estão pobres, por quê? Porque acharam que o dinheiro do avô era suficiente, então eles não procuraram formar novos caminhos, isso é tradição da concentração de renda. (Entrevistado (b))

Quem não se acomodou buscou alternativas. Diante da situação de crise, como pode ser observado, destacaram-se aqueles que cruzaram os braços e ficaram à espera da *salvação divina*, e aqueles que buscaram reverter esta situação por meio de alternativas econômicas, sejam elas por meio da diversificação da atividade rural, introduzindo novas culturas, ou passando da agricultura para a pecuária, além do reforço nos investimentos no setor de serviços, como na educação e saúde, e no comércio local.

Depois da crise, foi começar a plantar outras coisas, como o café, o feijão... E foi crescendo, e a região ta sobrevivendo, e ta até surpreendendo, porque cada ano que passa ta chegando mais novidade. Chegou o shopping, o shopping já fez dez anos, já tem aí as lojas, como o Bom Preço, e vai crescendo, o comércio vai se expandindo bem depois da crise. (Entrevistado (r))

[mudanças da base rural: do cacau para a pecuária] pecuária e começou a circular mais o dinheiro, não é? (Entrevistado (f))

loja aqui... a cinquentenário veio melhorar depois que eu... [depois de seu investimento numa loja com um bom ambiente] essa loja aqui... aí todo mundo começou a melhorar suas lojas... (Entrevistado (i))

O que salvou Itabuna, Itabuna não estagnou, primeiro porque tem uma saúde [área de serviços de saúde] muito forte, pra você ter idéia, aqui em Itabuna tem mais recursos do SUS do que Vitória da Conquista. [...] E a educação tem uma importância muito grande; aí vem a UESC, ampliou, ela trouxe conhecimento, depois vem a FTC, deu um aporte muito grande, com mais de três mil alunos; e por último, a Facsul. Então, isso aí foi que fez com que a cidade... eu não digo que ela cresceu, pra mim ela parou de diminuir. (Entrevistado (b))

É, superar ainda não, mas tem havido um alento quanto à recuperação, na questão da renda agrícola, outras atividades, algumas indústrias que se instalaram na região, como de calçados, confecções, informática e o turismo se desenvolveu e, de alguma forma, isso contribuiu, vamos dizer assim, pra dar uma retomada no processo de crescimento, que anteriormente andava a passos largos. (Entrevistado (e))

Na concepção dos entrevistados, o que impediu que a situação de crise se agravasse foram algumas pessoas que não ficaram acomodadas, e saíram em busca de alternativas.

acredito que aquelas pessoas que não cruzaram os braços e partiram pra buscar uma solução, não [deixaram a situação piorar]. Então, algumas pessoas, na região, elas foram em busca de alternativas. Agora, os que cruzaram os braços e que resolveram ter, como política, sua profissão, esses continuam prejudicando a região, e aceitando aquilo que o governo oferece, e cruzam os braços, [...] Mas nós temos algumas políticas, políticas públicas? Algumas contribuíram. Mas eu acho que foi muito mais individualmente, do esforço individual. (Entrevistado (m))

c) Pós-crise

Esta seria uma fase resultante das ações e interações desenvolvidas no processo evolutivo do fenômeno da crise ocorrida no local. Como pode ser observado nas subcategorias anteriores, seus atores enfrentaram dificuldades, alguns adotaram novas posturas gerenciais, e outros cederam espaço para novos investidores. São percebidas, pelos entrevistados, posições do tipo:

Há indicações de que a crise estaria restrita aos setores produtivos do cacau.

a questão da crise, no meu entendimento, acho que ela hoje tá meio que restrita aos antigos coronéis do cacau. Pelo que eu vejo no jornal, o tempo todo, eles estão endividados... (Entrevistado (i))

Os investimentos nas faculdades estariam contribuindo para a reversão econômica do lugar, contribuindo para a atração de estudantes e empresários

as Universidades, essa dinâmica. Hoje, a UESC já tem medicina, que não tinha comunicação. As outras já estão implantando... vem uma gama muito grande de pessoas de Minas, de Recife, de Salvador, de Brasília até, de vários estados do Brasil pra cá, além da micro e macro região, adaptando na área de educação. (Entrevistado (i))

O momento mais crítico da crise já teria passado, possibilitando novos investimentos.

Mas tem um fato curioso, porque eu já comecei com o meu comércio na década de noventa, [...] Então eu não acompanhei a crise, nela aguda, mais aguda. Quando eu comecei em 1999, ela já existia, mas já... Eu lembro que, quando eu comecei a loja, o proprietário que eu aluguei disse assim “você vai vender quarenta mil por mês, numa loja dessa”, [...] com três, quatro meses, tava vendendo, [...] Eu não vivi...[a crise na fase mais aguda]. (Entrevistado (i))

Há percepções de que a crise ainda não teria sido superada na sua totalidade, mas a região teria esboçado boas reações.

É, superar ainda não, mas tem havido um alento quanto à recuperação, na questão da renda agrícola, outras atividades, algumas indústrias que se instalaram na região, como de calçados, confecções, informática, e o turismo se desenvolveu e, de alguma forma isso contribuiu, vamos dizer assim, pra dar uma retomada no processo de crescimento, que anteriormente andava a passos largos. (Entrevistado (e))

Apesar dos percalços enfrentados pela região, as perspectivas de futuro são positivas

com certeza, muito boas, muito boas, aqui ainda está engatinhando, apesar de ser uma cidade, uma região muito antiga, mas ainda está engatinhando, em termos de crescimento, de desenvolvimento econômico, desenvolvimento social. Com uma perspectiva muito grande, com grandes recursos (Entrevistado (n))

d) Interveniente do processo evolutivo do fenômeno: mobilização dos atores.

Não haveria apoio para superar as dificuldades financeiras.

falta apoio, no sentido de que entendam a situação da gente, quer dizer, porque que parou no CADIN, porque que parou no SERASA, [...] o governo cria programas, mas que não viabiliza na prática esses programas, faz mais como uma.... (Entrevistado (e))

Mas o processo de mudança enfrentou alguns entraves, pois, além das dificuldades iniciais referentes à falta de crédito, às dificuldades em cumprir com os compromissos financeiros e à conseqüente necessidade de venda de bens para poder honrá-los, apresentam-se também, como entrave ao desenvolvimento local, indícios de fragilidade na característica associativa do lugar, e a inexpressiva articulação política do local. Neste aspecto, observa-se a percepção dos entrevistados acerca da cultura local, tanto no sentido do poder público, quanto da sociedade como um todo, incluindo os empresários, a população e instituições da sociedade civil organizada. Com isso, a mobilização de alguns atores, em alguns momentos, é vista como um entrave ao desenvolvimento do lugar.

Os empresários não teriam o hábito de se associarem, no sentido de se juntarem para buscar soluções para os problemas comuns.

a concorrência aqui é grande, a maioria aqui é tudo “na dele”, não é muito de conversa. (Entrevistado (r))

a gente tem discutido muito essas coisas aqui [parcerias entre empresários], mas não sai do papel. (Entrevistado (i))

Além da deficiência entre os empresários, para se reunirem em busca de soluções comuns, não é percebida a preocupação em se associarem em instituições representativas da sociedade civil organizada.

olhe bem, eu nunca participei não [participação em entidades da sociedade civil organizada]. Mas... Acho que é tudo... Deve ser bom... Participar, dividir os problemas com outras pessoas... (Entrevistado (r))

As associações representativas de alguns empresários são vistas como instituições deficientes.

o que a gente realmente precisava eles não fazem, que seria defender a causa do comerciante, vamos dizer [...] Esses impostos antecipados são uns dos motivos prejudiciais aos comerciantes... Pagar imposto antes de vender a mercadoria, certo? [...] Então, a associação deveria entrar pra fazer uma manifestação, com os próprios comerciantes, mas isso não acontece, certo? (Entrevistado (f))

tenho a imagem que a CDL deveria participar mais do comércio, agir mais no comércio. Ela age mais em épocas de festas, como nos dias das mães, dos namorados... Deveria abranger o comércio todo, em geral. (Entrevistado (r))

eu deixei de participar porque... Porque o CDL hoje tem pra ajudar mais o comércio, seria através do poder público, e ele não está conseguindo. Então, não adianta a gente ir as... Eu vou a algumas reuniões... Poucas.... acho que eu vou perder tempo. (Entrevistado (j))

eu participo, mas não sou ativo [...].Por que é tanta cachorrada, que é melhor até a gente cair fora, é melhor não se meter, certo? [...] Mas o problema maior todo é a política que é... certo?...Ora não é nada favorável... (Entrevistado (f))

Embora alguns empresários tenham demonstrado insatisfação com as instituições classistas, o representante de uma destas instituições alega a participação efetiva da sua instituição, tanto com os empresários, quanto em parcerias com o poder público.

Então, com o passar dos anos, começamos a ver que precisava uma integração maior, entre as entidades ligadas ao comércio, porque os interesses são os mesmos. Os interesses da associação comercial, da CDL, da APEMI, que é a associação das pequenas e micro empresas e do SINDCOM, (o SINDCOM é o sindicato dos pequenos empresários atacadistas e do varejista), a preocupação é a mesma, é a preocupação institucional, promocional, estrutural do próprio comércio. (Entrevistado (a))

Tudo o que a prefeitura vai fazer consulta as entidades do comércio, assim também sucessivamente, o comércio vai fazer promoções de natal... E hoje nós fazemos nossas campanhas das mães, namorados, São João, [...] Então, no caso de Itabuna, vou dizer isso, porque no caso de Itabuna, existe uma ligação muito forte, existem outros municípios que não têm esta mesma abertura com as prefeituras. (Entrevistado (a))

A CDL tem uma ligação com a prefeitura, isso, em todas as secretarias, em todas, o que diz respeito à administração, o que diz respeito à indústria e comércio, no que diz respeito à SETUBA, que diz respeito à questão da urbanização da cidade... É ruas que precisam de melhoramentos e asfalto, ruas que precisam melhorar a iluminação... (Entrevistado (a))

Além da falta de união atribuída à classe empresarial e aos produtores, o poder público não teria feito grandes contribuições para o desenvolvimento local.

verifico o seguinte: não adianta nada os empresários se unirem, se você não tem uma boa política pública, tem um bom gestor público. [...] (Entrevistado (c))

O poder público, de forma geral, é visto como ineficiente.

Esse daí [poder público], nem se fala. Esse daí tá bem longe da realidade do comércio, não influencia em nada no comércio. A gestão pública é totalmente omissa. (Entrevistado (r))

Embora sejam considerados como agentes decisivos a este desenvolvimento, por outros entrevistados.

ela é decisiva, não é? A atuação do poder público, ela é decisiva. Porque tem, acho que a sociedade civil tem dado boas contribuições, mas a determinação do poder público, em fazer com que as coisas aconteçam, é decisiva. (Entrevistado (q))

O poder público também é percebido como um feudo, que serve para arrumar a vida dos mais próximos.

Olha, o poder público aqui em Itabuna, salvo algumas exceções, ele foi usado sempre como feudo da concentração de poder. Os políticos que entravam na prefeitura, pra poder arrumar a vida dos amigos, ou empresas, ou até mesmo com empregos, eu não vi, assim, nenhum prefeito com a visão global da cidade. (Entrevistado (b))

Como grande deficiência da máquina pública, estaria a ineficiência na elaboração e execução de projetos desenvolvimentistas, a falta de visão administrativa e o despreparo de alguns políticos.

então o prefeito tinha que ter uma visão de estadista ... agora, com o governo Jacques Wagner, aí com o pólo territorial, que são cidades que têm interesses semelhantes, trabalhem em conjunto com isso... econômicos e desenvolvimento e etc.... Então o que a gente não vê um prefeito com essa visão, se ele não tiver essa visão, vai ficar difícil, e não tem, até hoje não vi um. (Entrevistado (b))

Mas, ainda assim, um plano de desenvolvimento urbano, com zoneamento econômico ecológico, no nosso caso, a gente tem um projeto órgão, que nós temos no município uma faixa costeira de mais de 60 km, não é? Nós temos uma série de instrumentos de planejamento, que auxiliam o gestor público no exercício de sua missão de governar, e de dar destino aos recursos públicos do município. Mas o efeito do uso desses recursos é que ainda é pífio, por conta de que esses planos permanecem, muito tempo, engavetados, e raramente eles são observados. Os gestores, eles lêem ou conhecem esses planos em um determinado momento, que exatamente aquele da campanha, porque eles precisam falar pra a população o que eles conhecem, o que têm que cumprir, em analisar, em aprimorar aqueles planos, por conta que pode assegurar uma melhoria na perspectiva, na qualidade de vida. Então, eles vendem esta imagem, essa mensagem, mas quando assumem, a execução, elas não acompanham o ritmo e a intensidade da promessa. Então, esse planos existem, mas são mal utilizados. (Entrevistado (h))

Carência de planejamento e profissionalismo na administração pública. A população deveria contribuir, cobrando maior profissionalismo dos políticos.

as pessoas que estão lá têm boa vontade, mas elas precisam [...] sair do empreguismo do cumpadrinho, do amigo, elas precisam ser profissionais. [haveria uma carência de profissionais capazes de elaborar planejamentos consistentes e políticas públicas eficientes]. (Entrevistado (m))

Em boa medida, a responsabilidade sobre a má atuação da gestão pública é atribuída à própria sociedade, pela falta de consciência política.

“a população é a principal culpada, por quê? Ela exerce, vamos dizer, o direito do voto, naquele momento, e confere o poder ao seu representante, mas elas cessam a sua missão de acompanhamento e controle, exatamente no momento que sai da urna lá, que depositou o seu voto.”Mas não deve ser assim, se ela permanecesse durante o mandato, da pessoa que ela votou, que ela deixou de votar, mas que ela tem a missão de traçar um destino pro município, durante aquele período, ficasse acompanhando, os resultados seriam outros. Então, eu não posso deixar de culpar também a sociedade civil organizada, as organizações, que não, vamos dizer assim, ocupam esse espaço, ou não exercem esta missão convenientemente. Elas colocam até nos seus estatutos, se você for ler os estatutos dessas organizações, ta sempre dizendo que é acompanhar o exercício da política pública e tal. Mas, você não vê isso acontecer, eles não fazem. Então, eu refuto que não é só a negligência, a incompetência ou a incapacidade, ou a má fé, ou qualquer um outro desses adjetivos aí do gestor, mas também a omissão da sociedade civil, principalmente da sociedade civil organizada.

Acho que o desafio está na sociedade entender, sair de uma postura puramente reivindicatória, pra uma postura propositiva, e isso ainda não aconteceu, o desafio ta aí. (Entrevistado (q))

Com isso, a sociedade civil organizada é colocada como fraca.

fraca! Fraca, e não ciente dos seus objetivos. Aí, não sei se caberia, mas a gente poderia colocar, fazer um recorte, vou tentar ser breve – nós estudamos as organizações da sociedade civil, em Ilhéus, com um recorte feito exclusivamente com as associações de produtores rurais. [...] A organização consensuada é exatamente o contrário, é aquela organização que cresceu dentro de uma discussão de resolver determinada situação que incomodava uma comunidade, ou uma carência de uma comunidade de uma necessidade que era comum a todos, e seus pares entenderam que reunidos poderiam resolver melhor do que isoladamente, ou seja, por isso que uma consensuada, porque vem de um consenso, e elas não se deixam cooptar, e exercitam a sua missão o tempo todo, sem influência e sem induções externas, pronto. Então aí esses dois conceitos se distinguem dessa forma. Então, nós encontramos muito mais constrangidas, que são aquelas que permitiam influência. Agora, se você for lá, ah! No seu trabalho você analisou também quem que é que exerce mais influência dentro dessas organizações? Cada qual com o seu turno, que não é o objetivo da nossa entrevista aqui agora, mas só pra te dizer, que o governo, nesse trabalho, ele se situa como ente constrangedor primeiro. Os políticos, os detentores de mandato público, são os entes que mais influenciam essas organizações, no sentido de cooptá-las, e de desvirtuaram dos seus objetivos. (Entrevistado (h))

A sociedade local não teria consciência quanto ao seu poder, no que diz respeito a uma sociedade *empoderada*.

Porque o que a gente analisa, quanto à questão do exercício do poder, é que, na maioria das vezes, esse poder, ele é exercido como se fosse um cabo de guerra, uma demonstração de força e, raramente, o que a gente desejaria que fosse, acontece, é você perceber no gestor que o poder é a energia social para que se possa transformar a sociedade, pouca gente compreende isso, entendeu? Que ele tem o poder, mas que não é o poder dele, pra ele, ele tem o poder de fazer as transformações. Então, ele tem que usar aquilo como uma energia, uma competência instalada naquele momento em que foi concedido a ele, pra fazer isso, mas ele não age assim, ele diz “bom, agora eu sou gestor, agora eu mando, então eu vou fazer aqui o que eu quero, vou fazer pra mim primeiro, ou então, o que eu achar o que é bom pra alguém que eu goste, não vou fazer pra aquele que eu não goste”. Então é assim que exercita. Então, essa questão do empoderamento, conceitualmente, eu vejo assim. E era muito bom que esse empoderamento, ele se instalasse localmente, e que fosse gradativamente alcançando outras esferas regionais.. ou seja, articulando, fazendo redes de organizações empoderadas, e aí você teria organizações com poder, agora, no aspecto regional, e crescendo dentro dessa forma. Mas eu não vejo isso acontecendo aqui, poucas organizações conseguem o empoderamento, porque elas surgem no local, mas é como eu te disse, quando a gente vê, elas estão submetidas a esse assédio desses cooptadores desses indutores de desvios de conduta das organizações e muitas delas se submetem mesmo, são venais às vezes. (Entrevistado (h))

Em alguns momentos, os atores públicos aparecem apenas como agentes punitivos, mas que realizariam poucas ações de incentivo à preservação ambiental e ao desenvolvimento local.

Então, o IBAMA, eu vejo assim, o IBAMA é punitivo... e o provedor, tanto da Mata Atlântica, quanto da Floresta Amazônica, ele não tem verdadeiramente um incentivo pra manter a floresta, é cobrado a preservação desse meio ambiente, desse patrimônio e, no momento, vamos dizer assim, protege a atividade econômica cacau, mas o cacau não é rentável; na minha maneira de ver, falta realmente uma política expressa do governo, pra premiar as pessoas que estão lutando pra preservar essas florestas. Isso, claramente, existe sempre como você disse, punição pra quem destruir, pra quem interferir na mata, no meio ambiente, mas não existe um prêmio pra quem não mexer, pra quem conservar.... (Entrevistado (e))

Há também a desconfiança quanto a algumas iniciativas do governo, pois o apoio dado aos investimentos, ao “complexo modal” que passará pela região, é visto com desconfiança, pois iria beneficiar apenas alguns poucos empresários e iria destruir a natureza local.

Porque não gera emprego, não gera nada [...] o complexo modal] ele não é sustentável, ele destrói a nossa riqueza maior que é natureza que nós temos, que é rica. [...] vejo como desfavorável, porque continua exportando commodity, eu vejo desfavorável, porque [...] por trás disso tudo existe um banco de mineração que se chama GME4, que tava ligado a Daniel Dantas, [...]. É ele quem vai, junto com João Cavalcante... (Entrevistado (m))

Enquanto há também a percepção de que estes investimentos venham a contribuir para o desenvolvimento local.

E hoje a grande esperança da região, com estes novos investimento ai, do complexo modal Porto Sul, que engloba investimentos de cerca de 5 bilhões de dólares, é cinco bilhões de reais, desculpe, 5 bilhões de reais. Vai se ter um porto, uma ferrovia Leste-Oeste, e um aeroporto internacional. Serão cerca de 300 milhões de reais para se construir o aeroporto. Então, cerca de toda a produção do Centro-oeste vai ser desembocada aqui em Ilhéus, como minério, grãos, celulose, tudo o que se produzir nessa região toda aqui... Inclusive o projeto final dessa rodovia é se ligar costa a costa, do Pacífico até aqui o Atlântico, o projeto final, nessa parte inicial, acho que do Tocantins até Ilhéus. E, na verdade, é isso, a grande história econômica da região. (Entrevistado (n))

Na verdade, a grande esperança que se tem é de se tornar aqui um centro de serviços forte. Como grandes regiões da Bahia se tornaram centros de serviços fortes, como Vitória da Conquista, Barreiras... e se aproveitar essa questão dessa... porque você sabe que estrutura dessa montada aqui se cria em volta um conglomerado de empresas de grande, de médio e pequeno porte, para dar apoio. Então, tem que se aproveitar essa questão do serviço que a região, Ilhéus e Itabuna, são especialistas nessa questão de serviços. Aproveitar, porque nós temos alguns centros de capacitação, temos o SENAI aqui, um centro de grande capacitação, que pode ser bem aproveitado, tem o SEBRAE, dando apoio a essa cadeia produtiva, na questão da micro e pequenas empresas, podem atuar nesse trabalho, nessa questão da prestação de serviço. (Entrevistado (n))

4.3 Refinando a Teoria

Nesta pesquisa, foi possível identificar que a crise do cacau faz parte de um processo evolutivo do local, em que se destacam as seguintes fases:

Origens/período que antecede a crise> a crise> período pós-crise

Nessa trajetória, observa-se o processo de transformação do local, em que surgiram as dificuldades financeiras e a necessidade de buscar novas alternativas de renda, que obrigaram as pessoas a adotarem novas posturas administrativas ou se manterem no *status quo*. Aqueles que permaneceram na “mesmice”, ainda permanecem em sérias dificuldades.

Percebe-se, de fato, que a crise afetou a vida de todos, mesmo para aqueles que adotaram uma postura de mudança.

As mudanças do local são de toda ordem, pois elas abarcam transformação na estrutura rural, seja ela nas condições de trabalho (força de trabalho/patrão), ou no tipo de atividade rural. No meio urbano, houve mudanças na forma de gestão dos empresários locais, abertura para investidores e empresários forasteiros, e migração de investimentos, em que fazendeiros passaram a investir no comércio e em prestação de serviços, comerciantes que trocaram de atividade, e até mesmo funcionários que se tornaram patrões. Mudanças sociais⁵, geradas pelo binômio rural-urbano, pois a força de trabalho ociosa da zona rural se transfere para a cidade e aumenta o número das favelas, o número de usuários de drogas e de criminosos, assim como o número de trabalhadores informais, tendo em vista que as cidades não teriam estrutura urbana, nem empregos formais para todos, impulsionando com

⁵ Mudanças e impactos sociais a exemplo da aumento da criminalidade e do emprego informal conforme o consenso da maioria dos entrevistados

isso, boa parte dos trabalhadores ociosos para estas condições de risco. As empresas, por sua vez, estariam se aproveitando das condições do mercado de trabalho, com grande oferta da força de trabalho, devido ao desemprego regional e, com isso estariam dando condições de trabalho inadequadas e baixos salários.

Em meio ao processo de transformação do local, estão os atores locais, a sociedade civil organizada, as instituições classistas, os empresários e o poder público, e até mesmo a própria sociedade, como um todo. Destes atores, suscita a imagem da cultura individualista do local, plantada pelo sistema produtivo da monocultura do cacau, em que predominava o mando dos coronéis, que limitavam as articulações cooperativas, tanto entre patrões, como pelos empregados. Neste contexto, os políticos são apontados como despreparados, que não tiveram visões administrativas ou de estadistas, embora alguns apresentem boa vontade. São apontados, também, como pessoas que utilizam a máquina pública em benefício próprio.

De acordo com o padrão de comportamento social percebido pelos sujeitos da pesquisa, foi possível concluir a hipótese central que fundamenta a teoria construída por este estudo: “para retomar o desenvolvimento, é preciso reconstruir o local, adequando antigos conceitos e lançando novos”.

Ou seja, a reinvenção do local surge a partir das necessidades financeiras do local, que implicam no comportamento dos seus sujeitos, pois, ou há uma aceitação e submissão às dificuldades, ou há uma mudança de postura, no modo de encarar a realidade do local e, aliado a isso, surgem os sujeitos vindos de outros lugares, que se aproveitam das novas condições no território local e que contribuem para transformá-lo.

Esta hipótese é fundamentada no fato de que o local se sustentava numa cultura social e econômica própria, mas que, diante de dificuldades intrínsecas, aliadas às novas condições impostas no âmbito nacional ou global, o território local [regional] precisa criar mecanismos de adaptação a estas novas condições. Este processo de mutação envolve a iniciativa individual e cooperada dos sujeitos envolvidos na reconstrução de um novo lugar. Entende-se a mudança, com isso, não só como uma análise comparativa do antes e depois, mas como um processo de interação dos seus sujeitos e objetos, que envolve resquícios culturais, aceitação

da realidade imposta, ou mudança de comportamento, e até mesmo a chegada de novos sujeitos.

O conceito foi considerado de acordo com a seguinte categoria central: **“ENTENDENDO E REINVENTANDO O LOCAL: ADEQUAÇÃO À NOVA REALIDADE.”** A este conceito central estão vinculados todos os demais conceitos apresentados na pesquisa, apresentando um processo contínuo de transformação do local.

A concepção teórica:

“ENTENDENDO E REINVENTANDO O LOCAL: ADEQUAÇÃO À NOVA REALIDADE”

Para o pleno entendimento do estudo é preciso estar ciente do momento crítico do território local em estudo, que é denominado como a crise da região cacauceira. Com esta crise, podem ser observados três momentos distintos: fase anterior à crise, o momento central da crise e seu período subsequente. Com isso, poder-se-ia fazer uma análise comparativa do antes e depois do momento crítico na economia local. Contudo, esta análise envolve uma investigação muito mais complexa, pois há de se considerar o processo evolutivo do local. Assim, percebe-se que a reconstrução do local ocorre por meio da complexidade e da qualidade da interação dos seus sujeitos.

O território local possui características próprias no que diz respeito a questões do tipo: relações de trabalho, estrutura social urbana, formas de fazer negócio, divisão e nível de importância entre as atividades econômica, rural e urbana. Contudo, quando estas características que sustentavam a economia e desenhavam a estrutura social do local sofrem alterações, este território local e regional sofre grandes prejuízos, que começam com as dificuldades financeiras e, na seqüência, criam dificuldades sociais. Para enfrentar esta situação, novos comportamentos, certo desvencilhamento das suas tradições, e adoção de novos padrões culturais.

O enfrentamento de uma situação crítica, referente ao desenvolvimento local, não se dá apenas pela adoção de um novo modelo de desenvolvimento, que seja capaz de transformar o local da noite para o dia, mas há de se considerar as interações dos seus sujeitos entre si e com o ambiente que os cerca. A retomada do

desenvolvimento local e regional, portanto, vai além da adoção de regras de desenvolvimento e depende, justamente, destas interações.

Figura 04: categoria central e as demais categorias que a sustentam



Fonte: elaboração do autor.

Na seqüência, são apresentadas as subcategorias que compõem a categoria central da dissertação, cuja perspectiva essencial pode ser sintetizada na concepção “**ENTENDENDO E REINVENTANDO O LOCAL: ADEQUAÇÃO À NOVA REALIDADE**”

1) REVENDO O PASSADO

Todo processo de mudança se configura pelo antes e o depois. O antes, nesse caso, faz referência ao passado do local, às bases que sustentaram a sua criação inicial. Nessa perspectiva, o entendimento da reinvenção do local estudado remete o pesquisador a compreender como este local funcionava antes da emergência da crise econômica, ocorrida na década de 1980.

Este passado é marcado pela organização social, em que era bem definida a sua estratificação, com dois pólos (patrão e empregado), e a subserviência do empregado ao patrão. Esta relação é reflexo do sistema produtivo local, com base

na monocultura cacauceira, que limitava investimentos em tecnologia, qualificação da força de trabalho e investimento em novas atividades econômicas

É consensual a compreensão dos sujeitos que este passado tenha influenciado nas atitudes de enfrentamento da crise. De acordo com as informações colhidas, percebe-se a forte referência dos sujeitos quanto ao passado do local. A ligação com a sua história apresenta-se muito forte, motivo pelo qual se tornaria ainda mais doloroso o processo de reconhecimento da nova realidade e o enfrentamento dela. A este mesmo passado é atribuída boa parte da culpa das dificuldades do local. O envolvimento com este passado é tão forte, que os indivíduos pouco percebem as variáveis externas ao local, que também influenciaram no seu processo de mudança.

2) ENCARANDO AS DIFICULDADES

O local teria sofrido fortemente, com a chegada da crise do cacau, principalmente pela fama de região abastada do lugar. A compreensão das pessoas de que eles eram ricos e, de repente, não têm mais as mesmas condições financeiras de antes, é muito difícil. Até mesmo aceitar a condição de que antes eles eram patrões, e tiveram, em alguns casos, que se tornar funcionários. A nova realidade se apresenta pela dificuldade em cumprir os compromissos financeiros, pela queda no padrão de vida. A compreensão de que estão em dificuldades financeiras é muito difícil para os indivíduos, principalmente para aqueles que preservam a cultura tradicional do local.

A dificuldade dos indivíduos em se adaptarem à nova realidade se daria pelo empecilho dos resquícios da cultura coronelista, pois, conforme este modelo, havia forte divisão entre o patronato e a classe trabalhadora, e que o patronato teria dificuldades em assumir a inversão dos papéis, em assumir a condição de antigo patrão e atual trabalhador. Outro ponto importante, referente à cultura tradicional, trata da dificuldade em adotar novas tecnologias e inovações, assim como da dificuldade em adotar novas formas de gestão empresarial.

3) ENFRENTANDO OS PROBLEMAS

Tendo ciência da situação desfavorável, resta ao local quatro posicionamentos, que ocorrem concomitantemente: a) aceitar a crise e permanecer com o mesmo comportamento, apresentando uma acomodação em relação à nova realidade; b) reconhecer a crise, e tentar se adaptar à nova realidade, sem sucesso; c) reconhecer a crise, buscando se adaptar à nova realidade e obter êxito; d) ceder espaço para novos entrantes.

4) MUDANDO O LOCAL

- 4.1 **Rural:** a situação desfavorável leva a algumas transformações do local. No âmbito da zona rural, as transformações ocorrem com a busca de novas alternativas de renda. Neste sentido, a base agrária, sustentada pela lavoura cacaeira, cede espaço para novas alternativas produtivas. A estrutura fundiária, marcada por grandes extensões de terra, concentrada nas mãos de poucos fazendeiros, sofre mobilização de posse, pois: a) ocorrem vendas de terras; b) e também a divisão de terras para projetos de novos assentamentos.
- 4.2 **Urbano :** muitos dos trabalhadores saem da zona rural e vão morar nas cidades, modificando a estrutura das cidades. Na atividade empresarial, há algumas condições básicas: a) alguns empresários decidem se retirar da atividade empresarial; b) mudanças na postura de gestão de seus negócios; c) chegada de novos empresários. Observa-se que os novos empresários podem ser do mesmo local, entre eles fazendeiros e empresários que buscam diversificar suas atividades, e os chamados “forasteiros”, que vêem oportunidades de investimento no lugar.

5) Sofrendo Os Impactos Das Mudanças

- 5.1 **Rural:** a busca por novas atividades econômicas gera degradação ambiental, tendo em vista que a lavoura do cacau conserva a Mata Atlântica, mas com a nova atividade, que na maioria das vezes é a

pecuária, são formados os pastos, em detrimento da mata. Sem condições de manter as propriedades, os fazendeiros passam da condição de patrão para se associarem aos empregados, por meio da condição de “meeiro”, em que os funcionários assumem os riscos e os prejuízos, juntamente com os donos das terras, alterando, com isso, as condições de trabalho, além do alto índice de desemprego, gerado tanto pela crise do cacau, como pelo novo sistema produtivo, pois o manejo do gado exige pouca força de trabalho.

- 5.2 **Urbano:** A migração dos trabalhadores da zona rural para a zona urbana causa sérios problemas sociais, pois sem emprego para todos, nas cidades, uma parte dos trabalhadores deslocados da atividade agrícola se tornaria marginalizada; em boa medida, tornam-se consumidores de drogas e, conseqüentemente, transformam-se em marginais, ou assumem a condição de trabalhadores informais. O excesso da oferta de trabalho possibilita o oportunismo de alguns empresários, que não estariam oferecendo condições de trabalho adequadas, além de baixos salários. Esse processo migratório gera o inchaço urbano e o aumento no número de favelas. Com isso, as estruturas físicas e administrativas das cidades se tornam insuficientes para a nova demanda, a exemplo da deficiência no abastecimento de água. A crise apresenta-se de forma cruel para alguns empresários, que são obrigados a se retirarem das suas atividades e a venderem suas propriedades. Novos empresários vão surgindo, alterando a estrutura de mercado local, nos aspectos de novas atividades, a exemplo da intensificação no setor de serviços, alteração no formato e nas características da competição e na forma de gestão.

6) Articulando O Processo Da Mudança

O processo de articulação da mudança do território local passa pela perspectiva da própria população, dos empresários e suas representações de classe, da sociedade civil organizada e dos atores públicos. O processo da

articulação da mudança trata do modo como os atores interagem entre si, no sentido da promoção do desenvolvimento local. Essa articulação, contudo, é moldada pela característica individualista do local. Os próprios atores se vêem como individualistas e com poucas predisposições cooperativas. O período considerado como pós-crise não estaria tão crítico, devido a ações individualizadas, com poucos resultados, de ações cooperadas ou do poder público. A própria população não teria consciência do seu papel no processo de desenvolvimento do lugar, pois teria dificuldade em reivindicar seus direitos e em eleger seus representantes locais. Com isso, facilitariam o oportunismo de alguns políticos do local e de fora dele, de acordo com a percepção de alguns entrevistados, que visualizam as dificuldades do local em se articular politicamente e firmar políticos locais, nos cenários estadual e federal. A característica individualista e a incipiente iniciativa cooperativa seriam alguns dos fatores que colocariam as instituições da sociedade civil e as instituições classistas na condição de instituições com pouca representatividade.

7) Mantendo Resquícios

Dentre os resquícios herdados do período anterior à crise, está a própria história do lugar, pois, embora tenham ocorrido grandes transformações, ainda há fortes referências aos fazendeiros e aos coronéis, incluindo seu estilo de vida e o perfil autoritário desse personagem. A forma de gerir os negócios, no período dos coronéis, é marcada pela gestão tradicional (poucos investimentos em tecnologia, estoques elevados, sem planejamento administrativo etc.), que ainda é mantida por alguns velhos empresários. Outro ponto crítico que ainda permanece, porém em proporções maiores, é a miséria, pois ela foi potencializada com o processo de mudança do local. Se antes havia desemprego, empregos informais, favelas, usuários de drogas e criminosos, após o processo de mutação do lugar, estes problemas aumentaram, em virtude de como este processo foi conduzido. A mudança do lugar se apresenta sem um planejamento estruturado; os próprios sujeitos é que vão criando as suas alternativas. Sem um projeto de redirecionamento da força de trabalho ociosa, ela vai para onde encontrar espaço. Da mesma maneira, a concentração da riqueza se restringe nas mãos de alguns

poucos, pois a adaptação à nova realidade exige investimentos em novas formas de cultura, tecnologia e novas atividades. Estes investimentos só eram possíveis para aqueles que já possuíam algum capital. Com isso, as extremidades entre pobreza e riqueza do lugar se tornam ainda mais distantes.

8) Criando Perspectivas

Surge, entre alguns sujeitos entrevistados, a expectativa de que o lugar venha a se desenvolver cada vez mais; porém, para que esse processo ocorra de forma mais justa, devem ser realizados investimentos de longo prazo na educação. Ao mesmo tempo em que a educação aparece como um veículo que pode viabilizar o desenvolvimento, também aparece como um veículo que serve para ampliar ainda mais as desigualdades, pois surgem as Instituições de Ensino Superior na cidade, possibilitando a qualificação da força de trabalho local e dos empresários, e criando uma barreira, tendo em vista seu posicionamento de caráter privado. Assim, aqueles que não possuem condições de pagar pelos cursos oferecidos ficam à margem da nova qualificação social e profissional. Outro problema que se apresenta é quanto à qualidade do ensino de base, pois a educação de base poderia criar uma consciência dos deveres e obrigações do cidadão, quanto à sua participação no processo de desenvolvimento local, criando a consciência do seu poder de reivindicar, e realizar ações cooperativas para a solução de problemas comuns; além de melhor avaliar os políticos nos quais iriam votar. O ensino de base também daria melhores condições para que os indivíduos pudessem ter acesso ao ensino superior gratuito e, conseqüente, a qualificação para o mercado. A educação é vista por alguns sujeitos como um mecanismo que pode potencializar o desenvolvimento local.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente estudo revela informações interessantes acerca do Desenvolvimento Econômico Local, as quais vêm, em alguns momentos, ratificar, em outros retificar e, em alguns outros, complementar as teorias que tratam deste tema.

De acordo com Albuquerque (2001), o DEL estaria inserido num contexto sistêmico da produtividade e competitividade educacional e capacitação, infraestrutura. De fato, é possível ver a relação do DEL com o conceito sistêmico, tendo em vista a complexidade de atores e interesses envolvidos no processo de desenvolvimento. Nas informações emergentes neste trabalho, identificou-se o quão importante é a educação, a infra-estrutura urbana e a capacitação dos seus trabalhadores, de modo que a fragilidade em um destes fatores pode gerar prejuízos nos demais. A exemplo de que a falta de capacitação pode gerar a submissão de trabalhadores, que antes viviam nas fazendas, à exploração de trabalhos que não oferecem as garantias das leis trabalhistas. Estes mesmos trabalhadores também podem sofrer com a ausência de infra-estrutura das cidades, que não estavam preparadas em atender às demandas de um processo migratório repentino.

Gorayeb (2002); Klink e Santos (2004) acrescentam que esse desenvolvimento depende da sinergia nas relações e articulações entre os atores. Como pode ser observado na pesquisa, o lugar não apresentaria uma sinergia entre os seus atores e suas articulações, limitando, com isso, o desenvolvimento do lugar.

De acordo com Rotta e Reis (2007), a terceira abordagem da visão regionalista fala sobre a necessidade do lugar em investir em tecnopólos, mas teriam dificuldade em promover a inovação e em preservar o meio ambiente. No lugar estudado, ocorreram iniciativas para implantar grandes indústrias, mas a alternativa buscada para o meio rural foi a substituição da plantação de cacau, que preserva a Mata Atlântica, para a implantação de pastos para a criação de gado, degradando, com isso, o meio ambiente.

De acordo com Lira (2005); o DEL trata da transformação do sistema produtivo, o incremento da produção, a promoção do emprego e a conseqüente melhoria da qualidade de vida da população local. O DEL pode ser observado por

duas abordagens, uma que trata de um modelo tradicional, que caracteriza o desenvolvimento como um resultado das adaptações da gestão local às diretrizes dos governos locais, às diretrizes dos governos centrais. Enquanto, no modelo mais moderno, haveria maior participação dos governos locais, em que o local assumiria novo papel, o de impulsionar o desenvolvimento por iniciativas próprias, de acordo com as necessidades do lugar (MAYER-STAMER, 2004; LOPES, 2003)

Algumas teorias também lembram a importância de se relacionar o local com as mudanças globais, de modo que se possa considerar as capacidades e potencialidades endógenas do local, na promoção do desenvolvimento. Como lembra Boisier (2005), da importância de se manter as sociedades locais bem informadas, motivadas e possuidoras de atitudes pró-ativas, e de se tornarem mais organizadas socialmente.

Há teorias que também lembram o processo de descentralização do Estado, e os questionamentos quanto ao seu caráter político ou político/administrativo, com o compartilhamento da gestão pública entre as esferas nacional e subnacional e as parcerias público-privadas (ALBURQUERQUE, 2004).

O DEL também aborda o tema do novo regionalismo, com as vertentes globalistas, que tratam de novas políticas urbanas, as estruturas de city marketing, as redes de cidades e a ordem internacional sem fronteira, considerando essencialmente a homogeneização dos espaços. Enquanto isso, as vertentes regionalistas consideram as especificações dos espaços locais, de modo que se possam ter condições econômicas, sociais, culturais e ambientais, de interagir com as dinâmicas do desenvolvimento (ROTTA E REIS, 2007; VIEIRA, 2008).

O DEL também é visto como um processo, em que Lira (2005) considera como um processo endógeno de aproveitamento das potencialidades do próprio local, e Albuquerque (s.d., 2004) considera importantes questões, como a mobilização e participação de atores locais, e atitudes pró-ativas, elaboração de estratégias territoriais, coordenação de programas de fomento e criação de institucionalidades. E como suporte ao DEL estariam articulações entre atores numa estrutura de governança, por meio de ações coletivas e ações conjuntas, para o alcance da eficiência coletiva, desde que haja uma organização e um ator coordenador entre eles.

Outro suporte seriam as políticas públicas, que estariam comprometidas, devido a falhas na execução de projetos. Isso se dá, principalmente, pelo fato de que alguns países em desenvolvimento teriam políticas institucionais inibidas pelo período dos governos militares, pela limitação dos recursos financeiros e carência de profissionais habilitados para executar estas políticas, além da deficiência nas articulações dos principais atores envolvidos nestas políticas (OLIVEIRA,2007; CÔRTEZ, 2007).

Percebe-se, portanto, que as teorias sobre o DEL, na maioria das vezes, analisam duas condições essenciais, o ambiente local e o ambiente global, analisados de formas distintas, pois em alguns momentos são enfatizadas as influências das mudanças globais, em que os espaços são homogeneizados e tratados de forma igualitária. Em outros momentos, a ênfase é dada para o chamado desenvolvimento endógeno, primando pelas potencialidades do local, pela capacidade de articulação dos seus atores. As teorias também indicam normas a serem seguidas nos processos de DEL e destacam a importância de se ter atores líderes e capazes de conduzir este processo.

Em alguns textos, é destacada a capacidade organizativa destes atores e lembrada a importância de se criar estruturas de governança, de modo a organizar a interação entre seus principais atores e a importância das políticas públicas, como apoio ao processo de desenvolvimento local. Em síntese, as teorias preexistentes tratam o DEL como processo de transformação do local, com alteração do sistema produtivo, incremento da produção e a conseqüente melhora das condições de emprego e da qualidade de vida da sua população.

A concepção teórica, emergente dos dados desta pesquisa, por sua vez, levanta algumas observações às teorias preexistentes.

A princípio, percebe-se que o processo de desenvolvimento sofre influência tanto do chamado modelo tradicional, quanto do modelo mais moderno de desenvolvimento, pois ainda é necessário, para o local, que os governos exerçam práticas de zoneamento industrial e atraiam investimentos para o local, como é apresentado por Mayer-Stamer (2004) e Lopes(2003) o modelo tradicional de desenvolvimento. Assim como é importante que os governos locais atuem de forma mais pró-ativa, exercendo o papel de impulsionadores do desenvolvimento, conforme é apresentado o modelo mais moderno do desenvolvimento (idem). Tais

observações se aplicam, pelo fato de que o local estudado sofreu grande influência dos investimentos externos, atraídos com o apoio governamental.

De acordo com as teorias sobre o desenvolvimento endógeno, é importante que o local se mantenha informado, motivado e detentor do conhecimento do processo das mudanças da globalização. De fato, as mudanças globais exerceram alguma influência na queda da economia cacaueteira, mas, esta mesma globalização contribuiu para a chegada de novos empregos, investimentos em instituições de ensino superior e na qualificação profissional do local estudado.

As teorias destacam a importância da descentralização do Estado e da gestão democrática. O incentivo de políticas públicas com a participação dos atores locais, a exemplo de conselhos municipais, é o que, de fato, tem ocorrido no local.

Contudo, o DEL pode não se apresentar de acordo com o descrito pelas teorias preexistentes, pois conforme se apresenta nos dados, o local estudado tem mostrado evoluções no seu desenvolvimento; mas a articulação entre seus atores, instituições, sociedade civil organizada e outros representantes de interesses específicos e que poderiam contribuir com a gestão pública participativa, apresenta-se de forma muito incipiente. A estrutura de governança estaria presente, de forma inexpressiva, e não haveria o agente coordenador do processo de desenvolvimento local, nem mesmo um planejamento estruturado para o desenvolvimento do lugar. A gestão pública, apesar de ser um importante ator para o processo de desenvolvimento local, é apresentada, pela maioria dos entrevistados, como ineficiente. E, na maioria dos casos, os representantes da gestão pública estariam defendendo apenas interesses próprios, ou teriam boas intenções, mas não teriam o perfil profissional de gestores públicos, a exemplo de conhecimento e perícia na execução e planejamento de políticas públicas. Este parecer, contudo, merece a ressalva de que não houve a oportunidade dos gestores públicos se manifestarem a respeito do tema.

Ainda assim, os sujeitos apontam que o lugar tem sofrido transformações no seu sistema produtivo, tem ocorrido a promoção do emprego em alguns setores e a atração de novos investimentos. Todavia, teriam se agravado alguns problemas sociais, como o desemprego em outros setores, o inchaço urbano e o aumento das favelas, da criminalidade e do emprego informal, bem como a ampliação da disparidade entre ricos e pobres.

Conclui-se, com isso, que a ausência de um ator coordenador do processo de desenvolvimento, da articulação dos atores locais, a falta de ações cooperativas, a fragilidade da sociedade civil organizada, a ausência de um planejamento articulado acerca do desenvolvimento, não seriam impedimento para que o local gerasse um crescimento econômico, atrelado à potencialização dos problemas sociais do lugar. Tudo isso se apóia no processo evolutivo do lugar, pois se observam as transformações que ele sofreu, do seu sistema produtivo, a mudança de comportamento da sociedade, empresários e fazendeiros, das mudanças nas relações de emprego e das características físicas e do mercado urbano, que culminou, aos olhos dos sujeitos, numa retomada da economia local, mas ainda enfrenta sérios problemas sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção teórica “**ENTENDENDO E REINVENTANDO O LOCAL: ADEQUAÇÃO À NOVA REALIDADE**” sugere que as condições apresentadas pelo estudo demonstram a possibilidade de crescimento econômico, ao passo que há um decréscimo social, tendo em vista a ausência de uma articulação coordenada em favor do desenvolvimento local. Esta concepção se faz com vistas de um lugar que tem passado um processo dinâmico de interação entre os seus sujeitos, os quais constroem a realidade social do lugar. Isso é realizado por meio das ações e interações entre eles, pois à medida que os problemas vão surgindo, a exemplo da falência de um sistema produtivo, ou do desemprego na zona rural, os sujeitos envolvidos neste processo buscam novas alternativas de renda, e migram para a cidade, em busca de um novo emprego. Dessa forma, a concepção teórica emergente deste trabalho mostra o processo evolutivo da transformação do local como parte do processo de desenvolvimento deste local, apresentando-se no gerúndio, no sentido de apresentar a forma dinâmica em que a realidade social é construída. São observadas, a partir desta categoria, as condições causais e o contexto que envolve este processo, para a análise do fenômeno da crise econômica cacaueteira sofrida pela região cacaueteira.

São consideradas, para a análise deste fenômeno, as seguintes categorias conceituais: a) revendo o passado; b) encarando as dificuldades; c) enfrentando os problemas; d) mudando o local; e) sofrendo os impactos das mudanças; f) articulando o processo da mudança; g) mantendo resquícios; h) criando perspectivas. Entendendo, a partir destas categorias, que as transformações do local sofrem grande influência do seu passado, pois, a depender de como ele está presente no consciente dos seus sujeitos, ele pode ajudar, ou limitar no processo de desenvolvimento do lugar.

A forma como os indivíduos encaram as dificuldades e enfrentam os problemas também está fortemente vinculada ao passado do lugar, que, a depender de como se apresenta, os indivíduos podem aceitar a condição de dificuldade e se acomodar, aceitar e tentar alternativas sem obter êxito, aceitar as dificuldades e buscar alternativas e obter êxito, ou ceder espaço para investidores externos. De

todo modo, são inevitáveis as mudanças que ocorrem no lugar, independente dos resultados das interações dos sujeitos. Estas mudanças ocorrem conforme as ações/interações destes mesmos sujeitos, ou seja, se os fazendeiros derrubam o cacau para plantar pastos para o gado, ocorrem demissões nas fazendas; estes trabalhadores demitidos, por sua vez, tornam-se meeiros das mesmas fazendas, são impulsionados a migrarem para as cidades e se expõem a condições de risco, a exemplo da marginalidade e das condições de trabalhos informais. Os trabalhadores excedentes da zona rural que incham as cidades, por sua vez, seriam explorados pelas novas indústrias que se instalam no lugar, e assim por diante. Estas interações, contudo, são realizadas pelos sujeitos sem ações coordenadas; as articulações dos sujeitos seriam independentes e com vistas à defesa dos próprios interesses, sem, portanto, sofrer impactos das ações cooperativas. O modo com que estas interações ocorrem potencializa resquícios da época da hegemonia da economia cacauceira, em que havia forte divisão entre pobres e ricos, pois, no processo de transformação do lugar, estas diferenças têm aumentado.

Diante deste cenário, a alternativa para se desenvolver, de forma eficiente, o lugar, seriam os investimentos na educação, desde a sua base, pois a abertura indiscriminada de cursos privados de ensino superior, sem oferecer preparo e sem dar condições de acesso à população como um todo, só faz agravar ainda mais as disparidades sociais, tendo em vista que os cursos são caros, e a população carente teria dificuldades de acesso; além do mais, aqueles que conseguem sustentar estes cursos não estariam preparados para encarar o ensino superior.

Observa-se, portanto, que a inexistência de agentes coordenadores do processo de desenvolvimento local, as características individualistas e a ausência de ações cooperativas, a incipiência nas articulações dos seus atores locais, assim como a ausência de projetos consistentes voltados ao desenvolvimento, podem significar fatores limitantes ao desenvolvimento local, contudo, não seriam fatores de impedimento para o crescimento local. Há instituições que representam interesses comuns de algumas classes, como a criação de instituições da sociedade civil organizada e conselhos municipais, mas a atuação dessas instituições, enquanto agentes de pressão e da gestão democrática, são questionáveis, para os sujeitos da pesquisa. O desenvolvimento se daria por iniciativas independentes dos seus sujeitos.

Com isso, o estudo observa que há vertentes sobre o desenvolvimento local que enfatizam as forças endógenas e outras, que enfatizam as forças exógenas do lugar. Enquanto se percebe que as duas forças atuam concomitantemente, e uma acaba influenciando a outra, elas seriam complementares, pois se as indústrias chegam ao lugar, estas indústrias se aproveitam da mão-de-obra ociosa, causada pela crise e o desemprego na zona rural. É sugerido, assim, que novos estudos sobre o tema possam considerar o encontro das vertentes globalistas e regionalistas, no processo de transformação de um local.

Deve-se considerar, também, que a ausência de ações coordenadas, no processo de desenvolvimento local, pode agravar problemas sociais preexistentes, enquanto uma mínima parcela da população se beneficia das oportunidades oferecidas pelo processo de mudanças do lugar. Vale, portanto, o desenvolvimento de mecanismos que venham amenizar os prejuízos sociais, causados pela ausência de uma política de desenvolvimento local, em que as adaptações à nova realidade do lugar são geradas de forma independente, pelos seus sujeitos, sem ações coordenadas.

Conforme a delimitação adotada para a realização deste trabalho, a pesquisa apresenta limitações, no sentido de não ser um estudo conclusivo, dando margem a novos questionamentos para pesquisas futuras. Pois, conforme é desenvolvida com base na metodologia da *Grounded Theory*, a análise dos dados está sujeita à subjetividade do pesquisador, podendo, portanto, estes dados, revelar outros conceitos e teorias, conforme novas análises de outros pesquisadores. O presente trabalho apresenta limitações, também pelo fato de que sua concepção teórica é realizada por meio da percepção dos entrevistados, havendo a necessidade de novos estudos que venham a corroborar, ou retificar as informações apresentadas, utilizando-se, para isso, de novas fontes de informação, a exemplo de dados documentais e estatísticos. Deve-se lembrar, também, que o estudo não abarca a percepção do processo de transformação do local sob a ótica dos gestores públicos locais, os quais foram bastante criticados pelos entrevistados.

Embora haja limitações, a metodologia da teoria fundamentada, a *Grounded Theory*, apresenta-se bastante pertinente para este estudo, tendo em vista que a pretensão da pesquisa foi analisar o processo da construção social de um local que sofreu com o fenômeno da crise econômica e viveu o impacto das transformações

econômicas e sociais, geradas pelas ações e interações dos seus sujeitos. Ou seja, apesar das suas limitações, o trabalho consegue preencher a questão problema, e os objetivos levantados no início das investigações. Afirma-se isso, uma vez que foi possível descrever, de acordo com as percepções de sujeitos locais, a construção social de um local envolvido pela crise do sistema produtivo e o processo de transformação socioeconômica, vivido e construído por meio das ações e interações destes sujeitos. Todavia, diante da complexidade do tema e do rico material disponível para a pesquisa, novos estudos se fazem necessários, para que se possa avançar em relação a novas concepções teóricas sobre o Desenvolvimento Econômico Local, relacionado com a dinâmica territorial de saída e resolução para crises socioeconômicas específicas.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando L. Para além da descentralização: os desafios da coordenação federativa no Brasil. In: democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha / org. Sonia Fleury. Rios de Janeiro: FGV, 2006.

ALBURQUERQUE, Francisco. Marco Conceitual E Estratégia Para O Desenvolvimento Local. **IADH – Instituto de Assessoria Para o Desenvolvimento Humano. S.d.**

_____. Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro, BNDES, 2001.

_____. Desarrollo económico local y descentralización. Revista de la CEPAL 82, abril de 2004. p. 157 – 171.

ANDRADE, Lurdes P. &. ROCHA, Maria B. **De Itabocas a Itabuna, um estudo histórico – geográfico.** Ilhéus: Editus. 2005.

ARAÚJO, Richard M., ALLOUFA, Jomária M. de L. e OLIVEIRA, Fernando P. S. **Grounded Theory: Uma nova perspectiva de pesquisa em administração.** http://www.quantiquali.com.br/revista/arquivos/081017_araujo-alloufa-oliveira_grounde%20theory_2cr.pdf

BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; CUNHA, Cristiano J. C. de A. OPERACIONALIZANDO O MÉTODO DA *GROUNDING THEORY* NAS PESQUISAS EM ESTRATÉGIA: TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE COM APOIO DO SOFTWARE ATLAS/TI. Anpad, evento 3s; 21 a 23 de junho de 2009

BARALDI, Camila Bibiana de Freitas; DRI, Clarisse Franzoi. Sociedade Civil Participativa: democracia através da boa governança ou negligência estatal? **Site do curso de Direito da UFSM.** Santa Maria-RS. Disponível em: <http://www.ufsm.br/direito/artigos/constitucional/sociedade-participativa.htm> Acesso em: 26.ABR.2009

BOISIER, Sergio. ? Hay espacio para el desarrollo local em la globalizacion? **Revista de la Cepal 86.** agosto de 2005.

BORGES, André. GOVERNANÇA E POLÍTICA EDUCACIONAL: a agenda recente do Banco Mundial. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 18 Nº. 52.** 2003.

BORGATTI, Steve. Introduction to Grounded Theory. <http://www.analytictech.com/mb870/introtoGT.htm> em:17/0609.

BUSATTO, Cezar. GOVERNANÇA SOLIDÁRIA LOCAL. DESENCADEANDO O PROCESSO. **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO POLÍTICA E GOVERNANÇA LOCAL.** Porto Alegre, novembro de 2005.

CASSIANI, S. de B; CALIRI, M. H. L.; PELA, N.T. R. A teoria fundamentada nos dados como abordagem da pesquisa interpretativa. **Rev. Latino-am.enfermagem**, V. 4, n3, p. 75-88, dezembro 1996.

CVM, Comissão De Valores Mobiliários. **RECOMENDAÇÕES DA CVM SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA.** Junho de 2002. fonte: <http://www.ecgi.org/codes/documents/cartilha.pdf> acessado em: 26/04/2009.

CONFAGRI. Confederação das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal. Boa governança – notas breves. 10/11/2005.

Fonte:<http://www.confagri.pt/Ambiente/AreasTematicas/DomTransversais/Documents/doc99.htm> Acessado: 06/04/2009

DALLABRIDA, Valdir R.; SIENDEMBERG, Dieter R.; FERNANDEZ, Victor R. Desenvolvimento a partir da perspectiva territorial. **Desenvolvimento em questão**, julho – dezembro, año/vol. 2, número 004. Universidade Regional do Nordeste do Estado do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, Brasil. 2004. P. 33 – 62.

DANIEL, C. A. Ação política e diversidade de atores no universo social urbano. In: Gonçalves, M. F. et al. **Regiões e cidades, cidades nas regiões.** São Paulo, Unesp/Anpur, 2003.

DFID – Department For International Development. **Governance, Development and Democratic Politics** DFID's work in building more effective states. 2007.

DEMETER, Paulo R. Combatendo o desemprego na região cacauzeira da Bahia: O papel dos movimento sociais populares. **Cebrap, caderno de pesquisa, nº 7, maio de 1997.**

http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/combateendo_o_desemprego_na_regiao_cacauzeira.pdf em:20/02/2010

Dick, Bob (2005) Grounded theory: a thumbnail sketch. [On line] Available at <http://www.scu.edu.au/schools/gcm/ar/arp/grounded.html> em: 17/06/09.

FARAH, M. F. S. Gestão pública local, novos arranjos institucionais e articulação urbano-regional. In: GONÇALVES, M. F. et al. **Regiões e cidades, cidades nas regiões.** São Paulo, Unesp/Anpur, 2003.

FREITAS, Antônio F. & PARAÍSO, Maria H. **Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do Sul – Ilhéus 1533 – 1940.** Ilhéus: Éditus, 2001.

GIL, Antônio C.; GARCIA, Carla C. KLINK, J. Região, regionalismo e regionalidade. **Caderno de pesquisa: regionalidade: trajetórias teóricas.** Programa de Mestrado em Administração – IMES ano 5 – nº. 09, 2º semestre de 2003. P. 11 – 20.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio C.; OLIVA, Eduardo C.; GASPARG, Marcos A. A Regionalidade como Área de Estudo da Administração: Um Estudo de Caso de um Programa de Mestrado em Administração. *Revista Gestão.Org – Número Especial I ENEPQ – Novembro 2008 – p 11-24.*

GONÇALVES, Alcindo. **O CONCEITO DE GOVERNANÇA.** COMPEDI, Manaus, 29-Jun-2006.

Fonte: <http://conpedi.org/manaus/arquivos/Anais/Alcindo%20Goncalves.pdf> acessado em: 26/04/2009

GORAYEB, Daniela S. **Políticas para aglomerações setoriais de pequenas empresas.** (dissertação de mestrado) - Unicamp, 2002, Campinas. São Paulo. fonte: <http://www.rau-tu.unicamp.br/nou-rau/sbu/document/?code=vtls000289842> acessado em: 13/03/2009

IBGC, Instituto brasileiro de governança corporativa. **Princípios de Governança Corporativa da OCDE.** Fonte: <http://www.ibgc.org.br/Codigo.aspx?CodCodigo=12> acessado em: 26/04/2009.

KLINK, Jeroen; SANTOS, Roberto, E. Regionalismo e reestruturação no grande ABC Paulista: uma perspectiva brasileira de governança metropolitana. **Caderno de pesquisa Pós-graduação/IMES. Programa de Mestrado em Administração.** Ano 1 nº. 1 (2º semestre), São Caetano do Sul – SP: IMES 2004.

LIRA, Ivan S. Desarrollo económico local y competitividad territorial en la América Latina. **Revista de La CEPAL** nº. 85, abril de 2005.

LOPES, Roberto P. M. **Universidade Pública e Desenvolvimento Local: uma abordagem dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.** Vitória da Conquista: Edições UESB, 2003.

LOURENÇO, Cléria D. DA S.; FERREIRA, Patrícia A. e ROSA Alexandre R. Etnografia E Grounded Theory Na Pesquisa De Marketing De Relacionamento No Mercado Consumidor: Uma Proposta Metodológica **RAM – REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO MACKENZIE** Volume 9, n. 4, edição especial, 2008, p. 99-124.

MAXIMIANO, Antônio C. A. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. 6. ed. – 3 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

_____. Introdução à Administração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000).

MEYER – STAMER, Jörg. Por que o desenvolvimento econômico local é tão difícil, e o que podemos fazer para torná-lo mais eficaz? **Análise e Propostas**, nº. 31. São Paulo. Fundação Ebert, 2004.

MOREIRA, Daniel A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thonson Learning, 2004.

NASCIMENTO, Fernando R. **A crise da lavoura cacauera: sua natureza e soluções (uma análise das possibilidades do cacau)**. Brasília: IPEA, estudos de políticas agrícolas, nº26, 1994.

PIMENTEL, Alessandra. O MÉTODO DA ANÁLISE DOCUMENTAL: SEU USO NUMA PESQUISA HISTORIOGRÁFICA. Cadernos de Pesquisa, n. 114, novembro/ 2001 p. 179-195, novembro/ 2001.

Projeto de Apoio a Governança Democrática do Mato Grosso do Sul

Secretaria de Estado de Coordenação Geral do Governo – SECOGE/MS 08/07/2005

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ROCHA, Maria p. & ANDRADE, Lurdes B. **De Itabocas a Itabuna, um estudo histórico – geográfico**. Ilhéus: Editus. 2005.

RODRIGUES, Andréa Leite e MALO, Marie Claire. **Estruturas de Governança e Empreendedorismo Coletivo: o Caso dos Doutores da Alegria**. RAC, v. 10, n. 3, Jul./Set. 2006: 29-50.

ROTTA, Edegar e REIS Carlos Nelson. DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICAS SOCIAIS. **Revista OÍDLES - Vol. 1, Nº 1 (septiembre 2007)**.
Fonte: <http://www.eumed.net/rev/oidles/01/Rotta.htm> Acessado: 19/03/2009.

VERGARA, Sylvia C. **Métodos de pesquisa em Administração**. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

VIEIRA, Regiane Balestra. **AS VANTAGENS COMPETITIVAS PERCEBIDAS PELOS EMPRESÁRIOS PARTICIPANTES DO PROJETO APL PLÁSTICOS DA REGIÃO DO GRANDE ABC**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS, Programa de Mestrado em Administração, 2008.

VILLELA, Lamounier Erthal. **Governança em Arranjos Produtivos Locais, Realidade ou Simulacro? O Caso das Confecções de Nova Friburgo – RJ** fonte: <http://www.interscienceplace.org> Ano 1 - N^o 02 Nov- 2008

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. São Paulo em perspectiva, 18 (2): 27-41, 2004.

Fonte: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a04v18n2.pdf> Acessado em: 31/05/2009.

STRAUSS, Anselm e CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SUZIGAN, Wilson; GARCIA, Renato e FURTADO, João. **Estruturas de governança em arranjos ou sistemas locais de produção**. *Gest. Prod.*, São Carlos, v. 14, n. 2, p. 425-439, maio - ago. 2007

YAMAUCHI, Nancy I. **Consciência Regional No Grande ABC Sob A Ótica Da Grounded Theory** (dissertação de mestrado) USCS – Universidade Municipal de São Caetano do Sul – São Paulo, 2006.